

Vanessa Borges Fortes Serapio Ferreira

**EPISÓDIO(S) DE UM SUJEITO: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DE JOSUÉ
GUIMARÃES**

PASSO FUNDO

2017

Vanessa Borges Fortes Serapio Ferreira

**EPISÓDIO(S) DE UM SUJEITO: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DE JOSUÉ
GUIMARÃES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Rettenmaier da Silva.

PASSO FUNDO

2017

Vanessa Borges Fortes Serapio Ferreira

**EPISÓDIO(S) DE UM SUJEITO: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DE JOSUÉ
GUIMARÃES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Rettenmaier da Silva.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Miguel Rettenmaier da Silva – UPF

Profa. Dra. Evandra Grigoletto – UFPE

Profa. Dra. Nara Marley Alessio Rubert – UPF

*À Carme Regina Schons
e à minha família*

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida.

Agradeço aos Profs. Drs. Telisa Furlanetto Graeff, Claudia Stumpf Toldo Oudeste, Ernani Cesar de Freitas, Miguel Rettenmaier da Silva, Fabiane Verardi Burlamaque e Paulo Ricardo Becker pelas cadeiras cursadas durante a graduação e o curso de mestrado em Letras.

Agradeço a todos os professores de língua estrangeira que aumentaram meus horizontes e cultivaram o meu interesse pelas palavras.

Agradeço à minha família pelo incentivo e o apoio aos estudos.

Agradeço à Profa. Dra. Ivânia Campigotto Aquino pela leitura da dissertação e presença na banca de qualificação. Agradeço também à Profa. Dra. Nara Marley Alessio Rubert pela leitura do trabalho e pelas gentis palavras na banca de defesa.

Em especial, agradeço à Profa. Dra. Evandra Grigoletto pela disponibilidade em compor as bancas de qualificação e defesa, assim como pela indicação das leituras que foram essenciais para a escrita dessa dissertação.

Agradeço, sobretudo, à Profa. Dra. Carme Regina Schons por ter visto uma pesquisadora em mim, por ter me apresentado novos caminhos. Esse trabalho não será lido por ti/ela, mas sem você/ela não teria existido.

O respeito e a consideração se constituem em objetos antropológicos e políticos intangíveis, porém fundamentais. A atenção às manifestações visíveis de respeito e a sensibilidade às expressões de consideração permitem vislumbrar a existência de uma continuidade que se dirige das formas e deveres da civilidade aos direitos inalienáveis do homem.

Dignidade, honra, respeito, reconhecimento e consideração são valores contemporâneos que estruturam nossa sensibilidade política. Ainda que as formas de reconhecimento igualitário tenham sido essenciais à cultura democrática, a ideia de dignidade, de um direito à honra, de proteção da pessoa humana, jamais deixou de ser problemática: pode-se, com efeito, legislar sobre comportamentos, proibi-los, constrangê-los com a ameaça de sanções. Sentimentos podem ser incitados, mas não coagidos.

(Haroche, 2008, p.83)

RESUMO

O presente trabalho pretende realizar a leitura do discurso político de Josué Guimarães na Câmara de Vereadores durante o ano de 1954, quando o jornalista e escritor exerceu o mandato de Vereador do Município de Porto Alegre – capital do Estado do Rio Grande do Sul. A investigação faz parte do trabalho desenvolvido junto ao ALJOG/UPF – Acervo Literário Josué Guimarães da Universidade de Passo Fundo. O corpus da pesquisa é composto pelas sequências discursivas selecionadas dos discursos do Vereador Josué Guimarães dos dias 23 de abril de 1954 e 23 de agosto de 1954. A escolha dessas duas manifestações ocorreu porque, no mês de abril, o Vereador Josué Guimarães se desfilou do Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB – e no, mês de agosto, faleceu Getúlio Vargas, o então Presidente da República. O objetivo do trabalho é analisar a forma de inscrição do discurso de Josué Guimarães em uma determinada formação discursiva. Para tanto, a pesquisa é feita com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso originada nos estudos de Michel Pêcheux – a AD, movimentando principalmente as noções de sujeito e formação discursiva. No primeiro capítulo, são apresentadas as condições de produção dos discursos na Câmara de Vereadores de Porto Alegre na década de 1950. No segundo capítulo, são apresentadas as noções teóricas da Análise de Discurso. No terceiro capítulo, são analisadas as sequências discursivas. A partir da escrita desse trabalho, foi constatado que o discurso político do Vereador Josué Guimarães se inscreve numa formação discursiva heterogênea trabalhista, junto da qual operam três posições-sujeito, a partir de um mesmo lugar discursivo.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Josué Guimarães. PTB. Sujeito.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but de lire le discours politique de Josué Guimarães au Conseil Municipal pendant l'année 1954, lorsque le journaliste et écrivain a exercé un mandat de Conseiller Municipal de Porto Alegre – capitale de l'État du Rio Grande do Sul. La recherche fait partie du travail développé auprès du ALJOG/UPF – Acervo Literário Josué Guimarães da Universidade de Passo Fundo. Le *corpus* de recherche est composé des séquences discursives sélectionnées des discours du Conseiller Municipal Josué Guimarães dans le 23 avril 1954 et le 23 août 1954. Le choix de ces deux allocutions s'est fait parce que, au mois d'avril, le Conseiller Municipal quitta le Parti Travailleur Brésilien – le PTB – et, au mois d'août, le Président de la République Getúlio Vargas mourut. L'objectif est analyser la forme d'inscription du discours de Josué Guimarães dans une formation discursive donnée. Pour ce faire, la recherche est effectuée par les présupposés de l'Analyse du discours, élaborée par Michel Pêcheux – AD, en employant notamment les notions de sujet et formation discursive. Dans le premier chapitre, ce sont présentées les conditions de production des discours au Conseil Municipal de Porto Alegre dans les années 50. Le deuxième chapitre présente les notions théoriques de l'Analyse du Discours. Dans le troisième chapitre, ce sont analysées les séquences discursives. À partir de l'écriture de ce travail, il a été constaté que le discours politique du Conseiller Municipal Josué Guimarães s'inscrit à l'intérieur d'une formation discursive hétérogène travailliste, auprès de laquelle opèrent trois positions-sujet, depuis un même lieu discursif.

Mots-clés: Analyse du discours. Josué Guimarães. PTB. Sujet.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
ALJOG	Acervo Literário Josué Guimarães
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARE	Aparelho Repressivo de Estado
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PL	Partido Libertador
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SD	Sequência Discursiva
UDN	União Democrática Nacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ditos sobre a desfiliação do PTB e o Silêncio constitutivo do discurso de desfiliação do PTB	77
Quadro 2 - Ditos sobre os partidos em evidência e Silêncio constitutivo do discurso sobre os partidos em evidência – Saberes sobre o PSB.....	79
Quadro 3 - Ditos sobre o capitalismo – Saberes sobre o PSB – e Silêncio constitutivo do discurso sobre o capitalismo – Saberes sobre os partidos em evidência.....	80
Quadro 4 - Ditos sobre o novo partido – Saberes sobre o PSB e Silêncio constitutivo sobre o novo partido – Saberes sobre os partidos em evidência	81
Quadro 5 – Silêncio constitutivo do discurso sobre os interesses dos partidos <i>em evidência</i> e Ditos sobre os interesses dos partidos <i>em evidência</i> (UDN, PTB, etc.).....	90
Quadro 6 - Ditos sobre a UDN (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda) – Saberes sobre os partidos em evidência e Silêncio constitutivo do discurso sobre a UDN – Saberes sobre o PTB (Getúlio Vargas) e sobre o PSB.....	91
Quadro 7 - Saberes sobre as classes armadas servindo à Ditadura <i>versus</i> Saberes sobre as classes armadas servindo à defesa da Constituição	97
Quadro 8 - Saberes sobre as mortes sem protestos (Nestor Moreira) <i>versus</i> Saberes sobre as mortes para efeito político (Major Vaz)	100
Quadro 9 - Saberes sobre o mandato cumprido na integralidade <i>versus</i> Saberes sobre a renúncia do Presidente da República.....	103
Quadro 10 - Ditos sobre o Presidente e ditos sobre a/pela oposição.....	104
Quadro 11 - Ditos sobre "não podemos silenciar/devemos protestar" e Silêncio constitutivo de "não podemos silenciar/ devemos protestar"	107
Quadro 12 – Posições-sujeito: dos partidos em evidência, do PTB/Trabalhista e do PSB/Socialista	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. JOSUÉ GUIMARÃES	16
1.1 OS TAMBORES SILENCIOSOS	17
1.2 AS MURALHAS DE JERICÓ	26
1.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: ANOS 50 E A POLARIZAÇÃO DE DISCURSOS	33
2. A TEORIA DE MICHEL PÊCHEUX.....	43
2.1 ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS: FACETAS, SENTIDOS E RELEITURAS	44
2.2 DISCURSO E SUJEITO: O ESPAÇO POLÊMICO DA LEITURA	55
2.3 FORMAÇÃO DISCURSIVA E HETEROGENEIDADE.....	63
3. PORTO ALEGRE EM DISCURSO: A ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE JOSUÉ GUIMARÃES NA CÂMARA DE VEREADORES	72
3.1 ABRIL DE 1954: DESFILIAÇÃO DO PTB E INGRESSO NO PSB.....	73
3.2 AGOSTO DE 1954: MORTE DE GETÚLIO VARGAS	84
3.3 POSSÍVEIS RESPOSTAS	110
EFEITO-CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

A abertura dos trabalhos

A presente dissertação pretende realizar a leitura do discurso político de Josué Marques Guimarães na Câmara Municipal de Vereadores durante o ano de 1954 quando o jornalista, escritor e pensador exerceu o mandato de Vereador do Município de Porto Alegre – capital do Estado do Rio Grande do Sul.

O que provoca a presente dissertação é o interesse em estudar como a história e a ideologia se inscrevem na língua, a partir dos dispositivos de interpretação da análise do discurso de linha francesa. Além disso, desenvolver essa investigação é a possibilidade de contribuir com as pesquisas desenvolvidas junto ao ALJOG/UPF – Acervo Literário Josué Guimarães da Universidade de Passo Fundo.

O trabalho está inscrito na linha de pesquisa “Leitura e Formação do Leitor”, pois, por meio de uma referência teórica, pretende realizar a leitura de posicionamentos políticos presentes no Brasil em meados do século passado. A investigação que será desenvolvida no trabalho também se propõe a colaborar na compreensão desse importante momento da história política nacional e sul-riograndense, assim como na investigação da biografia de um sujeito de grande importância para a cidade de Passo Fundo e para as Jornadas Literárias de Passo Fundo. É importante salientar que Josué Marques Guimarães, como escritor, foi um formador de leitores e principal apoiador dos momentos iniciais do projeto de leitura e divulgação da literatura idealizado por Tania Rösing.

Josué Guimarães foi um jornalista, pensador, que encontrou no romance, embora tardiamente, já em fase mais madura, uma forma de fazer política que, de certa forma, o reposicionava como sujeito em relação aos abertos posicionamentos políticos de sua vida progressa, como crítico declarado à realidade social brasileira. Desiludido com a política partidária, foi por meio dos seus personagens e das metáforas presentes em suas obras literárias que pode defender os seus ideais, transformando toda a sua obra literária em um espaço para realizar denúncias sobre os fatos que ocorriam no cenário político e moral brasileiro. Em razão disso, é fundamental conhecer parte da sua obra literária a fim de analisar os discursos proferidos por Josué Guimarães na Câmara de Vereadores de Porto Alegre no

período de 1952-1955, como também refletir sobre os posicionamentos políticos existentes nas publicações do autor.

A relevância social do estudo dos discursos políticos presentes na década de 1950 no Brasil reside no fato de que o movimento político presente na época é associado a um conflito de posições ideológicas que deságuam no Golpe Militar de 1964. Além disso, os discursos do Vereador Josué Marques Guimarães elucidam sobre posições progressistas, o que culmina em um tensionamento político.

Da mesma forma, é interessante perceber que os posicionamentos políticos presentes na década de 1950 no Brasil encontram uma correspondência com os posicionamentos políticos da atualidade. Isto é, quando um discurso muito conservador, explicitamente autoritário, de fundo político encontra um espaço para significar, criando, por conseguinte, uma tensão com outro discurso. Por exemplo, os discursos que legitimam a luta contra a “ameaça do comunismo”, contra os “atos subversivos” e sobre a importância da garantia dos direitos da propriedade e da família, entre outros, estavam sendo movimentados tanto na década de 50 quanto na atualidade no Brasil.

A tensão desses discursos, que são chamados aqui de conservadores, é criada em relação aos discursos que movimentam, por exemplo, os saberes da “defesa dos direitos sociais”, dos protestos em praça pública, da desobediência civil, da suavização dos direitos da propriedade e da atualização dos direitos de família. Essas duas posições encontraram espaço para a significação/luta, ao menos, em dois momentos da história brasileira. Cada um determinado pelas particularidades da conjuntura sócio-histórica em que foram produzidos, porém, em linhas gerais, é possível dizer que os discursos encontraram espaços para significar na década de 1950 e na década de 2010 no Brasil.

Em meio a essa tensão, um fato importante para as reflexões do presente estudo é a desfiliação de Josué Guimarães do partido trabalhista. Durante o mandato de Vereador (1952-1955), Josué Guimarães requisitou a desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB, e, em seguida, a filiação ao Partido Socialista Brasileiro, – o PSB. Logo, a questão norteadora do trabalho é compreender como se dá a articulação entre o discurso de Josué Guimarães e esse contexto político, levando-se em consideração se tratar de um momento histórico de fortes conflitos ideológicos.

Considerando a informação sobre a desfiliação de Josué Guimarães do partido trabalhista e posterior filiação ao partido socialista, duas hipóteses são levantadas para esse

estudo, quais sejam: a) a desfiliação do PTB vai ao encontro da desidentificação de Josué Guimarães com a ideologia trabalhista; b) o discurso de Josué Guimarães se inscreve em uma formação discursiva trabalhista/socialista, e confirmando-se essa hipótese, pergunta-se b.1) como o discurso opera/funciona no interior dessa formação discursiva? E b.2) quais efeitos esse sujeito visa, dado o contexto político que se encontra?

Confirmando-se ou rejeitando-se as hipóteses para essa investigação, o objetivo geral do trabalho é analisar a forma de inscrição do discurso de Josué Guimarães em uma determinada formação discursiva. Para tanto, pretende-se: a) realizar o levantamento e extrair recortes dos discursos proferidos por Josué Guimarães durante o período que exerceu o mandato de Vereador no Município de Porto Alegre – Rio Grande do Sul; b) caracterizar em qual(ais) formação(ões) discursiva(s) as suas manifestações políticas na Câmara de Vereadores estão inscritas; e c) investigar a forma de inscrição do sujeito em relação à formação discursiva – identificação, contraidentificação e desidentificação.

Esses objetivos serão obtidos por meio dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa – a AD, originada em Michel Pêcheux, da qual serão movidas as noções teóricas de aparelho ideológico de estado, discurso, condições de produção, interdiscurso, esquecimento, sujeito, forma-sujeito, formação ideológica, formação discursiva e heterogeneidade discursiva. O *corpus* da pesquisa é formado pelos recortes dos discursos proferidos por Josué Guimarães no ano de 1954, extraídos dos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre cujas fotocópias se encontram no ALJOG/UPF.

A Análise de Discurso aparece como ciência no final da década de 1960 na França. Ela é considerada uma disciplina de entremeio, uma vez que surge da ruptura/releitura dos textos de três campos do saber: a psicanálise, o materialismo histórico e a linguística. Assim, a Análise de Discurso surge no auge da corrente de pensamento estruturalista e propõe um novo dispositivo de análise da linguagem que leva em consideração a ideologia presente nos discursos.

Michel Pêcheux funda a Análise de Discurso defendendo que a ideologia está materializada na linguagem, dessa forma busca demonstrar de que maneira ela se manifesta no discurso. Para isso a teoria dispõe de conceitos que ajudam o analista a construir um dispositivo de análise do discurso, esses que são acionados pelo texto a ser analisado. Logo, em razão do *corpus* dessa pesquisa se justifica a escolha das noções teóricas presentes no segundo capítulo do presente trabalho dissertativo.

Trata-se de uma pesquisa descritiva-interpretativa, pois pretende analisar as regularidades nos discursos de Josué Guimarães. Ainda é uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque é elaborada através de material já publicado, ou seja, livros teóricos e literários, artigos, dissertações e teses. Documental porque se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como é o caso dos discursos constantes nos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Por fim, a pesquisa é qualitativa porque considera um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser produzida em números.

A presente dissertação conta com três capítulos sendo que, no primeiro capítulo, serão abordadas as obras *Os Tambores Silenciosos* e *As Muralhas de Jericó – Memórias de Viagem: União Soviética e China nos Anos 50*, uma vez que apresentam a preocupação política de Josué Guimarães, bem como começam o desenho das condições de produção dos discursos do Vereador. Ademais, no terceiro tópico do primeiro capítulo, serão pontuados alguns episódios do contexto histórico em que os discursos de Josué Guimarães foram proferidos, ou seja, durante o período conhecido como democracia populista.

No segundo capítulo, serão movimentados os pressupostos teóricos da Análise de Discurso – a AD. Nesse capítulo, a reflexão se voltará ao momento de constituição da disciplina de entremeio originada em Michel Pêcheux. Além disso, discorrer-se-á sobre os teóricos que contribuíram para a sua aparição no quadro das ciências, assim como serão tratadas algumas noções teóricas da disciplina, em especial a de sujeito, formação discursiva e heterogeneidade discursiva.

O terceiro capítulo, por sua vez, será composto das análises das sequências discursivas e dos recortes extraídos dos discursos proferidos por Josué Guimarães durante os meses de abril e agosto do ano de 1954, constantes nos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Por fim, no último tópico do capítulo, será esquematizado um tópico com o objetivo de responder ao problema e as hipóteses que guiam a pesquisa proposta para o presente trabalho dissertativo.

1. JOSUÉ GUIMARÃES

Assim como seus inimigos o caçaram por todo o país e nunca o capturaram, os críticos jamais conseguiram enquadrar Josué numa definição simplória (RUAS, 2010, p. 8).

Desiludido com a política partidária – Josué Marques Guimarães foi filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro e ao Partido Socialista Brasileiro –, foi por meio dos seus personagens e das metáforas presentes em suas obras literárias que pode defender os seus ideais, transformando toda a sua obra em um espaço para realizar denúncias sobre os fatos que presenciava no cenário político e moral brasileiro.

Em uma entrevista, concedida em março de 1982, Josué Guimarães quando perguntado “em que a literatura te gratificou?”, respondeu: “Eu diria que foi por haver me permitido ter dito aquilo que eu quis dizer. De ter posto para fora histórias” (1991, p. 105). Em outras palavras, foi na literatura que ele diz ter encontrado um espaço para expressar aquilo que percebia sobre o mundo. Conforme Rettenmaier, “Josué Guimarães preferiu manifestar pela arte seu inconformismo perante uma situação histórica na qual o cerceamento à liberdade e o abandono do indivíduo são fenômenos comuns na manutenção de uma ordem social conveniente a poucos” (2011, p. 22). Por esses motivos, não é possível ler Josué Guimarães sem levar em consideração as questões político-sociais que ele levantava na escrita de grande parte da sua obra literária.

Dessa forma, com o objetivo de ilustrar parte dos trabalhos que formaram e constituíram o sujeito-autor, no primeiro tópico que segue, serão abordadas as lutas políticas que Josué Guimarães imaginou para o romance político *Os tambores silenciosos*, como uma forma de expor o interesse do escritor pelas questões políticas. No segundo tópico, serão relatadas algumas passagens da obra *As Muralhas de Jericó – Memórias de viagem: União Soviética e China nos anos 50*, com o objetivo de dar início ao desenho das condições de produção dos discursos naquele momento sócio-histórico. Por fim, no terceiro tópico, serão pontuados fatos sobre a política brasileira e sul-rio-grandense particularmente relevantes para as análises das manifestações de Josué Guimarães na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, constantes no terceiro capítulo desta pesquisa.

1.1 OS TAMBORES SILENCIOSOS

A veia política e bem-humorada do escritor é percebida especialmente na obra *Os Tambores Silenciosos*, de 1978. Nessa obra é descrito o cotidiano de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul durante a Semana da Pátria do ano de 1936. A cidade se chama Lagoa Branca, possivelmente em referência e, também, em oposição à cidade de Lagoa Vermelha, já que a cor vermelha aciona a memória dos ideais do socialismo e do comunismo, que na época representada na trama era combatida com veemência, em razão do então recente episódio conhecido como a Intentona Comunista ou a Revolta Vermelha de 35¹.

No romance político *Os Tambores Silenciosos*, o prefeito Coronel João Cândido Braga Jardim prepara as comemorações do desfile de sete de setembro, pretendendo que o da pequena cidade seja superior ao desfile de Porto Alegre. Durante esta semana a população da cidade de Lagoa Branca percebe que os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* não circulavam mais nas bancas, que tinham sido recolhidos pelo inspetor da prefeitura. Segundo o prefeito, eles eram queimados com o objetivo de proteger a população das tragédias do mundo, em especial das atrocidades da Guerra Civil Espanhola. Logo, para o povo do pequeno município restava apenas *A Voz da Lagoa*, jornal impresso na própria cidade apenas com “boas” notícias, ou seja, aquelas notícias selecionadas pelo prefeito.

Além dos jornais, os aparelhos de rádio e as correspondências também estavam sendo apreendidas pelo estafe do prefeito. Dessa forma, a censura do Coronel João Cândido não só prevenia que as tragédias do mundo deixassem de vir ao conhecimento da população de Lagoa Branca, mas também impedia a circulação das notícias que iam de encontro aos ideais que davam base a sua forma de governar o município. Nesse sentido, Sergius Gonzaga (1988, p. 16-17) esclarece que “o prefeito [de Lagoa Branca] sonha com a ‘ilha de tranquilidade’ que na época da publicação do romance era o reclame institucional da ditadura. Ou seja, as referências do texto não se atêm à década de 30 e são remetidas para os governos militares dos anos 70”.

¹ A Intentona Comunista, a Revolta de 35 ou ainda o Levante Comunista foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas liderada pelo Partido Comunista Brasileiro, em nome da Aliança Nacional Libertadora, ocorrida em novembro de 1935.

Por mais que a história se passe em uma cidade do interior gaúcho na década de 1930, o conteúdo do livro também se relaciona com os discursos e práticas políticas existentes no Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985). Nos dois momentos históricos, estavam presentes o cenário da censura que impedia a circulação de notícias ou fechava livrarias devido ao conteúdo ideológico das publicações. Assim como, o cenário da tortura em que jovens voltavam em condições psicológicas e físicas precárias – quando voltavam – dos órgãos responsáveis em manter a ordem política e social, ou, ainda, quando eram presos por motivos não fundamentados, unicamente em razão de divergências políticas.

Na obra em questão, a livraria e papelaria *O Atheneu*², negócio do personagem Dino Maldonado, é alvo da censura imposta na cidade. O Capitão Ernesto Salgado propõe ao prefeito,

amanhã mesmo mando o Paulinho nessa tal de 'O Atheneu', ele sabe fazer essas coisas com jeito, dá a desculpa de que o Chefe de Polícia do Estado determinou uma vista nos livros para saber se entre eles não existe algum de fundo comunista, desse Luís Carlos Prestes, é gente que está na cadeia depois da intentona do ano passado e temos todo o direito de velar pela segurança pública (GUIMARÃES, 1991a, p. 07).

A livraria é fechada sem demora, depois de uma inspeção realizada pelo inspetor Paulinho. O motivo dado ao proprietário do negócio foi que no seu acervo, a livraria e papelaria contava com um exemplar do romance *Cacau* do escritor Jorge Amado³, que era considerado um autor de literatura subversiva. Como se não bastasse, Dino Maldonado é preso sem o conhecimento do Coronel-prefeito, em uma ação planejada apenas pelo capitão e pelo inspetor. Quer dizer, “Lagoa Branca, embora seja um espaço criado pela imaginação de Josué Guimarães, conserva em si uma problemática histórica na manipulação ou censura da informação por setores governamentais” (RETTENMAIER, 2011, p. 32).

O cenário da tortura é representado pelo núcleo do Professor Ulisses e dos estudantes. Exemplo disso é quando o professor Ulisses conta aos seus alunos sobre a história do filho do dono da funerária, preso apenas porque guardava debaixo do colchão um pedaço de jornal velho, “e de lá [prisão] saíra com muitas marcas no corpo sem que ninguém até aquele

² Interessante escolha de Josué Guimarães para o nome da livraria de Dino Maldonado, lembrando que, na Grécia Antiga, Ateneu era o lugar público dedicado à deusa Palas Atena, onde os poetas e literatos vinham ler suas obras.

³ Cabe mencionar que Josué Guimarães declarou: “Não tive maiores influências de autores gaúchos. A citar alguns, prefiro lembrar Graciliano Ramos, Machado de Assis e o próprio Jorge Amado, pela temática popular” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 06)

momento soubesse na realidade o que lhe acontecera: os rapazes, quando saem de lá, recebem ordens de não abrir a boca e tão assustados ficam que não abrem mesmo, por mais que a gente pergunte" (p. 13-14). No final do livro, já no último capítulo, o do dia sete de setembro, o Tenente Hipólito revela que muitos jovens filhos de famílias "boas" da cidade eram presos. A maioria dos meninos de mais ou menos vinte anos, sendo que "dois deles foram torturados e mortos de tanto apanhar, levaram choques elétricos e [que] passavam todos pela tortura do afogamento" (GUIMARÃES, 1991a, p. 205).

Logo, é possível dizer que Josué Guimarães conseguiu testemunhar por meio da literatura o cenário em que vivia no ano de 1977, ano da escrita de *Os Tambores Silenciosos*. Época de um regime militar consolidado, mas provavelmente já desgastado porque permitiu a publicação dessa obra no ano seguinte ao da sua idealização. Para Tabajara Ruas (2010, p. 8), Josué Guimarães "apresentou a magnífica metáfora da dominação e da resistência" no enredo desse livro. De outra maneira, é possível dizer que escrevendo sobre a luta ideológica entre a Ação Integralista Brasileira – a AIB e a Aliança Nacional Libertadora – a ANL do ano de 1936, Josué Guimarães encontrou espaço para descrever a luta ideológica entre o Movimento Democrático Brasileiro – o MDB e a Aliança Renovadora Nacional – ARENA do ano de 1977.

A disputa ideológica retratada na obra literária em questão resultou no episódio conhecido como Estado Novo ou Ditadura Getulista (1937-1945). Em certo sentido, Josué Guimarães conhecia bem o cenário que antecedia os períodos de forte cerceamento de liberdades – como foi o do ano 1937 e o do ano 1964 na história da política brasileira –, uma vez que enquanto Vereador da cidade de Porto Alegre (1952-1955) presenciou os discursos que permeavam, antecedia e condicionavam o evento da Ditadura Militar – ou Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Rettenmaier (2011, p. 14), na sua reflexão sobre a esperança – ou mais especificamente "sobre a necessária permanência de referenciais utópicos nos processos históricos, articulados com o desencanto inevitável às lutas que motivam a busca por um mundo melhor" – defende que o romance político em questão,

Pretende agir na realidade em que se estabelece, orientando trajetórias e propondo alternativas para o restabelecimento da liberdade perdida nos anos de chumbo da política brasileira pós-64. Para isso, organiza-se através de mecanismos nos quais confluem elementos do realismo maravilhoso, alegoricamente imbuído da intenção de destruir e combater a repressão pela sublevação popular e por intermédio das

potências criativas da arte. Nessas potências, mágicas e “cegas”, encontram-se as sementes da esperança de uma revolução política e social que priorize fundamentalmente a liberdade e conduza a uma utopia de justiça política (p. 29).

O próprio escritor Josué Guimarães, quando manifesta a sua inclinação à literatura do tipo realismo mágico, explica que “se observarmos o quadro político da América Latina, descobre-se o motivo disso. Quase nunca se pode dizer pão-pão, queijo-queijo. Fala-se, então, em borboletas, pássaros, gaiolas, labirintos, muros” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 07). Ou seja, o discurso quando produzido nas condições próprias dos regimes ditatoriais, tende a deslizar os sentidos da “opressão”, da “censura”, da “tortura”, presente no cotidiano dos sujeitos, para os sentidos dos elementos fantásticos.

Momentos históricos de cerceamento de liberdades são percebidos pelo funcionamento da língua. Sem exceções, quando o direito de ir e vir dos indivíduos são tolhidos, o direito de se manifestar livremente também sofre limitações. Pela perspectiva teórica da AD, essa interdição do dizer é explicada pela noção de silenciamento. Isto é, em uma conjuntura sócio-histórica dada não estão postas as condições de produção que permitem a livre circulação das diferentes opiniões. Há um forte desequilíbrio no estado da luta de classes que impede o dizer de uma determinada posição. No entanto, esse silenciamento também constrói sentidos, ou seja, desvela o estado da luta de classes/posições. Por essa razão, há o deslizamento dos sentidos para uma FD do realismo fantástico.

No mesmo sentido, pode-se dizer que o escritor aproveitou o acirrado cenário político, comum das cidades pequenas, para abordar a conjuntura política brasileira da década de 1970. Na visão de Sergius Gonzaga (1988, p. 16), a obra constitui “uma síntese extraordinariamente feliz de narrativa de costumes interioranos e sátira política”. Vale lembrar que esse cenário era familiar a Josué Guimarães, pois ele mesmo nascera em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, assim como escrevia novelas e contos que se passavam nesses ambientes de ruas estreitas “vigiadas por velhinhas bisbilhoteiras e povoadas por caudilhos decrépitos, autoridades ridículas, bacharéis pedantes, padres e telegrafistas, beatas e meretrizes, uma variada galeria de tipos caricatos e hilariantes”.

No núcleo da prefeitura de Lagoa Branca, estão sempre ao lado do Coronel-prefeito o inspetor Paulinho Cassales e o Capitão Ernesto Salgado. Esses dois últimos são os responsáveis por executar as maiores atrocidades ocorridas na cidade durante a Semana da Pátria de 1936. Eles “agem sem pudor na repressão aos que se opõem à ordem instituída”

(RETTENMAIER, 2011, p. 33), formando uma força que passa longe da percepção do prefeito. Para o Coronel João Cândido Braga Jardim, chefe do poder executivo municipal, Lagoa Branca era uma cidade-exemplo para as demais da região e as notícias sobre as violências não passavam de comentários maldosos.

Um ponto interessante no enredo do romance político *Os Tambores Silenciosos* é a relação do prefeito da pequena cidade gaúcha com Getúlio Vargas, uma vez que o objetivo deste trabalho é analisar os discursos de Josué Guimarães na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, enquanto Vereador eleito pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro para o quadriênio de 1952-1955, esse partido político do qual Getúlio Vargas era fundador e destacado membro. Em verdade, não era uma relação propriamente dita, mas antes certo olhar bastante admirativo que o Coronel João Cândido direcionava a Vargas, o então chefe do executivo federal em 1936.

Nas duas passagens do livro em que o Coronel João Cândido Braga Jardim se refere a Getúlio Vargas, ambas são em momentos de superação. Ou melhor, quando o prefeito busca forças para enfrentar o que acredita ser uma ameaça do comunismo na cidade de Lagoa Branca, ele diz “eu sei o que esses comunistas querem, mas se estão pensando que podem fazer comigo o mesmo que tentaram fazer com o Dr. Getúlio Vargas o ano passado, estão redondamente enganados” (p. 99), ou seja, o prefeito pretende se defender dos comunistas da mesma maneira que Vargas tinha se defendido deles no episódio da Intentona Comunista ou da Revolta Vermelha de 35. Em outras palavras, é possível dizer que Getúlio Vargas era, para o Coronel João Cândido, um modelo de estadista a ser seguido, ou ainda, alguém que suportava as mesmas dificuldades que ele, e que, portanto, em algum nível, o prefeito se identificaria com a sua trajetória.

No mesmo sentido, é a segunda aparição da proximidade entre os chefes do executivo municipal e federal na trama que tem como espaço narrativo a cidade de Lagoa Branca na Semana da Pátria de 1936. Essa passagem no livro se refere a uma congratulação que Vargas teria direcionado a João Cândido. O fragmento do livro diz “Getúlio Vargas falou quando encontrou o prefeito antes de 1930: “meu caro coronel, o país precisa de homens como o senhor” (p. 151). Assim, aos olhos do chefe do executivo municipal existia na relação dos políticos uma estima compartilhada, um respeito provindo de ambos os lados, uma admiração recíproca.

A principal característica da obra, notada até pelo leitor mais desatento, é a relevância das opiniões das irmãs Pilar para o desenrolar da trama, uma vez que grande parte da narrativa é movimentada através das percepções provindas e discutidas na casa delas. Elas são, em ordem de nascimento, Maria Celeste, Maria de Jesus, Maria de Fátima, Maria de Lourdes, Maria Madalena, Maria da Graça e Maria da Glória Travassos Pilar. Protagonistas do romance, elas são sete mulheres solteiras com uma boa visão sobre a cidade desde a sua janela, essa visão⁴ que é aperfeiçoada com o uso do binóculo do falecido pai.

Destacam-se na trama as irmãs Pilar porque, através das lentes poderosas de seu binóculo, orientam a leitura da obra, captando, no início de cada capítulo (dia), dados da realidade que se constituem em tema de cada parte da obra. Tornam-se, assim, a mais clara voz de oposição às atividades e comportamentos do Coronel-Prefeito e dos outros habitantes da histórica e mítica Lagoa Branca e levam ao final da obra à ruptura (ou pelo menos ao desejo de ruptura) não com a tradição narrativa, mas com a ordem política repressora (REMEDIOS, 2000, p. 115).

Os Tambores Silenciosos termina na segunda-feira, no fatídico dia sete de setembro de 1936, quando o esperado desfile idealizado pelo prefeito não alcança as suas expectativas. O dia é de chuva em Lagoa Branca, o que cobre de barro as ruas e prejudica o funcionamento do protocolo do evento. Os pássaros negros aparecem em maior quantidade, irritando ainda mais aqueles que não suportam a presença daquelas aves. No decorrer do romance, esses pássaros negros são chamados pela população de Lagoa Branca de pássaros negros com papo encarnado ou vermelho, urubus, morcegos ruivos, borboletas negras, aves de mau agouro, galinhas pretas, corujas, etc.

Nino Danesi, que trabalha no Café 18 do Forte, perde a esposa Clélia que morre do coração, o que enfurece o prefeito porque um enterro não combina com o tamanho das festividades do dia sete de setembro em Lagoa Branca. O prefeito chega a pedir que se conserve o corpo de Clélia por mais um dia na casa da família, sugerindo que o envolva em flores para disfarçar o mal cheiro. As mais variadas doenças e desconfortos afetam os cidadãos da cidade, impedindo a presença deles no evento do prefeito. Com pouco público, o prefeito insatisfeito com o desfile encerra forçosamente as comemorações do dia e convoca reunião na prefeitura.

⁴ Claro, com exceção da irmã mais nova Maria da Glória, responsável pelos afazeres da casa, que era cega. Fato que é revelado ao leitor no dia de sua morte. No entanto, é a irmã com a maior compreensão sobre os eventos de Lagoa Branca.

Nessa reunião, ele recebe uma mensagem de Porto Alegre, da Chefia de Polícia do Estado, dizendo que sérias acusações teriam chegado ao conhecimento do departamento, requisitando um relatório para o Governo do Estado, o qual deveria ser passado pelo telégrafo. O Coronel-prefeito que até então desconhecia as atrocidades cometidas pelo inspetor e pelo capitão, acredita que a mensagem faça referência ao desastroso desfile de sete de setembro. No entanto, o Tenente Hipólito assustado revela ao prefeito a situação dos jovens torturados e mortos na prisão de Lagoa Branca, bem como sobre o afogamento dos cinco mendigos da cidade. Com a finalidade de “limpar” a cidade para o desfile de sete de setembro, o prefeito pede que o inspetor Paulinho leve para outra cidade os mendigos chamados de Zé Banana, Cabeça de Boi, Dama das Camélias, Carrapicho e Juca Padeiro. No entanto, o inspetor os deixa afogar no rio.

Além disso, o vereador Paulino Paim mata a tiros a esposa D. Flor, a qual o traía com o seu consentimento. D. Benigna acompanhada de seu marido, o conselheiro Dr. Lúcio Machado, e de seu amante chamado Lauro, que trabalha no setor de cobranças da prefeitura, fogem da cidade com o carro novo do prefeito, já que teriam dito que a Força Federal chegaria cedo no dia seguinte. E o acontecimento mais revelador do romance *Os Tambores Silenciosos* é a morte da irmã Pilar mais nova, a Maria da Glória Travassos Pilar. Nesse momento da trama, o leitor descobre que, mesmo encarregada de todas as responsabilidades do lar, ela não enxergava.

Nos últimos dias da Semana da Pátria esclarece-se que Maria da Glória diminuía de tamanho a olhos vistos, o que a obrigava a encurtar a barra do vestido para que não tropeçasse. Do dia seis ao dia sete de setembro, a irmã mais nova tinha a aparência de ter envelhecido cinquenta anos, e, na opinião de Maria Celeste, estava muito semelhante à mãe delas Branca Travassos Pilar. Essa impressão é ratificada pela opinião do único médico da cidade, o Dr. Fadul, que quando virou o rosto de Maria da Glória para observá-la melhor, “fez um ar de espanto, [pois] o que via era o rosto de uma mulher quase centenária, pele seca e engelhada; reparou no corpo, pelo tamanho dava a impressão de ser o de uma menina de doze anos” (p. 211).

Assim, curiosas pelo conteúdo do saco de costuras da finada irmã, já que a caçula nunca as permitia tocá-lo e que sempre costurava durante a madrugada, enquanto as suas irmãs dormiam. As irmãs remexeram a bolsa de Maria da Glória e encontraram “algo que estava embrulhado num grande pedaço de pano e [que] ao abrirem as suas dobras viram que era um grande pássaro negro, de papo encarnado, inacabado, aberto ainda pelo meio, oco,

igual a todos os que nos últimos dias infestavam a cidade” (p. 213). O grande mistério foi revelado, o mistério sobre a procedência daqueles bichos que todos os habitantes de Lagoa Branca desconheciam.

Para Rettenmaier (2011, p. 56) a personagem Maria da Glória era a “representação do artista que subverte a realidade atuando por meios mágicos dos quais só ele é digno”. Dessa forma, Maria da Glória era a artesã que concebia os pássaros negros que tanto incomodaram os partidários dos ideais integralistas na cidade de Lagoa Branca, visto que os personagens com posições contrárias a ordem imposta pelo Coronel-prefeito⁵ não se impacientavam demasiadamente com as aves. Ao contrário, por exemplo, do inspetor Paulinho Cassales e do capitão Ernesto Salgado, que demonstravam sentimentos de medo e repúdio em relação aos bichos. Isto posto, os “urubus negros com papo encarnado”, evidentemente aliados a outros fatores⁶, impediram a “glória” dos plinianos/integralistas no desfile de sete de setembro de 1936.

Outro fator que não alcança as expectativas do prefeito no dia do desfile de sete de setembro, e que também dá nome à obra literária de Josué Guimarães, foram os tambores dos jovens integralistas. Os tambores “representantes uníssonos da voz oficial, misteriosamente silenciam, deixando os gestos marciais e a disciplina sem o acompanhamento que tinha por fim harmonizar atos e vozes pela orientação de um ritmo instituído pelo poder” (RETTENMAIER, 2011, p. 47). Esses instrumentos também fazem parte do ritual proposto quando das noites de encontro dos integralistas, momento em que o poema “Os Tambores Silenciosos” de Jaime de Castro é lido.

Incontestavelmente, as sete irmãs Pilar de Lagoa Branca fazem oposição às decisões do Coronel-prefeito e do seu séquito de colaboradores. Um possível índice dessa discordância com os ideais do prefeito são os males que acometem as irmãs Maria Celeste, Maria de Jesus e Maria de Fátima,

Maria Celeste disse: amanheci hoje com a **pressão alta**, sinto palpitações só no virar a cabeça; Maria de Jesus comentou: sempre que saio de casa aparecem as **varizes** e a noite inteira elas incomodam, sonhei hoje que estava com cobras enroladas nas pernas; Maria de Fátima, sem tirar os olhos do binóculo, disse que dormira aquela noite com almofadas debaixo dos **rins**, sentia umas agulhadas mesmo dormindo e que achava que um dia qualquer todas elas deviam tomar o trem e dar uma chegada

⁵ Como é exemplo o Professor Ulisses ou qualquer uma das irmãs Pilar.

⁶ A chuva, as mortes, as doenças, os desconfortos e o “silêncio” dos tambores que impediram o desfile de sete de setembro, tão esperado pelo prefeito.

em Porto Alegre [...] [Maria de Fátima] nem sentava para a digestão e era aquela **azia que chegava a queimar a garganta**, como se um ente humano fosse um dragão de história infantil, desses que botam **fogo pela boca** (GUIMARÃES, 1991a, p. 96).

O sangue da pressão alta, das varizes e a dor da azia que queima atualizam a cor das imagens da corrente ideológica contrária ao integralismo do Coronel-prefeito João Cândido Braga Jardim. A luta ideológica do período retratado era aquela personificada nas pessoas de Luís Carlos Prestes e Plínio Salgado. Prestes estava preso desde a tentativa de tirar Getúlio Vargas do poder brasileiro, assim como as sete irmãs Pilar que viviam praticamente isoladas do convívio social na casa que já tinha sido de seus pais.

Com a finalidade de fundamentar satisfatoriamente a ideia da oposição entre as aves negras e aqueles moradores de Lagoa Branca que apoiavam os ideais integralistas do prefeito, cabe mencionar em qual circunstância a existência dos bichos é relatada pela primeira vez no livro. A primeira aparição dos pássaros negros com papo encarnado no romance político *Os Tambores Silenciosos* ocorreu em um encontro no Café 18 do Forte. Nessa reunião estavam presentes o capitão Ernesto Salgado, o Tenente Hipólito e o inspetor da prefeitura Paulinho Cassales. Os personagens "viram um pássaro negro, peito vermelho vivo, bico reluzente, olhos muito brilhantes, pousado num galho junto à parede", e em seguida "o capitão perguntou irritado: que faz aí parado? vamos, espante essa peste daí que me parece ave de mau agouro" (p. 51)

Tanto os pássaros negros foram cruéis com os integralistas, que o machucado do Paulinho Cassales, causado por um "morcego ruivo", o levou a óbito. O ferimento foi causado durante uma inspeção na casa do pastor e telegrafista Ezequiel Azevedo⁷, onde Paulinho estava à procura de uma galena usada pelo filho do reverendo. No entanto, a ferida aumentou exponencialmente durante o decorrer da semana, que no dia sete de setembro, o inspetor não tinha condições físicas de ir ao evento do prefeito. Diante da ausência de um membro tão ativo da prefeitura, Hortênsia e Heloísa Nunes Pereira, responsáveis pela abertura dos correios de Lagoa Branca, vão à casa de Paulinho e visualizam, embaixo dos lençóis da cama, "a cara do inspetor comida pela metade por enormes vermes amarelados que avançavam como cobras, o osso malar estava à mostra e parte da dentadura, como se ele estivesse rindo sinistramente com a metade da cara" (p. 207)

⁷ Uma observação a ser feita é que o próprio Josué Guimarães era filho de pastor leigo e telegrafista. O cenário de brigas entre o pastor e o padre, retratadas em *Os Tambores Silenciosos*, fazia parte da infância do autor quando morou em Rosário do Sul - RS.

Diante desse cenário caótico, a população sai às ruas para matar os pássaros pretos que ocuparam a cidade de Lagoa Branca armados com porretes, espingardas, bodoques e pedras. As irmãs Hortênsia e Heloísa presenciam aquele momento da população e constataam que “eles estão fingindo que matam esses bichos e este aqui é de arame e de pano, vê só as penas de galinha” (p. 207). Em certo sentido, a falsidade dos pássaros negros pode estar atualizando os discursos sobre a falsidade da ameaça do comunismo, que estão presentes tanto no episódio histórico do Estado Novo ou Ditadura Getulista⁸, como no da Ditadura Militar ou Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Assim, com a leitura da obra literária *Os Tambores Silenciosos*, percebe-se que Josué Guimarães escreveu sobre uma cidade gaúcha que vivenciava os momentos que antecederam o Estado Novo ou Ditadura Getulista, porém, em verdade, descrevia um período de grave cerceamento de liberdades muito próximo ao do autor que escreveu o livro em 1977. Ademais, é possível perceber que vários dados dessa obra literária se confundem com dados da biografia de Josué Guimarães, portanto é também uma obra que apresenta o escritor e a característica contestadora das suas obras. No próximo tópico, a partir do relato da viagem que o então jornalista e Vereador fez à União Soviética e à China, se inicia o desenho das condições de produção dos discursos de abril e agosto de 1954 que serão analisados no terceiro capítulo.

1.2 AS MURALHAS DE JERICÓ

As muralhas de Jericó talvez seja a obra mais polêmica escrita por Josué Guimarães. Por mais que ela tenha sido concebida em um período que Josué exercia os ofícios de jornalista e vereador, discorro sobre ela no tópico que reflete sobre o “escritor” Josué Guimarães. Isso porque esse trabalho foi importante na formação do autor e também porque posteriormente essa obra se agregou ao que foi considerado como a sua produção literária. É interessante mencionar que a leitura dessas memórias de viagem seja lida no interior de uma ordem sócio-histórica, ou seja, aquela ordem do início dos anos 1950. Nesse espaço, um sujeito para significar necessita posicionar-se como autor.

⁸ Plano Cohen.

O livro intitulado *As Muralhas de Jericó – Memórias de Viagem: União Soviética e China nos Anos 50* “foi escrito em junho de 1952, após a viagem que Josué Guimarães fez à União Soviética e à China, em março-abril daquele mesmo ano, como correspondente especial do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro” (REMEDIOS, 2001, p.09). Logo, nas páginas desse livro é possível encontrar um relato da viagem de Josué Guimarães a esses dois países socialistas.

De acordo com o aporte teórico escolhido para o estudo presente nesta dissertação, o autor é a dimensão do sujeito mais determinada pela relação com a exterioridade. Nesse livro, Josué Guimarães se posiciona como apoiador das práticas adotadas nos países visitados – conforme se poderá perceber no texto que segue –, porém a publicação deste relato de viagem aconteceu apenas postumamente, no ano de 2001.

Por que a demora em publicar? Segundo informações colhidas com contemporâneos do autor, a sua pretensão era publicar as memórias. Entretanto, como integrante do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e amigo pessoal de João Goulart e do presidente Getúlio Vargas, esse último convidou Josué Guimarães para um jantar no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, e “aconselhou-o” a não publicar o livro para não perturbar a ordem estabelecida no país. Alguns anos depois veio o suicídio de Vargas e o Golpe Militar de 1964 responsável pelo regime ditatorial que se instalou no Brasil durante vinte anos (REMEDIOS, 2001, p. 14-15), tempo em que uma obra como a que Josué Guimarães idealizou não encontraria condições de ser produzida/publicada.

A negativa para a publicação não parece ter sido um choque para Josué Guimarães. Isso porque no relato de sua viagem, o Vereador descreve as primeiras imagens que observa da Tchecoslováquia – última parada antes do destino Moscou – da seguinte maneira: “vejo os primeiros aparelhos soviéticos, pintados de verde oliva, com grandes estrelas vermelhas na cauda. Tenho a sensação de estar vendo coisas proibidas e de que alguém me baterá de leve nas costas, aqui dentro do avião, pedindo para fechar as cortinas” (GUIMARÃES, 2001, p. 52). Ou seja, a censura em relação àquelas imagens revela que em seu lugar de origem elas não encontravam condições para serem reproduzidas. Segundo o relato, ainda nesses momentos iniciais do trajeto, um dos seus companheiros de viagem nota que as fotografias de Stálin na Tchecoslováquia pareciam ser mais simpáticas do que aquelas fotografias carrancudas que ele costumava ver no seu país.

Também em Praga, o escritor se surpreendeu com a religiosidade do povo tcheco. Para ele, era como receber um balde de água fria encontrar católicos apostólicos romanos atrás da “Cortina de Ferro”. No entanto, qualquer lugar público se parecia muito com as festas de igreja do Brasil, o que fez com que o escritor se perguntasse se seria chamado de mentiroso quando contasse esse fato no seu país. Por fim, termina concluindo que talvez não o fosse chamado, pois “o brasileiro já começou a compreender que em tudo aquilo que lê, ouve ou vê acerca deste lado, está sempre um dedo qualquer interessado em mentir, em criar barreiras, em torcer os fatos” (2001, p. 57). Isto é, o que era veiculado nas mídias brasileiras acerca do Oriente – e conseqüentemente o que mobilizava e sedimentava os saberes acerca do Oriente – não provinha de fontes confiáveis para o autor Josué Guimarães da década de 1950.

As últimas impressões do então jornalista sobre a Tchecoslováquia fazem referência à polícia, ao custo de vida dos tchecos e à organização dos partidos políticos. Ele afirma que sentiu o rigoroso “regime policial” do Estado que controlava as atividades pessoais da população com o intuito de combater a contra-revolução⁹. Percebeu também os altos custos dos artigos de primeira necessidade e a lentidão em que se executava a reforma agrária, o que para ele justificava-se pela desorganização do trabalho nos campos causada pela guerra. Ressaltou o baixo preço dos livros e aluguéis de casas. Além disso, ele esclarece que existiam vários partidos políticos na Tchecoslováquia – o Comunista, o Nacional-Socialista, o Popular, o Social-Democrata e o Social-Cristão. Nas eleições a votação era indireta para os candidatos e direta para os partidos, esses que defendiam seus pontos de vista programáticos por meio de seus jornais¹⁰.

Os grandes destinos desta viagem são a União Soviética e a China. Em Moscou, a organização do metrô é um dos primeiros encantos de Josué Guimarães que, segundo o intérprete Nicolau, foi construído com a intenção de “oferecer aos trabalhadores o máximo de conforto e alegria nas suas idas e vindas para o trabalho das oficinas, das fábricas e mesmo das repartições” (2001, p.70). O grande movimento nas casas comerciais, inclusive aos domingos, chama a atenção de Josué Guimarães, que acredita ser isso indício do poder aquisitivo do povo soviético daqueles dias. Segundo o relato, a religião também é praticada na

⁹ Essa revolução, da qual se combate uma contra-revolução, faz referência ao episódio conhecido como Golpe de Praga ou Fevereiro Vitorioso. Nesse episódio, ocorrido em fevereiro de 1948, o Partido Comunista chega ao poder com o apoio da União Soviética. Klement Gottwald era o presidente da Tchecoslováquia quando da viagem de Josué Guimarães e permaneceu no cargo até a sua morte em 1953. A primeira derrota do Partido Comunista da Tchecoslováquia nas urnas ocorreu em 1989.

¹⁰ O *Rudé Pravo* era o jornal do Partido Comunista. O *Lidová Demokracie* editava o jornal do Partido Democrata Cristão (GUIMARÃES, 2001, p. 60).

capital soviética, porém com maior influência sobre a população idosa. Nas palavras de uma jovem russa: “A religião nos ensina a ser caridosos, mas, na União Soviética, não há lugar para a caridade. Aqui, os direitos são iguais e tudo se conquista pelo trabalho e pela inteligência. O camponês não reza. Ele planta e colhe e obtém o céu aqui mesmo na terra” (p. 79).

É interessante refletir sobre quem diz essas palavras da jovem russa, assim como refletir sobre a percepção que Josué Guimarães tem de Moscou por meio do trabalho de tradução do intérprete Nicolau. As aspas no texto de Josué Guimarães dão a ilusão de que essas palavras escritas foram exatamente as palavras usadas pela jovem russa. Quando elas foram algo parecido *sintaticamente* com as palavras *traduzidas/interpretadas* por Nicolau, acrescidas da *interpretação* (nesse caso de Josué Guimarães) de mais um outro sujeito afetado de ideologias. Ou seja, é possível dizer que a relação com a religião não é transparente sequer para a jovem russa. Por essas e outras questões que a leitura de *As Muralhas de Jericó* é rica quando pensada à luz de um aporte teórico como é o da Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Mas a viagem de Josué Guimarães continua.

Na Fábrica de Stálin, o escritor vê com espanto as mulheres fazendo serviços pesados. “Aqueles mulheres recebem até mil e quinhentos rublos mensais e têm mais horas de repouso. Um mês por ano gozam férias na montanha ou no mar” (p. 86). Conforme as palavras de Josué Marques Guimarães, os operários recebiam prêmios como o “Prêmio Stálin”, o “Lênin” e o “Estrela Vermelha” pelo esforço e capacidade de seu trabalho. Esses prêmios eram ostentados nos teatros, restaurantes, nos cinemas e cafés e para os quais as pessoas olhavam curiosas a fim de contemplar aqueles heróis do trabalho.

Os operários dispõem, ainda, de sanatórios e casas de repouso, uma policlínica própria, dezenas de creches, jardins de infância, restaurantes, escolas primárias, além de um Palácio de Cultura que compreende salões de baile, salas de concerto, de conferências, bibliotecas, cursos de bailado, de canto, de piano, de rádio-amadorismo, de pintura, de aerodelismo, de Botânica, de História Natural, de Geografia, de escultura. Também há salas de repouso, leitura, cinema e teatro. Para se ter uma idéia do tamanho do Palácio de Cultura da Fábrica Stálin, basta dizer que só de cabides para sobretudos ele dispõe de 4.416.

Quarenta por cento dos operários são mulheres. Elas trabalham tranquilas, sabendo que os filhos estão nas creches da própria fábrica ou nas escolas primárias do tipo padrão para toda a União Soviética. À noite, elas vão ao teatro com os maridos, sem que ninguém possa dizer, pela roupa ou pelo jeito, que alguém seja operário ou diretor de fábrica (GUIMARÃES, 2001, p. 88-89).

No circo de Moscou, o que surpreende o então vereador e jornalista é a simplicidade da fachada do circo. Nada de letreiros luminosos ou lâmpadas encarreiradas, apenas um letreiro modesto escrito “Circo”. O espetáculo não acontecia debaixo de uma lona, mas sim em um prédio de material. O número de humor era feito por uma dupla, um gordo e outro magro, que faziam piadas sobre o descanso e o trabalho, ou seja, na socialista União Soviética “ouvir alguém dizer que dormir 24 horas por dia é salutar e faz bem ao corpo e ao espírito, causa apenas risos” (p. 94).

Josué Guimarães ainda visita um cinema em três dimensões – sem óculos, o que o obrigava a manter a cabeça imóvel – e elogia o perfeito colorido dos filmes. *Mosfilm* era o nome do grande estúdio de Moscou, que hoje é considerado o mais antigo da Europa. Segundo o relato da viagem (p. 100), Stálin teria afirmado “o cinema, nas mãos do povo soviético, representa uma valiosíssima e inapreciável força”, enquanto Lênin “de todas as artes, a mais importante para nós é o cinema”. Por sua vez, Josué Guimarães opina que, como não havia magnatas do cinema na União Soviética, uma vez “desaparecendo a finalidade comercial como base da produção, os filmes e produtores se libertam de uma série de injunções materiais, dando largas à imaginação e ao bom gosto” (p. 102).

O relato segue tratando sobre a educação em Moscou e também sobre uma visita da comitiva brasileira ao *kolkhose*¹¹ Lênin. Por fim, o último capítulo sobre a viagem de ida à União Soviética é intitulado “É proibido negociar” e discorre sobre o conteúdo da Conferência Econômica Internacional, ocorrida na Casa dos Sindicatos da capital soviética. Nessa conferência, Josué Guimarães conhece o desejo da Polônia de vender carvão para o Brasil, sendo que em troca o país compraria algodão, lã, couros, quebracho, café, cacau e minérios de ferro dos brasileiros. No entanto, depois da sua volta ao Brasil, Josué Guimarães desabafa: “quando falo com as altas autoridades brasileiras sobre esse problema, noto da parte deles um temor quase doentio, como se fosse necessário olhar para os lados primeiro para depois emitir uma opinião qualquer, como se as paredes tivessem ouvidos” (p. 125-126). Logo, nesse trecho de *As Muralhas de Jericó*, fica evidente a resistência em estabelecer negócios por parte das “altas autoridades brasileiras”, grupo de autoridades que o então presidente Getúlio Vargas muito provavelmente pertença.

Depois das passagens em Irkutsk (Rússia siberiana) e Ulan-Bator (Mongólia), o avião que levava a comitiva de estrangeiros pousou em Pequim. A China, quando da viagem de Josué Guimarães, tinha adotado o socialismo havia dois anos e meio, ou seja, em um espaço

¹¹ Granjas coletivas ou fazendas coletivas que produziam alimentos para as cidades.

de tempo bastante diferente das décadas de socialismo da União Soviética. Em um passeio a contragosto no Palácio do Imperador porque não queria ver monumentos, mas conhecer as dificuldades do cotidiano dos chineses, Josué Guimarães se questiona “qual será a idéia deste povo que de uma hora para outra recebeu o seu quinhão de terra, as ferragens para plantar, os animais para tracionar os arados e que, de uma hora para outra, teve abertas as portas misteriosas das terras proibidas¹²?” (p. 153).

Nas impressões de Josué Guimarães, Mao Tsé-Tung não representava para o povo chinês um presidente da República, um chefe de Estado, um líder político de virtudes superiores, mas antes um companheiro em quem confiavam. A tática guerreira de Mao, revelada no seu livro, consistia em reunir seus homens e logo que avançassem em um território, procedessem na retaguarda a reforma agrária, “dividindo terras, dando sementes, ensinando métodos mais produtivos, vendendo a crédito arados e carroças, criando escolas” (p.156). Dessa forma, se algum dia seus homens tivessem que recuar em razão do inimigo, a reforma agrária já havia sido feita.

Ainda no trem com destino a Xangai, Josué Guimarães reflete: “tudo foi conquistado palmo a palmo, e [...] tenho a certeza de que a conquista foi definitiva e que aquele que espantou a fome, que enxotou para fora dos limites da antiga China a vergonha de ser escorraçado na sua própria casa, é um vencedor.” (p. 167). A primeira sensação do escritor brasileiro foi que a cidade de Xangai era internacionalizada, trazia nas suas paisagens muitas referências ao povo inglês e francês, faltando ainda uma zona verdadeiramente chinesa naquela “Babel”. No entanto, ele acreditava que essa realidade estava se transformando, haja vista a dificuldade em se encontrar cartões-postais e o estranhamento dos chineses causado pela comitiva estrangeira na cidade.

Os chineses se impressionaram com a quantidade de jornais existentes apenas na cidade do Rio de Janeiro, já que na cidade de Xangai existiam nove naquela época. Não entenderam como o governo se dava o luxo de permitir a circulação de tantas publicações, uma vez que o Brasil importava papel de imprensa. Logo, Josué Guimarães explicou que o impedimento da presença dos jornais no Brasil poderia ser interpretado como uma pressão contra a liberdade de imprensa, porém os chineses pareceram continuar não compreendendo aquela situação (p. 172).

¹² Josué Guimarães faz referência à Cidade Proibida, como também é conhecido o Palácio Imperial da China, que já foi um lugar onde apenas o imperador, a sua família e os seus empregados poderiam circular. O espaço foi aberto à visitação em 1925. Quando do relato de Josué Guimarães, o complexo operava como um museu e passava por um trabalho de recuperação depois de séculos de clausura.

A última aventura de Josué Guimarães antes da viagem de volta ao Brasil aconteceu em Xangai, lugar onde o jornalista acompanhou o desfile de 1º de maio. No momento das despedidas, ele se pergunta: “Voltarei à China? Andarei alguma vez mais pelas ruas de Pequim, por aqueles palácios de lagos e casais de namorados? [...] Mesmo agora, na hora das despedidas e do início do retorno ao Brasil, não acredito que tornarei a vê-los.” (p. 186). Hoje, sabe-se que esse último sentimento de Josué Guimarães estava certo, aquela foi a primeira e última viagem à China do escritor.

Assim, diante do aconselhamento do então Presidente da República Getúlio Vargas, ou seja, da negativa em publicar essas memórias de viagem intituladas *As Muralhas de Jericó* (REMEDIOS, 2001, p. 14-15), foi apenas na década de 1980 que Josué Guimarães entregou os escritos para que Ivan Pinheiro Machado¹³ realizasse a leitura. Ivan, como seu editor, prontamente se propôs a publicar o material, mas Josué fez a ressalva que gostaria de voltar à China mais uma vez antes que a publicação ocorresse. No entanto, essa viagem de volta não acontece, tendo em vista o falecimento do escritor no dia 23 de março de 1986 (REMEDIOS, 2001, p.15).

Dessa maneira, a escrita dessa obra ocorreu em um momento anterior ao do autor literário publicado, uma vez que sua primeira obra literária – livro de contos *Os ladrões* – é do ano de 1970. Logo, *As Muralhas de Jericó – Memórias de Viagem: União Soviética e China nos Anos 50* teria sido a primeira obra do autor, idealizada dezoito anos antes daquela que ficou conhecida como tal. Isto é, até o final do seu mandato como Vereador da cidade de Porto Alegre, Josué Guimarães encontrava apenas no ofício de jornalista o espaço para contar suas histórias e defender seus ideais. Já que parece não ter sido na política partidária que ele encontrou espaço para expressar os “seus” ideais.

É interessante perceber que, mesmo a viagem de Josué Guimarães para a União Soviética e China Continental possuir interesses jornalísticos, já que viajou como correspondente especial da *Última Hora* do Rio de Janeiro, ele termina por deixar transparecer a sua opinião muito além da (impossível) imparcialidade jornalística. Parece que o grande lugar a ser descoberto não foi o mundo por detrás da Cortina de Ferro, mas antes o mundo interior desse sujeito que intriga seus leitores há gerações.

¹³ Ivan é um dos fundadores da L&PM Editores, uma editora que teve papel importante no combate à ditadura militar, ocasião em que publicou obras de resistência democrática.

1.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: ANOS 50 E A POLARIZAÇÃO DE DISCURSOS

Até 1951, Josué Marques Guimarães, nascido na cidade gaúcha de São Jerônimo no dia 7 de janeiro de 1921, encontrava no jornalismo a sua principal atividade profissional. No entanto, no final desse ano, foi eleito Vereador da cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul e se comprometeu pelos próximos quatro anos com as tarefas legislativas do maior município do Estado gaúcho. Eleito pelo PTB, partido que na época contava com Getúlio Vargas e Leonel Brizola na sua composição, o até então jornalista vê de perto a movimentação dos discursos que culminaram, mais de década após, com o Golpe Militar de 1964 e os vinte anos de regime ditatorial no Brasil.

Josué Guimarães iniciou sua carreira jornalística no ano de 1939, quando trabalhou nas revistas *O Malho* e *Vida Ilustrada* na cidade do Rio de Janeiro, portanto cabe pensar que ele era atento aos problemas econômicos e sociais do Brasil. Certa vez declarou: “Faço tudo com dúvidas. Tenho dúvidas permanentes. Não acredito muito nas coisas que estão por aí. Acho que sempre trabalhei em instituições democráticas, principalmente jornal e revista. Sempre lutei por aquilo que achava justo” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 04).

Logo, em 1º de novembro de 1951, o jornalista Josué Guimarães foi eleito Vereador da cidade de Porto Alegre, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Na oportunidade, chegou a ocupar a vice-presidência da Câmara de Vereadores. Também foi nesse período que Josué Guimarães viajou para a União Soviética e a China Continental como correspondente especial do jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro. No entanto, no mês de abril de 1954, ainda durante o mandato de Vereador, Josué Guimarães emitiu carta de desfiliação do partido trabalhista, sendo que, posteriormente, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro – o PSB que seria a última agremiação política a qual se associaria.

A atividade político-partidária de Josué Guimarães foi episódica. Nas suas palavras: “não nasci para a política. Mas tenho minhas convicções arraigadas, das quais ainda não abri mão. É possível que de minha vivência política tenha restado algo de útil para o que escrevo, mas afinal, de tudo o que se faça, deve sobrar sempre alguma coisa” (RIO GRANDE DO SUL, p. 05). É compreensível a desilusão de Josué Guimarães com a política, já que o quadriênio 1952-1955, quando ocupou o cargo de Vereador de Porto Alegre, foi um período

fortemente tumultuado para a política, cujos historiadores denominam de “democracia populista” ou somente de “populismo” (1945-1964).

Essas informações sobre os primeiros anos da década de 50, em especial em relação à vida de Josué Guimarães já preparam as análises das sequências discursivas do terceiro capítulo. Isso porque são esses dados que desenham as condições de produção das manifestações do Vereador nos meses de abril e agosto de 1954. Na perspectiva teórica adotada para esse trabalho, as condições de produção do discurso (ORLANDI, 2006, p.15) compreendem os sujeitos e a situação. Assim, é possível considerar as condições de produção em um sentido estrito e em um mais amplo. Em sentido estrito, elas compreendem as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. Em um sentido amplo, elas compreendem o contexto sócio-histórico, ideológico. Também faz parte das condições de produção a memória discursiva – o interdiscurso¹⁴. No entanto, é importante frisar que essa separação dos sentidos é possível apenas teoricamente, uma vez que na prática é impossível dissociar um do outro.

Um exemplo do funcionamento desse conceito é quando nos propomos a analisar as práticas e os rituais de uma sala de aula. Logo, no sentido estrito das condições de produção, pode-se imaginar que há uma professora diante de trinta alunos, às sete horas e meia da manhã de uma sexta-feira, em uma escola da rede pública de ensino de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. O conteúdo ministrado aos alunos pela professora versa sobre os símbolos nacionais do Brasil. Indo mais além, digamos que, em certo momento da aula, a professora repreende um aluno em razão de ele estar conversando com o colega de sala, que está sentado na fila ao lado, durante o momento da sua explicação. Essa é uma situação corriqueira na maioria das escolas brasileiras, que em um primeiro momento não causa estranhamento ao leitor do cenário.

No entanto, quando a reflexão desse evento é considerada no sentido amplo das condições de produção, é viável pensar, por exemplo, na escola como um aparelho ideológico de estado – AIE. Também, na professora e nos alunos como sujeitos determinados sócio-historicamente, assujeitados por uma ideologia que não lhes é transparente, na ilusão de estarem fazendo escolhas ou criando enunciados originais. Da mesma maneira, é possível refletir sobre a relação de forças entre a professora e os alunos, já que a primeira é a detentora do saber, e, portanto de um poder, sendo que os alunos são movidos por esse “querer-saber”, e, portanto “querer-poder”. Como é possível perceber, são inesgotáveis as reflexões

¹⁴ A noção de interdiscurso será abordada no segundo capítulo.

praticáveis dentro de uma análise ideológica e sócio-histórica das movimentações do sujeito na sociedade.

Ainda no exemplo da professora em sala de aula, em um sentido amplo das condições de produção, é razoável pensar na escola como um espaço que assegura a reprodução das relações de produção capitalista. Uma vez que além dos conteúdos básicos das diversas ciências – a capacidade de ler, escrever e contar, assim como de conhecer elementos de cultura científica e literária –, a moral e o corpo do aluno também são disciplinados para desempenhar funções específicas no processo de produção “(uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc). Aprendem-se portanto “saberes práticos” (*des “savoir-faire”*)” (ALTHUSSER, 1980, p. 20-21).

Já concluindo, “não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais da sua reprodução¹⁵, para que ela seja reproduzida como força de trabalho”, ela tem de ser “competente”, “apta a ser posta a funcionar no sistema complexo do processo de produção” (ALTHUSSER, 1980, p. 19). Dessa forma, valores como pontualidade, honestidade, eficiência, esforço, consciência cívica e profissional, assim como, as capacidades de “redigir bem”, “falar bem”, “mandar bem” são ensinadas aos operários, empregados, trabalhadores autônomos, etc. Em outras palavras,

a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que **possam assegurar também, “pela palavra”, a dominação da classe dominante** (ALTHUSSER, 1980, p. 22) (grifo nosso).

Pensando nas análises das sequências discursivas do terceiro capítulo, pode-se pensar nos partidos políticos também como um exemplo de AIE¹⁶, assim como é a escola. É importante compreender em que condições sócio-históricas Josué Guimarães foi eleito e exerceu os quatro anos do seu mandato para proceder a leitura/interpretação do corpus da pesquisa.

¹⁵ O estabelecimento da empresa, as máquinas para realizar o trabalho, as mesas e cadeiras para limitar o descanso, os uniformes para categorizar, os livros sobre os diversos assuntos, etc.

¹⁶ As reflexões sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs – serão tratados no segundo capítulo.

O período “pós-45”, em que Josué Guimarães exerceu o cargo de Vereador, foi de bastante efervescência política porque ele sucedeu um regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas no Brasil, em 10 de novembro de 1937. Esse regime foi denominado Estado Novo ou Ditadura Getulista. Durante esse período, os partidos foram excluídos da cena política nacional brasileira, “foram fechadas todas as casas legislativas do Brasil, desde as Câmaras de Vereadores nos municípios, às Assembleias Legislativas nos Estados, à Câmara dos Deputados e ao Senado na instância federal” (DELGADO, 2016, p. 130). A justificativa dada pelo então presidente era que tinha sido necessário impedir um “complô comunista” que ameaçava apoderar-se do país, cunhado de Plano Cohen. A existência desse Plano foi desmentida anos depois, porém o regime ditatorial de Vargas perdurou até 29 de outubro de 1945.

O final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a vitória dos aliados, acelerou o fim do Estado Novo ou da Ditadura Getulista no Brasil. Com o término da “censura à imprensa e a livre manifestação política nas ruas, nos primeiros meses de 1945, grupos organizados passaram a defender projetos de sociedade, de economia, de organização social e de cultura” (FERREIRA, 2016, p. 303). Dessa maneira, em consequência à deposição de Getúlio Vargas, ocorreram mobilizações em diversos estados brasileiros no sentido de articular a formação de novos partidos políticos. De acordo com Flach e Cardoso (2007, p. 59)

constituíram-se vários partidos, tanto os chamados “grandes partidos nacionais”, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quanto os pequenos, do ponto de vista nacional, mas que possuíam força eleitoral em determinadas regiões do país, como o Partido Social Progressista (PSP)¹⁷, o Partido de Representação Popular (PRP)¹⁸, o Partido Republicano (PR) entre outros. **Seria lícito dizer que essas forças políticas se estruturaram tendo como principal elemento de divisão partidária o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas** (grifo nosso).

Desde esse momento de reorganização política, a União Democrática Nacional – UDN se caracterizou como principal força de oposição a Vargas, agregando setores da oligarquia, da burguesia-liberal e até elementos da esquerda não ligados ao Partido Comunista. Já o

¹⁷ Partido liderado por Adhemar de Barros que possuía grande base eleitoreira no estado de São Paulo. Esse partido apoiou Getúlio Vargas nas eleições para presidente em 1950.

¹⁸ “O PRP, criado em 45, apresentava-se como herdeiro do integralismo da década de 30, representado pela Ação Integralista Brasileira, possuía suas bases eleitorais mais focalizadas em regiões de colonização alemã e italiana nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 60)

Partido Social Democrático – PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB foram duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas, criadas por ele, abarcando o PSD setores ligados à interventorias estaduais, e o PTB, líderes sindicais, estudantes e políticos veteranos dos anos 1930 (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 60).

Dessa forma, embora várias agremiações partidárias procurassem atrair a atenção do eleitorado, dois grandes projetos se destacaram no cenário político nacional: um deles chamado inicialmente de *getulismo*, mas que, após apresentar um programa político consistente, passou a ser nomeado de *trabalhismo*, tendo sido institucionalizado no PTB; o outro – antigetulista – se definiu como um projeto liberal-conservador, tendo a UDN como o seu grande agrupamento político (FERREIRA, 2016, p. 303-304).

O primeiro projeto defendia,

Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social – a exemplo de leis sociais, restaurantes populares, extensão do ensino fundamental público, fundação de grandes hospitais etc. (FERREIRA, 2016, p. 303-304).

O segundo projeto, por sua vez, seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes mais conservadoras,

Defendendo a abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltando as virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho; espelhando-se nos Estados Unidos e procurando alinhar-se incondicionalmente ao grande país do Norte; desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular, em especial do movimento operário e do sindicalismo, definidos, via de regra, como “peleguismo” (FERREIRA, 2016, p. 304).

Os dois projetos – dos trabalhistas e dos liberal-conservadores – apresentavam ideais bastante antagônicos entre si. No entanto, o debate político presente no Brasil não diferia muito do debate político presente em escala mundial. Isto é, o das lutas ideológicas travadas durante o período histórico da Guerra Fria (1945-1989). Melhor dizendo, no âmbito internacional também existia uma polarização de discursos, aquela que defendia os interesses da União Soviética – a ideologia socialista – e a outra que defendia os interesses dos Estados

Unidos – a ideologia capitalista. Em outras palavras, em um polo os ideais da propriedade coletiva e da economia planificada; no outro polo os ideais da propriedade privada e da economia de mercado.

Já no cenário brasileiro, a polarização ideológica se encontrava em uma luta entre os nacionalistas – projeto filiado aos interesses do Partido Trabalhista Brasileiro – e os liberais – projeto filiado aos interesses da União Democrática Nacional. Dessa forma, os nacionalistas defendiam, em linhas gerais, a intervenção do Estado na atividade econômica, o controle do ingresso do capital estrangeiro e o desenvolvimento autônomo do Brasil. Os liberais, em contrapartida, defendiam a mínima intervenção do Estado na atividade econômica, a abertura econômica para o capital estrangeiro e o desenvolvimento dependente do país.

Com essas considerações acerca das lutas ideológicas no âmbito mundial e nacional, e tendo em vista o objetivo da presente dissertação, é interessante refletir sobre a língua nessa conjuntura. Se “as ideologias não nascem nos aparelhos ideológicos, mas das classes sociais envolvidas na luta de classes, das suas condições de existência, das suas práticas, das suas experiências de luta” (SILVA, 2013, p. 99), qual é o meio a partir do qual essas ideologias se reproduzem? Elas se reproduzem/se inscrevem nos discursos, nos enunciados, nas palavras, nas práticas, nos rituais etc. Assim como não se escolhe o próprio nome, assim como se é “falado sobre” antes de poder-se “falar de”, os discursos e por consequência as ideologias vão colando-se aos sujeitos.

Em um retorno a situação específica do Rio Grande do Sul na década de 1950, Ângela Flach e Claudira Cardoso (2007, p. 66-67) explicam que a tradição da polarização partidária se repetia no estado,

A década de 1950 foi marcada pelo retorno da **polarização partidária no Rio Grande do Sul**, fenômeno característico da República Velha, em que os rivais *chimangos* do PRR castilhistas e positivistas, opunham-se aos *maragatos* do PL. A diferença em relação ao período anterior, é que os dois blocos foram formados, naquele período, pelos trabalhistas e seus aliados, alguns contingenciais, e os liberal-conservadores, PSD, UDN e PL, na chamada “Frente Democrática”. Além disso, o quadro de **efetiva oposição do PSD gaúcho a Vargas** se consolidou na eleição dele à presidência em 1950, em que ocorreu também a vitória de Dornelles a governador do estado, completando-se o processo de êxodo da grande maioria dos varguistas do PSD para o PTB (grifo nosso).

Apesar da oposição do Partido Social Democrático – PSD, as eleições de 1950 foram extremamente vitoriosas ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB em todos os níveis da disputa eleitoral. Getúlio Vargas elegeu-se Presidente da República, Ernesto Dornelles¹⁹ elegeu-se governador do estado do Rio Grande do Sul, Alberto Pasqualini elegeu-se senador, e as bancadas do partido na Câmara e na Assembleia Legislativa tiveram um enorme salto, se comparado com a eleição anterior. Esse voto consistente nos principais candidatos do PTB sinalizava que o partido era um dos maiores partidos, não apenas no parlamento estadual como também no Congresso Nacional. Outro elemento que pode ser confirmado com essa eleição foi a *desgetulização* do PTB (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 67).

Um dos fatores que contribuiu para a extraordinária vitória do Partido Trabalhista Brasileiro foi o baixo desempenho da economia gaúcha no período, incapaz de absorver a força de trabalho marginalizada nos principais centros urbanos, devido à rápida industrialização pesada ou de bens de consumo duráveis, a qual atraía os migrantes do campo para a cidade em busca de vagas nas indústrias (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 69). No entanto, na visão de Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva (2016, p. 49), para muitos intelectuais e políticos, dirigentes empresariais e do governo,

a figura do trabalhador cidadão não era para ser encontrada no migrante. Ao ressurgir na força de trabalho no lugar do imigrante, o trabalhador de origem rural era visto com as mesmas carências atribuídas ao antigo trabalhador escravo ou pobre. Assim, se o afro-nativo-descendente havia sido “substituído” pelo imigrante na virada do século XIX para o XX, de 1945 em diante a figura do sujeito sem voz nem vez era reintroduzida em cena no papel do trabalhador brasileiro.

Isto é, diante dessa conjuntura histórica o projeto do trabalhismo, praticamente personificada na pessoa de Getúlio Vargas, encontrou condições para destacar-se no cenário nacional. Dessa forma, nas reuniões petebistas,

os esforços voltavam-se para o reforço do carisma de Vargas, a exaltação da lei trabalhista, a defesa da soberania nacional, a participação dos trabalhadores em colaboração com os poderes públicos e o desenvolvimento econômico sob a direção do Estado (fazendo surgir empresas estatais como a Cia. Vale do Rio Doce e a Petrobras) (NEGRO; DA SILVA, 2016, p. 62).

¹⁹ Primo de Getúlio Vargas.

No entanto, o segundo governo de Vargas sofreu forte oposição, sobretudo da União Democrática Nacional – UDN. O “antagonismo [...] se realimentaria dos maus resultados da política de desenvolvimento, da alta dos impostos sobre a importação, da espiral inflacionário e da carestia” (NEGRO; DA SILVA, 2016, p. 63). Uma crise econômica, combinada com a eleição de Eisenhower do Partido Republicano nos Estados Unidos, contribuíram para uma série de manifestações por todo país, que atingiram seu ápice com a Greve dos 300 mil em São Paulo²⁰.

Na visão dos liberal-conservadores, era inconcebível que o ditador do Estado Novo retornasse ao poder, sobretudo por meio do voto. “Somente com o recurso da demagogia e pela manipulação de uma massa de eleitores incultos e desinformados um ditador simpático ao fascismo poderia eleger-se. Atacá-lo, denunciá-lo e insultá-lo, negando-se a qualquer aproximação, tornou-se a estratégia dos setores mais radicais da UDN” (FERREIRA, 2016, p. 306). Nesse período, os udenistas em conjunto com a “grande imprensa” difundiram um conjunto de símbolos junto aos meios de comunicação que apontavam para uma situação de impasse político. “O único órgão de comunicação que o apoiava, o jornal *Última Hora*, apesar do grande esforço, não conseguia dar conta do enorme volume de denúncias e acusações contra o presidente” (p. 309).

Diante desse cenário político, Getúlio Vargas teve seu destino selado no episódio do Atentado da rua Toneleros, quando,

a mando de seu fiel chefe da segurança, Gregório Fortunato, capangas tentaram matar Carlos Lacerda [UDN]. O presidente, embora não soubesse das iniciativas criminosas de Gregório, não teria como escapar das responsabilidades. Lacerda recebeu um tiro no pé, mas o seu guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, foi ferido de morte. A partir daí aumentou a intensidade dos ataques ao presidente. Com habilidade, o militar foi transformado, naquele momento, no maior símbolo da luta contra o “mal”. Na primeira página de seu jornal, Tribuna da Imprensa, com o título “O sangue de um inocente”, Carlos Lacerda lembrou a medalha do herói do Correio Aéreo Nacional e os quatro filhos do major, manipulando sentimentalmente a imagem dos “órfãos de guerra”. Sem esperar as investigações policiais, ainda declarou: “Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas (FERREIRA, 2016, p. 307-308).

Em consequência disso, em 22 de agosto, Getúlio recebeu um documento assinado por brigadeiros da Aeronáutica pedindo sua renúncia. Os ministros das forças de ar e mar

²⁰ Comandada pelo Partido Comunista Brasileiro, contando também com filiados do PSB, PTB, PSP e PSD, a Greve dos 300 mil se iniciou com a assembleia geral dos tecelões, em 10 de março de 1953, e teve a gradativa adesão de outras categorias, como metalúrgicos de São Paulo, madeireiros, gráficos e vidreiros.

defenderam a renúncia do Presidente. Amaral Peixoto, em posição conciliatória, propôs o licenciamento de Vargas do cargo até que o crime ocorrido na rua Toneleros fosse devidamente investigado. Na oportunidade, o Presidente aceitou a proposta e a notícia do licenciamento foi divulgada. Horas depois, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete exigindo que o licenciamento se transformasse em renúncia. Vargas, na verdade, estava sendo deposto do cargo (FERREIRA, 2016, p. 309).

Assim, ele se recolheu aos seus aposentos, suas escolhas eram mínimas: renunciava à Presidência da República, ao custo de sua desmoralização política, ou seria deposto por um golpe militar. Antes de se deitar, entregou um envelope a João Goulart, pedindo que, em caso de necessidade, fosse para o Rio Grande do Sul e mostrasse o conteúdo da carta à imprensa gaúcha, ou se não houvesse clima em Porto Alegre, fizesse o mesmo em Buenos Aires. Mais tarde sua filha ouviu o estampido de um tiro. Getúlio Vargas estava morto. Duas horas depois, por volta das nove da manhã, o país, estarrecido, tomava conhecimento do conteúdo da sua carta-testamento pelos microfones da rádio Nacional (FERREIRA, 2016, p. 309-310).

Nas palavras de Jorge Ferreira,

com o tiro no peito, Getúlio Vargas jogou com sua própria imagem a longo prazo. A vingança foi meticulosamente planejada: se seus inimigos o queriam desmoralizado politicamente, ele foi muito além, jogando seu próprio cadáver nos braços dos udenistas que, atônitos, não souberam o que fazer com ele (2016, p. 310).

Segundo Flach e Cardoso (2007, p. 69), nos últimos meses do governo de Ernesto Dornelles (1951-1954), a morte de Getúlio Vargas obteve repercussão nacional. Sua morte foi comentada de forma recorrente nos pronunciamentos dos deputados, em especial aqueles do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que não poupavam críticas aos opositores de Vargas pelo desfecho trágico da crise política que o país vivia. No Rio Grande do Sul, as depredações ocorridas em razão do episódio foram sérias e causaram consideráveis prejuízos, o que fez os deputados oposicionistas culparem o governo de Ernesto Dornelles porque não agiu com o rigor necessário para conter os saques e depredações. Já, por outro lado, os deputados situacionistas defendiam o governo, alegando que era impossível conter a onda de depredações que se seguiu após a divulgação da notícia da morte de Vargas.

Em 24 de agosto Porto Alegre amanheceu sob um clima tenso e de expectativas. Milhares de pessoas dirigiram-se para o centro político da cidade, na rua Andradas. Ali mesmo surgiram os primeiros oradores e formas de organização. Grupos saíram pelas ruas empunhando grandes retratos de Getúlio Vargas e a bandeira nacional com uma tarja preta. A primeira vítima da fúria popular foi a sede da UDN. Do

primeiro andar, foram jogados pela janela mesas, cadeiras, alto-falantes, material de propaganda, fotografias de suas lideranças etc. Partiram, então, para o prédio do jornal do Partido Libertador, *O Estado do Rio Grande*, destruindo móveis, máquinas e equipamentos. Outros órgãos de comunicação oposicionistas também sofreram com as investidas populares, com invasões, depredações e incêndios, a exemplo do Diário de Notícias, órgão dos Diários Associados, e das rádios Farrroupilha e Difusora. Sedes de partidos políticos hostis a Vargas igualmente sofreram com depredações, como as do Partido Libertador, Partido Social Democrático, Partido Socialista Brasileiro, Partido Social Progressista, Partido da Representação Popular, além da Frente Democrática e da Frente Popular. As sedes partidárias, arrombadas e invadidas por revoltosos, tiveram todos os móveis e materiais de propaganda jogados nas ruas e, a seguir, incendiados (FERREIRA, 2016, p. 311-312).

A comoção que se seguiu a morte de Vargas foi extraordinária, como foi possível perceber por meio das considerações desse tópico. Logo, conhecer as discursividades que surgem da imagem de Getúlio Vargas e do seu projeto de trabalhismo são fundamentais para a análise dos discursos políticos do quadriênio 1952-1955, em especial aqueles do mês de abril e agosto de 1954 como se propõe a presente dissertação. Getúlio Vargas é uma das mais importantes figuras políticas brasileiras desse período histórico.

É interessante pensar que, de acordo com Rettenmaier (2011, p. 28), “muito antes de produzir literatura, Josué Guimarães dedicou-se a questionar a realidade política brasileira ao apontar as alternativas de um sistema político contraposto ao ditado pelo capitalismo ocidental”. Muitas dessas questões de Josué Guimarães estão presentes na sua obra literária que é composta por “três livros de contos, dez romances, nove textos infantis, uma peça de teatro e uma coletânea de artigos, todos produzidos no curto espaço de dezesseis anos, de 1979 a 1986” (p. 27). Além dessas, postumamente, no ano de 2001, como já tratado no tópico anterior do presente trabalho dissertativo, ocorreu a publicação de *As Muralhas de Jericó*.

Assim, neste capítulo, em um primeiro tópico foi apresentada a obra *Os Tambores Silenciosos* que tratou do sujeito-autor Josué Guimarães. No segundo tópico, já delineando as condições de produção dos discursos que serão analisados, foram mencionadas algumas passagens do relato de viagens *As Muralhas de Jericó*. Por fim, no último tópico, foi possível compreender o período de reabertura dos partidos políticos após o final da Segunda Guerra Mundial, bem como a polarização dos partidos ocorrida durante a década de 1950 – que antecedeu e que culminará, uma década mais tarde, no Golpe Militar de 1964.

2. A TEORIA DE MICHEL PÊCHEUX

Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade. Assim o homem (se) significa (ORLANDI, 2003, p. 53).

Quando se lê algum texto de Josué Guimarães, é impossível não perceber a sua preocupação com as questões político-sociais da época em que viveu. Elas se destacam na sua escrita e ocupam grande papel para a compreensão das suas obras, portanto é também difícil não considerá-las quando se pensa na história de vida de Josué Guimarães. Em razão dessa percepção, o aporte teórico por meio do qual se realiza a leitura do seu discurso político é a análise de discurso, que analisa a ideologia materializada na linguagem. Salientando que a noção de “ideologia” adotada nesse trabalho se reporta ao entendimento de Louis Althusser sobre o termo, ou seja, interessa saber, neste momento, que ela é “é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência” (1980, p. 77). Logo, nesta dissertação se defende que ademais da estrutura léxico-verbal, é possível analisar a exterioridade como constitutiva dos sentidos.

Analisar o discurso político de uma época tão conturbada como foi a década de 1950 na história da República Brasileira é um desafio. Dessa forma, para compreender o período, a leitura dos discursos é realizada com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso pêcheutiana – a AD. Nesta perspectiva teórica, propõe-se ao analista a construção de um dispositivo de interpretação, no qual é importante refletir que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2003, p. 9).

Assim, para compreender a perspectiva de estudo da linguagem proposta por Michel Pêcheux, é importante discorrer sobre a constituição dessa teoria do discurso, sobre os teóricos que contribuíram para o surgimento dessa disciplina no quadro das ciências, assim como sobre algumas noções teóricas básicas, tais como: os partidos políticos como aparelhos ideológicos de estado, a noção do que é discurso, interdiscurso, esquecimentos, sujeito, forma-sujeito, formação ideológica, formação discursiva e heterogeneidade. Esses conceitos ajudam a ler/ interpretar o discurso político de Josué Guimarães.

2.1 ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS: FACETAS, SENTIDOS E RELEITURAS

Josué Guimarães possuía muitas facetas. A primeira delas foi a faceta do jornalismo, área em que ocupou inúmeras funções, tais como repórter, secretário de redação, colunista, comentarista, cronista, editorialista, ilustrador, diagramador, repórter político e diretor de jornal. Em seguida, uma vez que era notável o seu interesse pela política, Josué Guimarães exerceu o cargo de Vereador da capital do estado do Rio Grande do Sul – cujos discursos são o objeto deste trabalho. E, mais tardiamente, lançou-se ao exitoso ofício de escritor.

Como já referido, a pesquisa sobre os discursos de Josué Guimarães é escrita à luz da análise de discurso originada em Michel Pêcheux – doravante AD. De acordo com este aporte teórico, “toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis” (PÊCHEUX, 2012, p. 33). Em outras palavras, o discurso sempre poderia ser outro, portanto as “escolhas” do sujeito significam tanto naquilo que diz, como naquilo que deixou de dizer.

Assim, antes de tudo cabe diferenciar a concepção de linguagem da teoria pêcheutiana em relação às outras teorias. Por exemplo, para Michel Pêcheux o funcionamento da linguagem é diferente daquele concebido por Roman Jakobson, pois o linguista russo, pioneiro na análise estrutural da linguagem, entende que ela ocorre quando um emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, sendo que essa mensagem é formulada por meio de um código que está se referindo a algum elemento da realidade – o referente.

No entanto, na AD de Pêcheux a linguagem não se trata apenas de uma transmissão de informação, mas de um funcionamento que “põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”, ou seja, há “um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos [...]. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc.” (ORLANDI, 2003, p. 21).

A linguagem também não funciona unicamente para comunicar, isto é, o objetivo de cada enunciado não é apenas o de comunicar uma mensagem para outrem. Para Michel Pêcheux “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem

são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (ORLANDI, 2003, p. 21).

Se a noção de linguagem tem essa definição, portanto o que é o *discurso* nessa proposta teórica de leitura/interpretação? Na AAD-69, Michel Pêcheux (1997, p. 82), enquanto tece críticas/considerações à teoria linguística de Jakobson, formula um conceito para o termo *discurso*. Pêcheux escreve que “não se trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B mas, de modo geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B”. Logo, o discurso é mais do que a transmissão de informação (mensagem), o discurso é efeito de sentidos entre locutores. Efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso dentro de circunstâncias dadas, e afetados pelas suas memórias discursivas (ORLANDI, 2006, p. 14-15). Em outras palavras, o discurso é essa relação indissociável entre a língua, a história e a ideologia.

Vale dizer, o discurso é o objeto de estudo da AD e, portanto, é entendido como “um efeito de sentido dentro da relação entre linguagem e ideologia”, sendo que, pela análise do funcionamento discursivo, é possível “explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação” (BERTI-SANTOS, 2013, p. 209). Dessa forma, “todo discurso é uma resposta a outros discursos com quem dialoga, reiterando, discordando, polemizando” (FLORENCIO. *et al*, 2009, p. 25).

O sentido para a Análise de Discurso não se encontra em um arranjo sintático de palavras ou frases, mas no discurso “apreendido dentro de relações que o sujeito estabelece no seu mover-se no mundo” (p. 22). O sentido, afirma Michel Pêcheux (2014, p. 146)

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

De forma resumida, as palavras, as expressões, proposições etc., “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147). Logo, nesse ponto interessa perceber que o sentido dos mais variados enunciados depende da análise do sujeito e da conjuntura sócio-histórica em que eles são produzidos. Dessa forma, o sujeito e a situação que tinham sido postos para fora da análise linguística, contam fundamentalmente para a análise do discurso. Mas este sujeito e esta situação contam

na medida em que são redefinidos discursivamente como parte das condições de produção do discurso (ORLANDI, 2006, p.15).

A conjuntura sócio-histórica onde o discurso é produzido é tão significativa para Análise de Discurso que ela pode influir até mesmo nos sentidos do silêncio. Ou seja, o silêncio também significa nas reflexões construídas a partir da teoria de Pêcheux. Eni Orlandi (2006, p. 83), por exemplo, defende a distinção de duas formas de silêncio: o silêncio fundador e o silenciamento. O silêncio fundador seria o da “respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o silêncio faça sentido”. Enquanto que a política do silêncio ou o silenciamento funciona quando uma palavra ocupa o lugar de outra – silenciando-a – ou, ainda, quando o silêncio é o da censura, ou seja, aquilo que não pode ser dito em uma certa conjuntura sócio-histórica.

A noção de silêncio fundador ou fundante defende que o silêncio é o princípio de toda significação. Ele não é o fim do dizer, mas o seu horizonte, uma vez que “no discurso há sempre um “projeto”, um futuro silencioso do sujeito, pleno de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 70). Além disso, o silêncio não se encontra somente entre as palavras, mas também as atravessa, e esses movimentos no dizer do sujeito também são carregados de sentidos. Na perspectiva da AD não há uma separação entre linguagem verbal e não-verbal, para ela o homem está “condenado” a significar, com ou sem palavras. “Diante do mundo, há uma “injunção” à interpretação: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 2007, p. 29-30).

Em relação ao silenciamento ou política do silêncio, tem-se a noção de que quando dizemos algo, outros possíveis dizeres são apagados porque não são “desejáveis” em uma determinada conjuntura sócio-histórica. Eni Orlandi (2007, p. 73) elenca duas formas de existência dessa noção: o silêncio constitutivo e o silêncio local.

A forma do silêncio constitutivo²¹ funciona com o efeito de sentido: se diz “X” para não (deixar) dizer “Y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. Dessa forma, se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho de uma “outra” formação discursiva ou uma “outra” região de sentidos. Orlandi nos oferece o exemplo da denominação “Nova República”, no Brasil, ao regime que se seguiu à Ditadura Militar ou

²¹ Analisando a própria denominação da noção “silêncio constitutivo”, pode-se dizer que se dá para a noção a determinação “constitutivo” porque, em termos gerais, está na constituição das denominações a exclusão de outras tantas possíveis denominações.

Ditadura Civil-Militar, ou seja, por meio dessa denominação apagava-se o fato de que antes se vivia em um período ditatorial.

O silêncio local, por sua vez, é a interdição do dizer, a censura propriamente dita. Eni Orlandi (1999, p. 65-67), quando reflete sobre os silêncios da memória, escreve que os sentidos do maio de 68 foram silenciados, excluídos, censurados para que não houvesse um já-dito de onde outros sentidos pudessem surgir. O sentido “faltou” por interdição, “toda uma região de sentidos, uma formação discursiva, [foi] apagada, silenciada, interdita. Não há um esquecimento produzido *por* eles, mas *sobre* eles”. Com isso, os sentidos possíveis, historicamente viáveis, foram politicamente *interditados*, desmoralizados, amolecidos, inviabilizados, postos fora do discurso.

A partir dessa consideração acerca da importância dos silêncios para as análises discursivas pensadas à luz da AD pêncheutiana, é importante pontuar que o discurso não é a *fala* de Saussure. Isto é, o aporte teórico adotado nessa pesquisa se distingue dos estudos linguísticos estruturalistas em relação à dicotomia “língua e fala” de Ferdinand de Saussure – chamado também de “corte saussuriano”. Mazière (2007, p. 13) explica essa distinção da Análise de Discurso,

Ela [a AD] não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação.

Por isso é que é abusivo fazer da AD a moderna tradução da “fala” de Saussure, mesmo que a tentação tenha sido forte. Quando Saussure opõe *língua* e *fala*, ele opõe uma forma contratualizada em sociedade, coletiva, a *língua*, a uma forma individualizada, a *fala*. O discurso propriamente não é individual. Ele é a manifestação atestada de uma sobre-determinação de toda fala individual.

A dicotomia saussuriana língua/fala reflete sobre o enunciado de uma maneira que afasta a exterioridade das suas possíveis significações. De outro modo, a noção de “língua” como uma construção coletiva e/ou um sistema de signos, e a “fala” como o meio pelo qual os indivíduos fazem uso da língua, sendo a “fala” individual e particular ao indivíduo, não encontra correspondência na noção de discurso da AD. Logo, “o discurso não se confunde com a língua, nem com a fala, nem com o texto; não é a mesma coisa que transmissão de informações, tampouco surge do psiquismo individual do falante” (FLORENCIO *et al*, 2009, p. 24), ou seja, o discurso é, vale repetir, efeito de sentido entre locutores.

No lugar de uma dicotomia entre língua *versus* fala, na perspectiva da AD existe uma relação entre língua e discurso, sendo a *língua* a base comum dos *processos* discursivos (PÊCHEUX, 2014, p. 81). No quadro teórico da AD,

nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes lingüísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades lingüísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. **A língua é assim condição de possibilidade do discurso** (ORLANDI, 2006, p. 22) (grifo nosso).

É relevante realizar essas diferenciações em relação ao estruturalismo porque a teoria da Análise de Discurso de linha francesa nasceu no auge desse movimento intelectual. Consequentemente, é fundamental compreender que a AD nasceu na contradição, questionando as bases teóricas do estruturalismo francês. Em razão disso, Michel Pêcheux (2009, p. 21) chama a disciplina da Análise de Discurso de “paradoxo da Análise do discurso”.

Neste espaço incerto em que a língua e a história se defrontam – e se enfrentam – mutuamente, o termo Análise do discurso conquistou progressivamente reconhecimento: algumas fachadas institucionais, oferta e procura, circulação cada vez maior... Paradoxo de um reconhecimento implantado em uma área marginal: ainda uma cidade construída no campo?

Logo, de fato “a AD pressupõe a linguística [estruturalista], mas não se limita a ela, pois sua metodologia não é adequada para tratar do objeto discursivo” (INDURSKY, 2013, p. 21). O discurso não é a “língua” ou a “fala” de Saussure. O discurso analisa o texto, no seu aspecto qualitativo, não o signo ou a frase. No entanto, apesar das divergências teóricas, Michel Pêcheux admirava o pensamento de Ferdinand de Saussure.

Segundo Maria Cristina Leandro Ferreira (2016, p. 26), “Michel Pêcheux ficou visivelmente tomado pela noção de valor linguístico, a qual só tem como operar dentro do sistema”. Ademais, o mestre genebrino “foi o primeiro a recortar a língua como objeto e não como mero pretexto especulativo para examinar sua história e evolução”, tendo em vista que os estudos sobre a língua eram apenas de natureza diacrônica até o Curso de Linguística Geral. Além disso, foi também Saussure que “livrou a língua, ao considerá-la como estrutura,

dos psicologismos que ganhavam força no início do século XX”, uma vez que as descobertas de Sigmund Freud influenciaram as mais variadas áreas de estudos científicos no início do século passado.

Assim, uma vez situada a Análise de Discurso em uma tendência pós-estruturalista dos estudos científicos, é possível discorrer sobre a constituição da teoria e do método dessa disciplina. De início, é preciso esclarecer que os princípios teóricos que ela estabelece “se alojam não em regiões já categorizadas do conhecimento mas em interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória” (ORLANDI, 2012, p. 7). Dessa maneira, a AD de linha francesa se constituiu na reflexão das consequências de três rupturas em três campos do saber: na linguística, no marxismo e na psicanálise.

Com a linguística ficamos sabendo que a **língua não é transparente**; ela tem sua ordem marcada por uma sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a **história tem sua materialidade**: o homem faz história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a **psicanálise é o sujeito** que se coloca como tendo sua opacidade: ele **não é transparente nem para si mesmo** (ORLANDI, 2006, p. 13) (grifo nosso).

Dessa forma, a análise de discurso, sistematicamente, “interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico” e a Psicanálise “pelo modo como, considerando a historicidade, [ela] trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.” (ORLANDI, 2001, P. 20). Logo, em razão dessas reflexões que a Análise de Discurso de linha francesa é considerada uma disciplina de entremeio, ou seja, porque a sua constituição se dá às margens das chamadas Ciências Humanas.

De outro modo, em uma explicação mais demorada, dizer que a *língua não é transparente* é reconhecer as inúmeras interpretações, o equívoco, já que o sentido do discurso não é único, mas dependente das formações imaginárias (social) e das condições de produção (histórico) das quais se originam. Até mesmo “o poeta, enquanto sujeito criador, alimenta a ilusão de poder dominar uma linguagem cujos sentidos sejam tão precisos e transparentes ao ponto de ele acreditar que os seus efeitos acarretem os desejos mais imediatos do sujeito” (SCHONS, 2000, p. 29). Sendo assim, “a AD instaura sua relação com a linguística, sem subsumi-la integralmente, inscrevendo-se de modo crítico e com metodologia própria nesse campo de conhecimento” (INDURSKY, 2013, p. 29).

Dizer que *a história tem sua materialidade* é remeter-se aos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels que negaram uma concepção idealista da História, apresentando no seu lugar uma visão materialista sobre ela, ou seja, construída a partir das relações de trabalho e das relações de produção estabelecidas entre os homens que, conseqüentemente, determinaram as relações sociais e as relações políticas formadas entre eles. Assim, a AD questionar, na sua origem, a noção de materialismo histórico advinda do marxismo demonstra a importância que a “teoria das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se aí a teoria das ideologias” (INDURSKY, 2013, p. 21) tem na constituição dos sentidos dos diversos enunciados.

Por fim, dizer que *o sujeito não é transparente nem para si mesmo* é agregar a noção de inconsciente da psicanálise à reflexão da Análise de Discurso, isto é, negar a noção do sujeito como senhor do seu discurso – como defende o estruturalismo. Isso porque o discurso do sujeito não é transparente nem para si mesmo. O inconsciente não se controla com o saber. E, como veremos mais adiante, os discursos dos sujeitos se inscrevem junto às diferentes formações discursivas, no entanto esse movimento de inscrição se dá de forma inconsciente. Para significar, os sujeitos são “assujeitados por uma ideologia” que, por sua vez, não lhe é transparente. Em outras palavras, “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2006, p. 34).

Levando-se em conta que essas rupturas nos três campos dos saberes, em verdade, foram releituras de conceitos realizados por outros teóricos, uma vez que o final da década de 1960 – momento que a AD foi fundada por Michel Pêcheux – foi um período de questionamento dos saberes estabelecidos, é possível escrever um pequeno esquema sobre o acontecimento teórico dessa disciplina de entremeio. Logo, em uma tentativa de acomodar as três reflexões que estão na origem da disciplina da Análise de Discurso, têm-se

Linguística: → Saussure → releitura feita por Pêcheux.

Materialismo histórico: → Marx e Engels → releitura feita por Louis Althusser

Psicanálise: → Freud → releitura feita por Lacan

Louis Althusser contribuiu para a análise de discurso de linha francesa por meio da releitura da obra de Karl Marx e Friedrich Engels. As suas reflexões sobre as relações de poder, bem como sobre “a noção de sobredeterminação, de interpelação ideológica e de aparelhos ideológicos de Estado” (OLIVEIRA, 2013, p. 12) são importantes para a fundação e para o desenvolvimento dessa teoria sobre o discurso. Com as considerações de Louis Althusser, Michel Pêcheux conseguiu demonstrar como a exterioridade e a ideologia influenciam na construção dos sentidos presentes nos enunciados, “nas práticas, rituais, cerimônias e sacramentos” (SILVA, 2013, P. 96).

Cabe aqui explicar o que Althusser entende por sobredeterminação, conceito que auxiliou Pêcheux nos seus primeiros escritos. O filósofo criou essa noção em razão do seu entendimento acerca da relação e dos efeitos criados entre a superestrutura²² e a infraestrutura²³ de Karl Marx. Assim, para Althusser, a sobredeterminação é a “determinação de certas estruturas de produção subordinadas por uma estrutura de produção dominante”, ou seja, a determinação de uma estrutura por outra estrutura.

Por exemplo, conforme o determinismo econômico, um trabalhador da União Soviética dos anos 1950, onde supostamente não existia a propriedade privada dos meios de produção, portanto, onde não mais existia a exploração do homem pelo homem, necessariamente teria que ter uma consciência socialista. Se esse trabalhador, ao contrário, valorizasse a propriedade privada dos meios de produção, a livre venda da sua força de trabalho no mercado, Althusser diria que essa consciência está em desacordo com a base econômica da Rússia socialista – seria uma consciência sobredeterminada pela ideologia capitalista (OLIVEIRA, 2013, p. 79-80).

Já pensando na análise do discurso político de Josué Guimarães²⁴, é interessante nesse momento refletir sobre os “partidos políticos como aparelhos ideológicos de estado”. Isso porque essa noção auxilia o analista na construção do seu dispositivo de análise. Dessa maneira, para compreender por quais forças o sujeito é afetado e quais forças, portanto, escapam no seu discurso, é importante trazer o pensamento de Louis Althusser (1980, p. 43-46) sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado - AIE, em especial sobre o aparelho ideológico partido político.

²² Conjunto das ideologias políticas, religiosas, jurídicas das formas de consciência social de um povo.

²³ A base material da sociedade, constituída pelas forças produtivas, máquinas, ferramentas, edifícios, tecnologia, e pelas relações de produção, relações entre os agentes da produção.

²⁴ As análises propriamente ditas estão no terceiro capítulo da presente dissertação.

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...]

- o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos) [...]

Mas vamos ao essencial. O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado “funciona pela violência”, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam “pela ideologia”*.

Logo, Althusser, com base nos escritos de Marx e Engels sobre os aparelhos repressivos de Estado – AREs²⁵, traz uma reflexão acerca do funcionamento de outros tipos de aparelhos na sociedade, os aparelhos ideológicos de Estado – AIEs²⁶. Ou seja, para a manutenção de uma ordem não seria necessária a constante violência física sobre o indivíduo, mas uma formação ideológica que não fornece condições ao sujeito de explorar novas formas de transcender uma ordem dada, mas apenas de segui-la. Os limites da ideologia seriam traçados dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado, dos quais são exemplos a família, a escola, a igreja, a mídia, os sindicatos políticos etc. Nas palavras de José Otacílio da Silva (2013, p; 86),

[...] a classe dominante no poder tem a possibilidade de utilizar-se do poder político e jurídico de que desfruta para fazer prevalecer seus valores e sua ideologia sobre os valores ou sobre a ideologia dos detentores dos aparelhos ideológicos de Estado, as escolas, as igrejas, a mídia, e assim por diante, bem como sobre os valores ou ideologia das classes dominadas que podem estar em luta não só contra a ideologia estatal, mas também contra as classes dominantes que se apoderam desses aparelhos. Ao fazer prevalecer seus valores e sua ideologia sobre os valores e a ideologia em luta nos aparelhos ideológicos, as classes dominantes garantem a unidade dos aparelhos e, assim, sua hegemonia política e ideológica.

Em certo sentido, nos aparelhos ideológicos e nos aparelhos repressivos de estado agem, simultaneamente, a ideologia e a violência. Enquanto nos AIEs com a ideologia predominante, a violência pode funcionar simbolicamente ou por meio de sanções para impor obediência, nos AREs a violência é predominante, sendo que a ideologia funciona internamente para promover a coesão entre seus agentes (p. 87). A partir dessas reflexões é possível compreender a reprodução das relações de produção (capitalista, socialista, feudal,

²⁵ Os aparelhos repressivos de Estado compreendem o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.

²⁶ Os aparelhos ideológicos de Estado são a escola, a família, a justiça, os partidos, os sindicatos políticos, a mídia e as igrejas.

etc.), assim como uma reprodução das relações sociais, e conseqüentemente, uma reprodução dos sentidos dos discursos.

A contribuição de Jacques Lacan para a fundação da Análise de Discurso de Michel Pêcheux foi a sua releitura dos escritos de Sigmund Freud. Sem a pretensão de compreender os textos de Jacques Lacan, bem como as suas reflexões não serem fundamentais para as análises do terceiro capítulo dessa dissertação, podemos dizer que, conforme Mariani e Magalhães (2013, p.101), com o teórico francês foi possível incorporar a noção de “sujeito dividido”, a noção de “língua como sujeita a falhas”, a “de discurso como efeito de sentidos” e a noção de “real como impossível de tudo dizer”. Para Jacques Lacan, por exemplo, em contrapartida com o pensamento de Ferdinand de Saussure “nenhum significante representa o significado, ou seja, o significante não está atrelado ao significado”. Ao contrário, diversas vezes o significado está barrado, recalcado. “Desses significados, recalcados quando de sua inscrição no campo da fala e da linguagem o sujeito nada sabe” (p. 111), ou seja, nem o sujeito é transparente para si mesmo.

De outro lado, a contribuição de Michel Foucault está nas suas noções sobre a ordem do discurso, as formações discursivas, o arquivo, entre outras. No entanto, Pêcheux “não vê o discurso como um mero reflexo ou uma mera expressão de algo, mas como prática, como acontecimento, como luta – uma luta travada na constituição dos saberes e dos sujeitos” (OLIVEIRA, 2013, p. 12). Logo, nesse quesito Pêcheux se distancia de Foucault. Isso porque conceitos como o das relações de confronto entre as classes, a teoria da interpelação ideológica e do materialismo histórico – tão presentes na AD – não são consideradas pelo filósofo da *Arqueologia do Saber*.

Logo, se no início da teoria da AD Michel Pêcheux tomou emprestado algumas noções teóricas de Foucault, foi no caminhar da evolução da teoria que elas foram “desterritorializadas” em razão das reflexões teóricas pós-estruturalistas, como são exemplo as noções teóricas de formação discursiva e de heterogeneidade que apareceram primeiro nos escritos de Michel Foucault. Essas reflexões pós-estruturalistas formularam uma articulação entre o sujeito, a memória e a história.

Dessa maneira, segundo o pensamento de Pêcheux & Fuchs (1975, p. 163-164)²⁷ é possível dizer que a disciplina da Análise de Discurso reúne três regiões do conhecimento científico, quais sejam

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 163-164)

Ou, é possível formular, o tripé fundador da AD emana da articulação entre o sujeito, a linguagem e a história. Para Silva (2013, p. 99), Michel Pêcheux

pretendeu mostrar os efeitos de sentido que a ideologia exerce sobre a produção dos enunciados. Absorvendo os conceitos althusserianos, bem como a noção de inconsciente elaborada por Freud e Lacan, Pêcheux quis mostrar que, longe de ser determinada por um sistema abstrato de signos como supõe a linguística, a linguagem ou a prática discursiva, noção que, com certa reserva, ele busca em Foucault, é sobredeterminada pela ideologia.

Logo, neste capítulo foram pontuadas algumas noções teóricas que se diferem das teorias linguísticas estruturalistas, uma vez que a fundação da Análise de Discurso no quadro das ciências ocorreu no auge do estruturalismo francês, portanto muitos dos seus pressupostos teóricos vão ao encontro dos estabelecidos, por exemplo, nas teorias de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. Ainda, foram tecidas explicações sobre as três rupturas e três releituras das ciências humanas que constituem essa disciplina de entremeio – as releituras da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise – porque essas reflexões são importantes para a compreensão dos conceitos da AD. Diante das questões tratadas neste capítulo, é possível que se agregue ao presente estudo os conceitos específicos da teoria que constroem o dispositivo de análise do analista de discurso.

²⁷ A paginação dessa citação faz referência à edição do ano de 1997 da coletânea *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. No entanto, no decorrer deste trabalho será referida como Pêcheux & Fuchs (1975), conservando a data da sua primeira publicação, em razão da relevância desse texto para a teoria da AD.

2.2 DISCURSO E SUJEITO: O ESPAÇO POLÊMICO DA LEITURA

A teoria a partir da qual se escreve o presente trabalho foi fundada no final da década de 1960 na França, um momento de debates políticos que culminaram no maio de 68 – movimento de estudantes em Paris que questionava a estrutura conservadora e elitista da universidade francesa, entre outras reivindicações –, e, sem dúvida, condicionaram o andamento da vida intelectual ocidental. No Brasil, essa mesma teoria ganhou espaço na década de 1980, ou seja, também em um momento de reorganização da política brasileira. Talvez, em razão dessa origem, a Análise de Discurso originada em Michel Pêcheux apresente noções tão particulares quando conceitua discurso e sujeito.

É relevante mencionar, nessa fase inicial de reflexão sobre a teoria, que é possível estabelecer uma diferença entre texto e discurso nessa perspectiva teórica. Segundo Orlandi (2001, p.63), o texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. Em seguida, ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva²⁸ que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura.

Nesse viés, Eni Orlandi (1996, p. 134-135), quem iniciou os estudos pêcheutianos no Brasil, discorre sobre os diferentes gestos de leitura possíveis, bem como uma breve introdução ao conceito de acontecimento discursivo, que é fundamental para a Análise de Discurso.

A proposta é então a de construir procedimentos que mostrem a pluralidade de gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico da leitura. Daí a importância de uma abordagem discursiva já que essa abordagem permite observar como a língua produz sentidos, justamente pela inscrição de seus efeitos materiais na história. Permite apreender o acontecimento da linguagem, isto é, o encontro entre uma atualidade e uma memória. [...] **o sentido como acontecimento** (grifo nosso).

²⁸ Os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva serão abordados no terceiro tópico deste capítulo.

Em razão da afirmação de Orlandi “o sentido como acontecimento”, cabe aqui explicar, em linhas gerais, o conceito do acontecimento discursivo para a AD. O acontecimento discursivo é debatido e comparado/agregado à estrutura por Michel Pêcheux no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, traduzido por Eni Puccinelli Orlandi. No que se refere ao acontecimento, Pêcheux explica como o enunciado *On a gagné* (Ganhamos), utilizado pelos franceses que estavam de acordo com a vitória de François Mitterrand na eleição presidencial de 1981, atualizava os enunciados empregados pelos torcedores em alguma partida esportiva, que por meio dos gritos escansionados motivavam a sua equipe. O teórico discorre como todo o ritual televisivo que se seguiu ao resultado das eleições também lembrava o ritual de uma partida esportiva importante, isto é, com comentários de especialistas, imagens dos “presenciáveis” na televisão. No entanto, quem ganhou? O resultado de uma partida esportiva não gera os mesmos efeitos que o resultado das eleições presidenciais.

Conforme Maria Cristina Leandro Ferreira (2001), o acontecimento discursivo é o “ponto em que um enunciado rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo. O acontecimento inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir”. Logo, um enunciado como *On a gagné* (Ganhamos) é o ponto de encontro de uma memória com uma atualidade, “este ponto de encontro é onde o enunciado, proveniente na estrutura interdiscursiva, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito, no intradiscorso” (INDURSKY, 2003, p. 103). Assim, o acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não faz esquecer o sentido anterior, o sentido que o precede.

Em que pese a importância desse conceito nos últimos escritos de Michel Pêcheux, não é razoável prosseguir neste espaço a reflexão sobre essa noção teórica, uma vez que ela não encontra correspondência nas análises do terceiro capítulo da presente dissertação. No entanto, como foi citado por Eni Orlandi, couberam breves considerações sobre o conceito. De toda forma, essa explicação sobre acontecimento discursivo evita equívocos no momento da análise das sequências discursivas, uma vez que é preciso frisar que a ruptura dos sentidos proposta por esse conceito pertence ao campo da raridade, ou seja, não é na simples repetição de enunciados que se pode concluir a existência de um acontecimento discursivo.

Retomando as considerações acerca do discurso e do sujeito, é possível começar dizendo que mesmo o discurso sendo produzido inconscientemente pelo sujeito, não é ele próprio um “discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir

de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupam” (FLORENCIO. *et al*, 2009, p. 26).

A leitura/interpretação do discurso, objeto de análise da AD, é realizada a partir da construção de um aparato teórico de interpretação. A construção desse aparato é tarefa do analista de discurso, que o constrói em razão da materialidade discursiva que deseja analisar ou que é incitado a analisar. O objetivo da análise é realizar a leitura dos discursos não em uma exaustividade horizontal, mas tendo em vista considerar-se a história e a ideologia como constitutivas dos processos discursivos, o propósito é realizar a leitura dos discursos em uma “exaustividade vertical, em profundidade”. Realizar a leitura dessa maneira conduz a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações, mas trata os “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 2003, p. 63).

Na proposta da análise de discurso pêcheutiana, a completude é inalcançável, quer dizer nunca é possível dizer/saber/interpretar tudo – o interessante para AD é a exaustividade vertical, a reflexão, o “ousar pensar”. Sobre o desejo humano (inalcançável) de completude, Michel Pêcheux (2012, p. 35) esclarece,

O projeto de um **saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea**, a ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma **urgência tão viva, tão universalmente “humana”**, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e os de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios (grifo nosso).

Em consequência disso, a questão da leitura e interpretação, ou seja, dos “gestos de leituras” sobre as diferentes materialidades linguísticas é uma questão preeminente da Análise de Discurso de linha francesa. A partir da manipulação desse aporte teórico, é possível realizar diferentes leituras – uma vez que não há apenas uma leitura possível, elas se diferem de acordo com as condições de produção (também) da leitura –, que levam em conta os discursos como expressão de ideologias presentes nos mais diversos momentos da história. Dessa maneira, é a partir das regularidades nos enunciados, dos deslizamentos de sentido das palavras (denominações) e expressões, no processo de naturalização dos discursos, etc. que a ideologia se materializa na língua. Nas palavras de Pêcheux (2012, p. 53),

todo enunciado é intrinsicamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de ponto de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que se pretende trabalhar a análise de discurso.

As discursividades precisam considerar seu campo atravessado por uma teoria do sujeito de base psicanalítica. Talvez o conceito mais caro para a Análise de Discurso que movimenta os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux seja o de sujeito. Melhor dizendo, a de sujeito assujeitado pela ideologia e pela história, pois para a AD “[...] o sujeito de linguagem é descentrado, uma vez que é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 20). Ainda, nas palavras de Freda Indursky

o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar seu dizer (INDURSKY, 2003, p. 102).

Em outras palavras, o sujeito não é o senhor do seu discurso, mas o seu discurso é o efeito da história, da ideologia e do inconsciente. Vale repetir, o discurso do sujeito é a manifestação daquilo que pode e deve ser dito em uma determinada conjuntura sócio-histórica. O sujeito convocado por Pêcheux não está na origem do dizer, pois ele é duplamente afetado. “Pessoalmente e socialmente. Na constituição de sua psiquê, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia. É a partir deste laço entre inconsciente e ideologia que o sujeito da Análise do Discurso se constitui” (INDURSKY, 2008, p. 11). E, conseguinte, é a partir dessa articulação que ele produz discurso.

É por essa razão que a fita de *Moebius* é com frequência utilizada para representar a constituição do sujeito da Análise de Discurso pechêutiana. Isso porque se imaginarmos os três anéis (enlaces) da fita, sendo que em um deles esteja representado a linguagem – o simbólico –, em outro a ideologia – o imaginário – e no último o inconsciente – o real, estaríamos diante do retrato da constituição do sujeito. Dito de outro modo, seria na intersecção dos três anéis (enlaces) o espaço de *constituição* do sujeito da AD.

Ainda no caminho para a reflexão do sujeito para a AD - noção teórica que se pretende refletir demoradamente neste tópico -, é possível dizer que ele é afetado pela história e pelo simbólico e constituído por dois esquecimentos. Sobre os dois esquecimentos constitutivos do sujeito – “esquecimento nº 2” e “esquecimento nº 1” – Pêcheux & Fuchs (1975, p. 177) escrevem que

o sujeito *pode penetrar conscientemente* na **zona do nº 2** e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, **o esquecimento nº 1**, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade da língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque [...] é de natureza *inconsciente*, no sentido que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (grifo nosso).

Em outras palavras, o esquecimento número dois encobre o esquecimento número um. Assim o esquecimento número dois – o esquecimento enunciativo – é da ordem da enunciação. Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e nem sempre temos consciência disso. Este ‘esquecimento’ produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras, que só pode ser assim. Dessa forma, o esquecimento número dois estabelece uma falsa relação ‘natural’ entre palavra e coisa.

Já o esquecimento número um – o esquecimento ideológico – é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Logo, em razão desse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, em verdade, apenas retomamos sentidos pré-existentes. Seja dito de passagem, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós, pois, em verdade, eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam, e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2003, p.45).

Para exemplo desses mecanismos de análise, podemos citar a manifestação de Josué Guimarães na Câmara de Vereadores do dia quinze de julho de 1954, momento em que ele já

se encontrava desfilado do Partido Trabalhista Brasileiro. O assunto em pauta eram os altos preços dos refrigerantes em Porto Alegre.

O SR. JOSUÉ GUIMARÃES: V. Exa. permite? Quero dizer a V. Exa. que **todo mundo tomou conhecimento da luta** que o Govêrno Francês manteve com os Estados Unidos, com relação à entrada da “Coca-Cola” naquele país.

A França, hoje em dia, está entre os países que fabricam os melhores vinhos da terra. E, lá, êle é mais barato que, inclusive, esses refrigerantes que entraram naquele país. De maneira que a “Coca-Cola” pertence aos trustes, bateu-se e entrou... Mas saiba V. Exa. que **o povo inteiro** se levantou contra isso. Mas não foi possível. **A “Coca-Cola” entrou a título de ajuda dos Estados Unidos à Europa... inclusive através do “Plano Marshall”...**

Nessa manifestação, podemos dizer que na ordem do esquecimento n. 2 – o esquecimento da enunciação –, estão as expressões de que “todo mundo” tomou conhecimento da luta, de que a França possui “os melhores vinhos da terra”, bem como que o “povo inteiro” se levantou contra a entrada da Coca-Cola no país europeu. Provavelmente, boa parte do mundo não sabia sobre a “luta” do Governo Francês, existem vinhos bons em diversas partes da terra, bem como que muitos franceses não se levantaram contra a entrada da Coca-Cola na França. Essas generalizações permitidas pela língua buscam criar um efeito nos ouvintes que é antecipado pelo Vereador. As considerações de Josué Guimarães criam a ilusão da relação direta entre pensamento, linguagem e mundo, assim como que a manifestação não poderia ter sido formulada de maneira diversa.

Já na ordem do esquecimento n. 1, o esquecimento ideológico, por mais que inconsciente ao sujeito, é possível dizer que a defesa do produto local em oposição ao produto estrangeiro não é uma manifestação originada em Josué Guimarães, mas uma retomada de um sentido pré-existente. Esse é um discurso comum do período da Guerra Fria. Ainda, a passagem “*inclusive* através do Plano Marshall” coloca em questão o caráter de auxílio do Plano Marshall em relação aos países europeus. Dessa forma Josué Guimarães se coloca em oposição aos Estados-Unidos e à Coca-Cola. Ainda, é interessante refletir que, como novo no partido socialista, o Vereador não encontra condições de manifestar conduta muito diversa daquela que adotou na manifestação. Ou seja, por mais inocente que seja o discurso, ele cria efeitos de sentido naqueles que o escutam.

Michel Pêcheux (2012, p. 55), quando disserta sobre as ciências do “real” – como são a matemática, a física, etc. – em contrapartida com as ciências da interpretação, afirma que “o fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, [...] dando a ilusão que

sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação, no próprio momento em que ele aparece”, isto é, o sujeito não controla o seu dizer, tampouco as suas possíveis interpretações acerca daquilo que é dito por outros sujeitos. “Somos sujeitos de linguagem”.

Ainda, Bethania Mariani e Belmira Magalhães (2013, p. 103) defendem que para Pêcheux,

apenas uma articulação teórica entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise permite compreender, analisar e extrair consequências do fato de que, quando falamos, estamos simultaneamente afetados pelo funcionamento da ideologia e do inconsciente, ambos inscritos no funcionamento da linguagem, [...] compreendida como um sistema sujeito a falhas. Esse funcionamento não é transparente para o sujeito, ou seja, não percebemos como somos afetados pela ideologia e pelo inconsciente: simplesmente **falamos como se estivéssemos na origem do dizer e como se dominássemos completamente os sentidos do que pretendemos dizer** (grifo nosso).

De outra maneira, o sujeito não é a causa ou a origem de si mesmo, portanto, para a AD, interessa as posições discursivas ocupadas pelo sujeito para que ele possa ser sujeito do que diz em determinadas condições histórico-ideológicas. Para produzir sentidos, o sujeito é assujeitado pela história e pela ideologia, ou seja, o sujeito para Pêcheux “atende à interpelação ideológica de modo inconsciente e, portanto, é um sujeito assujeitado pela ideologia ou por formações discursivas constituintes dos diversos contextos da luta de classes” (SILVA, 2013, p. 100). Dessa forma, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Com relação à forma em que os sujeitos se inscrevem nas diferentes formações discursivas, Pêcheux (2014, p. 199) elucida três modalidades de tomada de posição do sujeito. Sendo a primeira modalidade um exemplo de discurso do “bom sujeito”, e a segunda modalidade como exemplo do discurso do “mau sujeito”. Vale lembrar que é por meio das formas-sujeitos que é criada a ilusão da unidade do sujeito, e esse processo de unicidade imaginária do sujeito chamar-se-á *efeito-sujeito*.

A primeira modalidade – a identificação – consiste numa “superposição (um recobrimento) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do *livremente consentido*” (PÊCHEUX, 2014, p. 199).

A segunda modalidade – a contra-identificação – é o discurso no qual o “sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar” (PÊCHEUX, 2014, p. 199-200).

Pêcheux (2014, p. 201) acrescenta uma terceira modalidade – a desidentificação – isto é “uma tomada de posição não-subjetiva”. Em outras palavras, “o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua forma-sujeito para deslocar sua identificação para outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito” (INDURSKY, 2005, p. 07). Quer dizer, a modalidade de desidentificação mostra que o sujeito não permanecerá identificado com as mesmas formações discursivas. Ele se movimenta entre as FDs.

Para Pêcheux (2014, p. 202), essa terceira modalidade constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. Em outras palavras, “esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”. Vale ressaltar que “a ideologia “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeito – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas”.

Indursky (2008, p. 15) explica que a modalidade da desidentificação não representa a tão “sonhada liberdade” do sujeito, mas que “desidentificar-se implica não mais estar identificado com uma determinada formação discursiva porque, de fato, este mesmo sujeito já identificou-se com outra formação discursiva”. Ainda, é importante pontuar que as noções de forma-sujeito e formação discursiva encontram-se fortemente entrelaçadas na teoria da AD. Tanto é que a noção de heterogeneidade da formação discursiva²⁹ é decorrência do desdobramento da forma-sujeito.

Dessa maneira, em vista do que foi exposto nesse tópico, ou seja, as noções teóricas que explicam a constituição do sujeito na perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, é possível compreender outros conceitos-chave para a teoria de Michel Pêcheux. No tópico que segue serão abordados os conceitos de interdiscurso, de formação ideológica, de formação discursiva e de heterogeneidade discursiva. A partir deles pretende-se construir um

²⁹ Essa noção é tema do próximo tópico.

aparato de análise que possibilitará a leitura/interpretação das sequências discursivas que compõem o *corpus* da presente dissertação, quais sejam, aquelas referentes às manifestações políticas de Josué Guimarães na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

2.3 FORMAÇÃO DISCURSIVA E HETEROGENEIDADE

A palavra “ideologia”³⁰ pode ser interpretada de diversas maneiras, dependendo da corrente teórica junto da qual ela está inscrita. Sabendo que vários intelectuais já escreveram sobre essa noção, se realizássemos uma rápida pesquisa, conseqüentemente seria possível encontrar vários entendimentos acerca do que é ou do que pode ser o sentido da palavra “ideologia”.

Em um funcionamento semelhante estão as diversas palavras, expressões, proposições, etc. em relação à noção da formação discursiva – a FD – para a Análise de Discurso de linha francesa, originada em Michel Pêcheux. Dizendo de outro modo, as diversas palavras, expressões, proposições, etc. fazem sentido em razão das formações discursivas junto das quais estão inscritas.

Antes de iniciar propriamente a explicação dos conceitos da AD propostos para esse tópico, cabe mencionar que quando se fala em ideologia nos estudos de Pêcheux, ancora-se, primeiramente, em Louis Althusser, no entanto

pensar a ideologia no âmbito da AD consiste em deslocar a relação imaginária com o mundo real, considerada por Althusser como o objeto da representação ideológica, para o interior dos processos de significação. Em nosso entender, pois, a ideologia para a AD consiste na representação da relação imaginária com o mundo real no interior dos processos discursivos. E o analista, ao debruçar-se sobre o discurso, depara-se com a materialidade discursiva, que é concomitantemente linguística e ideológica.

Por conseguinte, a ideologia não promove “ocultação”, nem “engano”, afirma Orlandi, mas produz o “desconhecimento de sentidos” através de processos (históricos) discursivos cuja materialidade (linguística) podemos observar ou discernir. Ou seja, podemos compreender a ideologia como o fato de que os sentidos são fixados historicamente em uma direção determinada (INDURSKY, 2013, p. 25).

³⁰ Nesse parágrafo, em específico, não se usa a noção de Louis Althusser para o termo.

Com essa consideração acerca da ideologia, parte-se ao início da reflexão sobre algumas noções representativas da Análise de Discurso, como são as noções de interdiscurso, de formação ideológica, de formação discursiva e de heterogeneidade discursiva.

Começemos pela noção de interdiscurso. Na perspectiva de Pêcheux (2014, p. 149), o interdiscurso é o “todo complexo com dominante”, ou, também, nas palavras de Eni Orlandi (2001, p.33), ele “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Ou seja, para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido, porque em verdade elas já existiram. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras. Pêcheux (2012) pensa o sentido como sendo regulado no tempo e no espaço da prática humana. Ele não separa estrutura de acontecimento, ele relaciona a linguagem a sua exterioridade, ou seja, o interdiscurso ou o já dito que torna possível todo dizer.

Dessa maneira, essa proposta discursiva de leitura/interpretação considera “o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 2001, p. 34). Ou seja, procura-se em razão de qual discurso, existente em uma dada conjuntura social, outro discurso surge. Por exemplo, o enunciado *a mulher deve ser respeitada* pode ser dito apenas em uma conjuntura em que circulem saberes e enunciados esquecidos que legitimem o desrespeito à mulher, do contrário não haveria condições para que esse enunciado fosse dito.

Logo, “só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 2001, p. 34). Em razão disso, “o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer” (ORLANDI, 2001, p. 34). Outro exemplo pode ser tomado das palavras de Josué Guimarães, quando articula, em um discurso na Câmara de Vereadores de Porto Alegre,

O SR. JOSUÉ GUIMARÃES: Não admito insinuações! **A posição de jornalista, nobre Vereador, não me impede de exercer as de Vereador aqui dentro!** (grifo nosso)

Essa manifestação foi proferida no dia 26 de abril de 1954, em resposta ao Vereador Alfredo Hofmeister que sugere que Josué Guimarães teria publicado nos jornais “Folha da Tarde” e “Correio do Povo” um resultado errado acerca da Convenção do PSD, faltando

assim com a verdade dos fatos, conforme consta nos Anais da Câmara daquela data. Em resposta, o edil, recém filiado ao partido socialista, defende que a posição de jornalista não o impedia de exercer as funções de Vereador, ou seja, essa afirmação só existe porque a sua função de jornalista já deveria, em outras oportunidades, ter sido colocada em questão naquela Câmara de Vereadores. Dessa maneira, há um segundo enunciado que está na ordem do interdiscurso que insinua um benefício/proveito que Josué Guimarães gozaria em razão da profissão de jornalista.

Para complementar, convém expor uma imagem sobre o lugar do interdiscurso. Assim, em uma tentativa de sistematizar esse conceito, é possível dizer que também na AD há uma reflexão sobre a relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso³¹. Em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (apud ORLANDI, 2006, p. 32-33) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos (e esquecidos) em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

Assim, depois de realizado o desenho do interdiscurso³² e do intradiscurso³³, é viável esclarecer a diferença entre a noção de interdiscurso e memória discursiva. A memória discursiva é, por vezes, confundida com o interdiscurso, já que em alguns textos teóricos as noções são apresentadas como sinônimas. No entanto, a memória discursiva é um recorte do interdiscurso, enquanto que esse é todas as possibilidades de ditos. Courtine (2009, p. 105-106) explica que a noção de memória discursiva diz respeito “à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”.

Outros dois conceitos que não são confundidos, mas que em diversos momentos são relacionados, são os conceitos de formação ideológica – ou FI – e formação discursiva – ou FD. Pêcheux & Fuchs (1975, p. 166), formulam um conceito para formação ideológica.

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo

³¹ Análogo ao eixo sintagmático e eixo paradigmático de Ferdinand de Saussure.

³² Análogo ao eixo da seleção.

³³ Análogo ao eixo da formulação.

de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. Somos levados, assim, a nos colocar a questão da relação entre ideologia e discurso.

Assim, é possível pensar que a formação ideológica é um conjunto de atitudes e de representações que são coladas aos polos opostos de uma relação de classes. Isto é, essas atitudes e representações não são “individuais” ou “universais”, mas assumem formas diferentes de acordo com as condições de produção específicas da interpelação ideológica. Segundo Pêcheux & Fuchs (1975, p. 166), “é impossível identificar ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das ideias e dos discursos), mas que se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica”.

Os teóricos ainda explicam de outro modo, as FIs “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, “toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166-167). E Courtine (2009, p. 73) explica que essa definição implica que as FD que constituem a mesma FI podem ser distinguidas de acordo com a sua “especialização”, mas, sobretudo, que as FD que dependem de FI antagônicas mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na materialidade linguística dessas FD.

Em um primeiro momento pode-se pensar na formação discursiva como a manifestação nos discursos de uma formação ideológica, de uma relação/representação de classes. Ou seja, no interior de uma formação ideológica circulam diversas formações discursivas. Pêcheux & Fuchs (1976, p. 167-168) explicam que a formação discursiva “existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas”.

No entanto, para compreender satisfatoriamente a noção teórica da formação discursiva, é interessante entender que Michel Pêcheux tomou emprestado o termo “Formação Discursiva” de Michel Foucault, contudo a pensou atendendo aos pressupostos da teoria da AD. Ou seja, o primeiro teórico que refletiu sobre a noção foi o filósofo francês, mas se encontra “na problemática de Foucault muito mais uma prática teórica exemplar na construção do conceito de FD do que uma bateria de noções aplicáveis imediatamente à AD”,

portanto reler Foucault não é “aplicá-lo”, mas trabalhar sua perspectiva no interior da AD (COURTINE, 2009, p. 82). A formação discursiva de Michel Foucault (2005, p. 43) pode ser depreendida a partir do excerto da obra *Arqueologia do Saber* que segue,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Logo, para Foucault as FDs estão nas regularidades da ordem, correlação, funcionamento e transformação. Ou seja, a análise da FD “volta-se pois para a raridade, tratando das coisas que se transmitem e se conservam e de cujo valor procuramos nos apropriar” (SCHONS, 2000, p. 63). No mesmo sentido, Grigoletto (2005, p. 78) escreve que “para Foucault, um enunciado pertence a uma FD, assim como uma frase pertence a um texto”, portanto Foucault “concebe o discurso como *dispersão* e a FD como sendo um sistema enunciativo geral, o qual obedece a um grupo de performances verbais, ou seja, a FD vai definir o tipo de um discurso”.

Michel Pêcheux (2014, p. 147), por sua vez, quando explica que as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, expõe um outro conceito de formação discursiva,

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um programa etc.)
Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Em outras palavras, o lugar onde a ideologia se materializa simbolicamente é no discurso. Assim, recorre-se ao texto para buscar na exterioridade – no discurso – os sentidos presentes, as interpretações possíveis, já que as palavras por si só não possuem um sentido único, mas dependem do sentido que se produz no interior da formação discursiva em que estão inscritas.

Palavras iguais podem significar diferentemente porque inscritas em formações discursivas diferentes. As formações discursivas “podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso [...]. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que

constitui uma formação discursiva em relação a outra” (ORLANDI, 2003, p. 43-44). E isso define em grande parte o trabalho do analista, qual seja, observar as condições de produção, verificar o funcionamento da memória, e remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito.

Carme Schons (2000, p. 64) escreve sobre as divergências entre os conceitos de formação discursiva em Foucault e Pêcheux

Assim, o estatuto entre o conceito de formação discursiva em *Arqueologia do saber* e em *Semântica e discurso* requer considerações: Foucault define a formação discursiva a partir das noções de descontinuidade, regularidades e dispersão; Pêcheux, a partir da luta, das relações de confronto entre as classes e das bases do materialismo histórico. Eis por que a noção de FD se refaz a cada obra de Pêcheux.

Em Michel Foucault não há uma ideologia que interpela indivíduos em sujeito, mas antes uma forma de regularidade de enunciados que passam a ser analisados. Assim, a análise do discurso na perspectiva de Foucault é rica em lacunas, vazios, ausências, limites, uma vez que só uma parte do dizível é acessível. Já na perspectiva de Michel Pêcheux, por seu turno, ancorado nas considerações de Louis Althusser acerca da interpelação ideológica, a análise dos discursos refletem sobre uma ideologia inconsciente que recruta/transforma sujeitos entre os indivíduos.

No entanto, não foram apenas Foucault e Pêcheux que se preocuparam com as formações discursivas. Mais tarde, o aluno de Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine retomou o conceito da FD e tornou mais maleáveis as fronteiras dessa noção teórica. Courtine vai chamar a atenção para a importância do interdiscurso das diferentes FD e defenderá que a contradição é constitutiva dos processos discursivos.

Se uma dada **FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua dependência em relação ao “todo complexo com dominante”** [...] das FD, intrincado no complexo da instância ideológica, e se nomeamos “*interdiscurso*” esse todo complexo com dominante das FD, então é preciso admitir que **o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso**. Isso implica, notadamente, que **o descompasso entre duas FD**, de tal modo que a primeira sirva “de matéria prima representacional” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 13) para a segunda, **deve ser necessariamente levado em conta** tanto em teoria como em análise do discurso e que “o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, (...) o fato de que ‘isso fala’ sempre antes, em outro lugar, ou independentemente” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 147), isto é, sob a dependência do interdiscurso (COURTINE, 2009, p. 73) (grifo nosso).

Desse modo, se levarmos em conta a contradição como constitutiva do interdiscurso de cada FD, estamos considerando uma heterogeneidade discursiva. As fronteiras das FD são maleáveis, porosas, isto é, em uma FD existem pré-construídos, enunciados, que estão lá como uma resposta, um confronto com a FD antagônica. Por esta razão, o analista de discurso sempre busca o não-dito naquilo que foi dito. O analista procura no intradiscurso – na articulação dos enunciados – as marcas do interdiscurso – o conjunto dos pré-construídos – de uma determinada formação discursiva. Para compreender melhor o conceito, cabe trazer aqui as considerações de Carme Schons (2000, p. 65) sobre a atualização da noção de formação discursiva por Jean-Jacques Courtine.

Pelo conceito da formação discursiva, Courtine (1981, p. 33-49)³⁴, na tentativa de determinar o efeito inscrito das contradições ideológicas de classe e das mudanças discursivas, redefine a noção de condições de produção, entendendo-a como “fronteira que se desloca em função de um jogo da luta ideológica.” (Courtine e Marandin, 1980, p. 19)

Esse deslocamento de fronteiras é o que os autores denominam de “heterogênea em si mesma”. O fato de se fechar uma FD e se fazer abertura de outras, em diferentes condições de produção, abre a permanente possibilidade de incorporar elementos pré-construídos que reiteram o conjunto de saberes da FD, preenchendo os “espaços” deixados por ela mesma por pré-construídos no seu exterior.

No mesmo sentido, Eni Orlandi (2012, P. 146) explica, a seu modo, o que seria a noção de heterogeneidade na formação discursiva para a teoria da Análise de Discurso pechêutiana,

é preciso enfatizar que a formação discursiva não funciona como uma máquina lógica. Ao contrário, ela é uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Há um deslocamento contínuo em suas fronteiras, em função das “jogadas” da luta ideológica, dos confrontos político-sociais. A especificidade da formação discursiva está justamente na contradição que a constitui. Ela não é móvel e fechada. Cada formação discursiva define-se em sua relação com as várias outras formações, em sua articulação (contraditória) com a ideologia.

Na tese de doutorado de Evandra Grigoletto, no momento em que aproxima e aponta as diferenças entre a teoria de Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux, formula que

³⁴ COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse de discours politique: Langue Française: (62)* Paris: Larousse, jun. 1981.

Falar de heterogeneidade, na perspectiva discursiva, significa reconhecer o dialogismo de todo e qualquer discurso, questionando a unicidade de todo o dizer e considerando a presença do outro na constituição tanto do discurso quanto do sujeito. E isso significa postular a ideologia e as relações de poder como constitutivas das relações sociais. Negar tais manifestações é camuflar, mascarar a presença da heterogeneidade. Por fim, falar de heterogeneidade significa também considerar os sentidos como múltiplos e o sujeito como cindido, disperso (GRIGOLETTO, 2005, p. 76).

O sujeito da AD “identifica-se com um determinado sentido e se contrapõe a outros sentidos em função de sua interpelação ideológica, que está na origem de seu estatuto de sujeito, de sua identificação com determinada FD e com uma posição-sujeito” (INDURSKY, 2008, p. 31). As formações discursivas junto das quais os sujeitos se inscrevem são heterogêneas, portanto isso implica a pensar também em uma fragmentação da forma-sujeito em posições-sujeito. Só assim é possível pensar em uma formação discursiva heterogênea quando também consideramos a heterogeneidade da forma-sujeito, isto é, a sua fragmentação em diferentes posições-sujeito dentro de uma FD heterogênea.

A dualidade *bom sujeito* e do *mau sujeito* não dá conta das numerosas posições que o sujeito pode ocupar. Afirmar isso vai ao encontro da formulação “o sujeito ocupa posições diferentes no interior do mesmo texto: o sujeito se representa de maneiras bastante diversas num mesmo espaço textual. Isso nos leva a considerar a heterogeneidade como forte característica do universo discursivo” (ORLANDI, 2012, p. 101).

Com base nessas reflexões é possível, por exemplo, pensar nos deslizamentos dos sentidos nessa perspectiva teórica do discurso. Melhor dizendo, no momento que o sentido de uma palavra, expressão, proposição desliza para os sentidos de outra palavra, expressão, proposição movimentada no interior de uma formação discursiva diversa. Ou ainda, quando é colado um sentido diverso – uma determinação – em uma determinada palavra – denominação.

Consequentemente, para a Análise de Discurso, as formações discursivas – FDs – têm seus saberes regulados pela forma-sujeito. Ou conforme Leandro Ferreira (2001) propõe em seu glossário de termos da AD, forma-sujeito “é a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui. Esta identificação baseia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por

determina-lo”. A forma-sujeito é responsável pela ilusão de unidade do sujeito. Nesse sentido Michel Pêcheux (2014, p. 150) discorre

Podemos agora precisar que **a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina** (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, [...] enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (grifo nosso).

No entanto, essa interpelação supõe necessariamente um *desdobramento*, constitutivo do sujeito do discurso, de forma que um dos termos representa o “locutor” – o sujeito da enunciação, que toma posição, com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade – e o outro termo representa “o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal” (PÊCHEUX, 2014, p. 198).

Sobre as diferentes formações discursivas, o sujeito heterogêneo e as posições do sujeito,

[...] as diferentes formações discursivas indicam que o sujeito é ideologicamente heterogêneo (e muitas vezes, mesmo, contraditório) e, conseqüentemente, mostram também que um texto não funciona compactamente em relação à ideologia. No entanto, a formação dominante que rege as diferentes posições do sujeito no texto propicia-lhe unidade (ORLANDI, 2012, p. 95).

À guiza de conclusão, nos tópicos que compuseram esse capítulo teórico foram abordadas questões fundamentais para a Análise de Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux. Entre eles, a noção de discurso, sujeito, forma-sujeito, interdiscurso, formação discursiva, heterogeneidade discursiva e posições-sujeito. No terceiro capítulo, serão apresentadas as sequências discursivas selecionadas para serem analisadas à luz da teoria apresentada neste capítulo. Como poderá ser lido, as análises dizem respeito aos discursos do ano de 1954, em especial àqueles dos meses de abril e agosto.

3. PORTO ALEGRE EM DISCURSO: A ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE JOSUÉ GUIMARÃES NA CÂMARA DE VEREADORES

*As palavras simples do nosso cotidiano já chegam
até nós carregadas de sentidos
que não sabemos como se constituíram
e que no entanto significam em nós e para nós.
(ORLANDI, 2003, p. 20)*

A leitura e interpretação das sequências discursivas selecionadas a partir das manifestações do Vereador Josué Guimarães na Câmara de Vereadores da capital gaúcha será realizada a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, originada em Michel Pêcheux. O acesso a esse material foi possível em razão de fotocópias dos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre constantes no Acervo Literário Josué Guimarães – ALJOG, que pertence à Universidade de Passo Fundo – UPF e é coordenado pelo Prof. Dr. Miguel Rettenmaier da Silva. Nesse espaço acadêmico, pesquisadores têm a oportunidade de consultar a integralidade da obra literária publicada pelo autor, assim como seus manuscritos, artigos jornalísticos, pinturas, fotografias, artigos pessoais, livros de sua biblioteca pessoal, entre outras memórias do escritor gaúcho.

Como o objetivo da presente dissertação é analisar a forma de inscrição do discurso de Josué Guimarães em uma determinada formação discursiva, a pesquisa se baseou nos discursos do quadriênio que o então jornalista exerceu o cargo de Vereador (1952-1955), registrados nos Anais da Câmara de Vereadores. Em meio à amplitude do material, foi necessário selecionar os discursos do ano de 1954 dentre os outros anos de mandato. A escolha desse ano em particular ocorreu porque o período corresponde a um tempo de efervescência política, quando a polarização dos discursos culminou em incidentes entre os quais se encontra a morte do então Presidente da República, Getúlio Vargas, fundador do Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB.

Este terceiro capítulo se propõe a analisar as manifestações de Josué Guimarães na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em especial aquelas compreendidas nos meses de abril e agosto de 1954. Dessa forma, o *corpus* do trabalho é composto por duas manifestações pontuais: no primeiro tópico será analisado o discurso de desfiliação do vereador do PTB e a consequente filiação ao PSB, proferido no dia 23 de abril de 1954; no segundo tópico será

analisado o discurso de Josué Guimarães no dia 23 de agosto de 1954, véspera da morte de Getúlio Vargas. Por fim, no breve terceiro tópico deste capítulo serão organizadas as possíveis respostas para as hipóteses colocadas no princípio desse trabalho.

3.1 ABRIL DE 1954: DESFILIAÇÃO DO PTB E INGRESSO NO PSB

O *corpus* da análise que segue neste tópico é composto pelo discurso proferido pelo Vereador Josué Marques Guimarães na Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 23 de abril de 1954. A manifestação foi feita no dia do seu requerimento de desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – e consequente filiação ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, conforme está registrado nos Anais daquela Câmara de Vereadores.

Para iniciar as análises é interessante, primeiramente, refletir sobre o lugar discursivo ocupado pelo sujeito do discurso. Acompanhando o pensamento de Grigoletto (2005, p.152), o lugar discursivo não necessariamente corresponde à noção de posição-sujeito, bem como também não corresponde à noção de lugar social. Em outras palavras, de um mesmo lugar discursivo podem operar diferentes posições-sujeito, assim como o lugar discursivo é um espaço que se configura/constitui no interior do discurso. Sobre a passagem do lugar social ao lugar discursivo

Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica (GRIGOLETTO, 2005, p. 155-156).

Diante dessa noção teórica, é possível pensar, por exemplo, que Josué Guimarães ocupou os lugares sociais/empíricos de jornalista, vereador, político, escritor, cidadão brasileiro, etc. Por outro lado, nas sequências discursivas que seguem, será analisado o discurso produzido a partir do lugar discursivo de Vereador – de um sujeito-Vereador. Dessa

forma, “o lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo” (GRIGOLETTO, 2005, p. 158), porém esse lugar discursivo também é afetado pelos lugares sociais que o sujeito ocupa. No caso em análise, o lugar discursivo do Vereador também é afetado pelo lugar social do jornalista, do cidadão brasileiro, etc. no jogo de imagens construídas por seus interlocutores. Assim, cria-se a ilusão no sujeito de que seja possível apagar os sentidos que emergem do lugar social para o lugar discursivo.

Uma vez enumerado alguns dos lugares sociais que Josué Guimarães ocupou, assim como o lugar discursivo que Josué Guimarães ocupou na materialidade discursiva que compõem o corpus deste trabalho dissertativo, a leitura das sequências discursivas, que seguem, concentrar-se-á nas análises das formações discursivas, das formas-sujeito e das posições-sujeito presentes no discurso político do Vereador.

Como já tratado no segundo capítulo desta dissertação, a Análise de Discurso, originada dos estudos de Michel Pêcheux, pergunta ao dito sobre o não-dito. Agindo dessa maneira, o analista pretende ter ideias sobre o conteúdo do interdiscurso de uma determinada formação discursiva que a materialidade discursiva aponta na articulação dos enunciados – no eixo do intradiscurso. Ou seja, é possível começar por esse exercício de leitura para chegar às análises discursivas propriamente ditas. Durante essa leitura, algo soa, algo desperta o olhar do analista, e ele busca na teoria da AD os pressupostos teóricos que explicam o acontecimento.

Assim, “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2003, p.82), não-ditos que incitam/constroem os novos dizeres.

Na análise de discurso, há noções que encampam o **não-dizer**: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra: “terra” significa pela sua diferença com “Terra”, “com coragem” significa pela sua relação com “sem medo” etc. Além disso, o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras, **o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva**” (p. 82-83) (grifo nosso).

Se pensarmos esse não-dizer – que permanece na ordem do interdiscurso e produz/influencia os significados na ordem do intradiscurso – como o silêncio constitutivo³⁵ dos enunciados que compõem os recortes das sequências discursivas que serão analisadas, será possível perceber em qual(ais) formações discursivas o discurso político do Vereador Josué Guimarães, da década de 1950, se encontra inscrito. Assim, após as considerações teóricas que mostram como se realizará os gestos de leitura presentes neste capítulo de análises discursivas, passamos à leitura/interpretação de duas sequências discursivas selecionadas da manifestação proferida por Josué Guimarães, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no dia 23 de abril de 1954. Nesse dia, o Vereador Josué Marques Guimarães leu na íntegra a carta da sua desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – em sessão na Câmara.

Sd.1

Porto Alegre, 23 de abril de 1954

Hoje posso afirmar que **nenhuma divergência de ordem pessoal** foi capaz de me indicar atitude contrária à orientação partidária, antes pelo contrário, submeti as idéias pessoais às decisões da maioria para prestigiar o P.T.B. na Câmara e fora dela. Nas divergências internas, de caráter superficial, **fui sempre o primeiro a tirar de nossos adversários qualquer ânimo de intriga** ou mesmo de exploração política de casos que serviriam a interesses menos elevados.

Por outro lado, cumpro um dever inalienável destacando as atenções de que sempre fui alvo durante êste longo convívio com os meus companheiros de trabalhismo. **Nêle tão somente fiz amigos**, e amigos que continuarão, estou certo, pelo tempo em fora.

O exposto deixa bem claro que **minha atitude não se fundamenta em ressentimentos de natureza pessoal** (grifo nosso).

Como é possível perceber, há um silêncio que está constituindo os enunciados dessa sequência discursiva. Quando Josué Guimarães fala sobre “*nenhuma divergência de ordem pessoal*”, ele pode estar respondendo a um discurso que diz que houve divergências de ordem pessoal. Já que, como declarou, em algum momento submeteu suas ideias pessoais às decisões da maioria do PTB. Ou seja, na sua negação às *divergências de ordem pessoal* ele acaba por enfatizar, trazer à luz, atualizar um discurso segundo o qual as suas ideias pessoais não eram aceitas pelo partido. Surge uma dubiedade, pois ele estaria prestigiando o partido na Câmara e fora dela, mas já não acreditava mais nas ideias do partido porque elas se confrontavam com as suas ideias pessoais. Além disso, quando se sabe que Josué Guimarães

³⁵ Noção teórica tratada no segundo capítulo dessa dissertação.

já teria escrito o relato de viagens *As Muralhas de Jericó* no momento do pedido de desfiliação do PTB, é possível dizer que o “fora da Câmara” seria o espaço das ideias pessoais e, portanto das divergências com o partido.

No recorte com a passagem “nas divergências internas, de caráter superficial, fui *sempre* o primeiro a tirar de nossos adversários qualquer ânimo de intriga” está dito que ocorreram divergências internas, e também que Josué Guimarães foi sempre o primeiro a tirar o ânimo de intriga dos outros partidos. Ou seja, a necessidade de dizer que foi *sempre o primeiro* a acalmar os ânimos de intriga dos outros partidos, é a resposta para um discurso anterior que questiona a sua fidelidade ao partido trabalhista, discurso que normalmente existe em um momento de transição partidária.

Ademais, a insistência em desenhar um cenário em que não há “*nenhuma* divergência de ordem pessoal”, o comportamento de “prestigiar o P.T.B. na Câmara e fora dela” e a ênfase em tirar “de nossos adversários qualquer ânimo de intriga” mostram a necessidade desses enunciados existirem naquele período histórico, uma vez que em outras conjunturas sócio-históricas a desfiliação de um partido poderia ocorrer em tons mais enérgicos. Em outras palavras, na manifestação de Josué Guimarães é possível perceber uma relação de forças no discurso. Mais claramente, naquele momento histórico, não estavam reunidas as condições para se desfiliar do PTB de maneira enérgica. Era necessário se desfiliar do partido de maneira cordial, e, ainda, pontuando/negando qualquer discurso que encorajasse a discórdia.

Ainda, é interessante notar a negação a um discurso que encorajava a discórdia nas passagens “Nêle *tão somente* fiz amigos” e “minha atitude *não se fundamenta* em ressentimentos de natureza pessoal”. Nesses recortes, as expressões *tão somente* e *não* são, respectivamente, advérbios de exclusão e negação, que funcionam no discurso como uma resposta a um outro discurso que diz que ocorreram inimizades, assim como que a atitude se fundamenta em ressentimentos de natureza pessoal.

Logo, nessa primeira sequência discursiva se constata o funcionamento do discurso autoritário. O discurso que controla a polissemia, predominante na sociedade daquele momento histórico, tendo em vista o recente fim de um período ditatorial no Brasil – Estado Novo ou Ditadura Getulista. O exagero das expressões “nenhuma divergência”, “sempre primeiro”, “tão somente fiz amigos” e “bem claro” indicam a pretensão de não deixar dúvidas, ou seja, evitar a polissemia no discurso. Ainda, as negações também apontam para

um discurso primeiro, como se esse discurso funcionasse como resposta a outro discurso fortemente presente no momento da desfiliação.

Dessa forma, cabe relacionar os seguintes enunciados sobre os ânimos da Câmara de Vereadores da capital gaúcha em relação a uma desfiliação do PTB na primeira metade da década de 1950.

<i>Ditos sobre a desfiliação do PTB</i>	<i>Silêncio constitutivo do discurso de desfiliação do PTB</i>
Nenhuma divergência de ordem pessoal/ Alguma divergência de ordem “ideológica”.	Há divergências de ordem pessoal/ Não há divergências de ordem “ideológica”.
Tirar ânimo de intriga dos adversários.	Há ânimo de intriga entre adversários.
Tão somente fiz amigos.	Fez inimigos.
Atitude não se fundamenta em ressentimentos pessoais.	Atitude se fundamenta em ressentimentos pessoais.

Quadro 1 - Ditos sobre a desfiliação do PTB e o Silêncio constitutivo do discurso de desfiliação do PTB

Logo, é possível dizer que naquele momento desfiliar-se do PTB movimentava os sentidos de que a prática poderia advir de ressentimentos pessoais, inimizades feitas, intriga de adversários, não necessariamente de uma divergência em relação aos ideais do partido trabalhista. Dessa forma, os ditos seriam pertencentes a uma formação discursiva trabalhista (FD do PTB/Trabalhista), ou seja, aquilo que poderia e deveria ser dito em relação ao PTB. Em contrapartida, o silêncio constitutivo do discurso da desfiliação poderia construir enunciados adequados a uma formação discursiva socialista (FD do PSB/Socialista), já que o então Vereador se filiou ao Partido Socialista Brasileiro – PSB – logo após a sua desfiliação do PTB.

Melhor dizendo, um discurso que constrói sentidos de inimizade entre os integrantes do PTB ou de divergências dentro do partido, por exemplo, teria cabimento no interior de uma formação discursiva antagônica à formação discursiva do PTB/Trabalhista. Como o Vereador se filiou ao PSB, é possível nomear essa FD antagônica de FD do PSB/Socialista. Tanto é que os sentidos que legitimariam as desavenças em relação ao partido, presentes no silêncio constitutivo do discurso, precisaram ser negados na manifestação do Vereador Josué Guimarães, o que reforça o antagonismo das duas formações discursivas até este momento das análises discursivas.

Na articulação do discurso da desfiliação do PTB, a posição-sujeito se coloca em contrariedade aos sentidos provindos de outros membros da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em especial dos sentidos provindos dos membros do partido socialista, os quais contariam mais tarde com o Vereador na constituição da sua agremiação política. Com o objetivo de sustentar o antagonismo presente entre as formações discursivas (FD do PTB e FD do PSB) nessa sequência discursiva, é interessante recordar que, no mês de abril do ano de 1954, Josué Guimarães já tinha escrito o relato de viagem aos países socialistas, o qual não encontrou condições de ser publicado naquela conjuntura sócio-histórica, devido a um “conselho” de Getúlio Vargas, membro do PTB.

O conteúdo da segunda sequência discursiva possui grifos nos Anais, assim como falhas ortográficas provavelmente devido à necessidade da rapidez no trabalho taquigráfico da Câmara de Vereadores de Porto Alegre naquele momento em particular. Nesta sequência discursiva, é possível construir o sentido do que se podia entender pela designação *partido*, especialmente em relação aos partidos políticos “mais em evidência”.

Sd.2. Entendo que os problemas sociais da época em que vivemos desenvolvem-se em progressão geométrica, de tal forma que os esquemas de ação política dos partidos estão nitidamente superados.

Isso me leva a concluir que as nossas organizações partidárias mais em evidência, por que lhes **falte um rumo ideológico** definido, ao envez de caminharem à frente do povo, **indicando-lhe o caminho**, procuram adaptar-se às situações sociais existentes. Por isso vão a reboque dos acontecimentos.

[...]

O mal talvez esteja mais na sua limitação programática do que propriamente no desejo dos homens que o integram. É como querer medir montanhas com régua milimetrada. Embora dispondo de um programa e usando para realizá-lo diretrizes honestas e firmes, a **contemporização com o capitalismo**, que é a própria negação dos interesses populares, lhe proporcionou tão somente meios apoucados para combate de tanta magnitude.

Com essa minha decisão pretendo dar um passo à frente. E o dou serenamente, convicto de abrir com as próprias mãos **um caminho mais amplo e que maiores oportunidades ofereça aos que desejam lutar pelas causas justas, vergastando os erros, denunciando ao povo os seus inimigos** (grifos do autor).

No início da década de 50, em Porto Alegre, o PTB era parte do que se entendia por *organizações partidárias mais em evidência*, já que Getúlio Vargas era Presidente da República e Ernesto Dornelles era Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Logo, tecer críticas diretamente ao PTB dentro da Câmara de Vereadores não era uma tarefa fácil. Além

dos cargos do executivo³⁶, o partido tinha a maior bancada na Câmara de Vereadores, ocupando oito cadeiras de um total de vinte e um edis (KLÖCKNER, 2007, p. 31-32). Dessa maneira, é viável pensar que em uma forma de silenciamento, dado o momento na luta de posições/classes dentro da Câmara de Vereadores. Assim, a expressão *organização partidária mais em evidência* pudesse funcionar melhor, para um Vereador que teria mais um ano e meio de mandato a cumprir, do que designar literalmente os nomes dos partidos que compunham a expressão utilizada.

Por meio das determinações coladas à designação *partidos*, interpreta-se: que a ação política dos partidos está superada; que faltam aos partidos um rumo ideológico; que os partidos vão a reboque dos acontecimentos; que os partidos possuem um programa limitado; que os partidos não atendem aos desejos dos políticos que fazem parte deles; e que os partidos possuem meios apoucados para combater o capitalismo. Então, sabendo que o objetivo da manifestação era a desfiliação do PTB, mas também a filiação ao partido socialista, é possível depreender o silêncio constitutivo dos ditos acerca da expressão *partidos em evidência*, os quais, por sua vez falam sobre o PSB.

<i>Ditos sobre os partidos em evidência</i>	<i>Silêncio constitutivo do discurso sobre os partidos em evidência – Saberes sobre o PSB</i>
Esquemas de ação política nitidamente superados.	Esquemas de ação política não superados.
Falta rumo ideológico.	Não falta rumo ideológico.
Andam a reboque dos acontecimentos.	Caminham a frente do povo.
Programa limitado.	Programa não-limitado.
Desejo dos políticos que os integram vai além do programa político.	Desejo dos políticos que o integram não vai além do programa político.
Meios apoucados para combater o capitalismo.	Meios suficientes para combater o capitalismo.

Quadro 2 - Ditos sobre os partidos em evidência e Silêncio constitutivo do discurso sobre os partidos em evidência – Saberes sobre o PSB

Dessa forma, os ditos e o silêncio constitutivo do discurso sobre os partidos *em evidência* – que também delineiam o conteúdo dos saberes sobre o partido socialista – se encontram no interior da FD do PSB/Socialista. Sabe-se que o PSB era de menor expressão

³⁶ Na eleição para Prefeito de Porto Alegre, em fins de 1951 (a mesma que elegeu o Vereador Josué Guimarães pelo PTB), Ildo Meneghetti (PSD) venceu Leonel Brizola (PTB) por 800 votos. O resultado do pleito apontou cerca de 41 mil votos para Meneghetti e 40.200, aproximadamente, para o Brizola (KLÖCKNER, 2007, p. 31).

em relação ao partido trabalhista naquele momento histórico, portanto, conforme a articulação do discurso, o Vereador coloca o partido socialista como o representante do polo oposto aos partidos *mais em evidência*. Tanto é que no final da Sd2, o Vereador diz que pretende dar um *passo à frente* com a filiação ao partido socialista, ou seja, o Vereador desejava se posicionar a frente dos partidos em evidência, caminhando à frente do povo, mostrando-lhe o caminho. Ademais, o discurso sugere que o PTB não caminhava mais em prol do povo.

Além disso, também no final da sequência discursiva número dois, é dito que no novo caminho que o Vereador tomaria – a sua filiação ao PSB – seria possível lutar pelas *causas justas, vergastando os erros* e denunciando *ao povo seus inimigos*. Logo, essa articulação de enunciados constrói um sentido que, no partido trabalhista, não se lutava por causas justas, existiam erros e que o partido trabalhista não denunciava ao povo seus inimigos.

Também de acordo com a sequência discursiva número dois, o capitalismo possui uma grande magnitude, a qual os partidos *mais em evidência* (no caso o PTB seria um deles) não possuem meios de combater. Assim, no discurso do Vereador Josué Guimarães o capitalismo é vinculado à negação dos interesses populares. Dessa forma, os sentidos que essa materialidade discursiva movimenta sobre o capitalismo e sobre o novo partido junto do qual o Vereador Josué Guimarães se filia pode ser percebido pelas seguintes relações.

<i>Ditos sobre o capitalismo – Saberes sobre o PSB</i>	<i>Silêncio constitutivo do discurso sobre o capitalismo – Saberes sobre os partidos em evidência</i>
Possui grande magnitude.	Não possui grande magnitude.
Partidos em evidência não possuem meios de combatê-lo.	Partidos menores possuem meios de combatê-lo ³⁷ .
Deve ser combatido.	Não deve ser combatido.
Negação dos interesses populares.	Afirmação dos interesses populares.

Quadro 3 - Ditos sobre o capitalismo – Saberes sobre o PSB – e Silêncio constitutivo do discurso sobre o capitalismo – Saberes sobre os partidos em evidência

A partir do quadro três, é possível refletir sobre uma formação discursiva dos partidos em evidência, da qual fariam parte os discursos sobre partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, a União Democrática Nacional – UDN, entre outras agremiações políticas

³⁷ Ou ainda, os partidos *em evidência* podem combater o capitalismo, porém não é de seu interesse combater.

expoentes daquele momento histórico. Logo, em razão da denominação/determinação e do conteúdo da FD dos partidos *em evidência*, ela aglutina/funde a FD do PTB/Trabalhista à sua constituição. Dessa forma, cabe começar a pensar sobre a ocorrência de uma heterogeneidade discursiva entre a FD dos partidos *em evidência* e a FD do PTB/Trabalhista que passo a chamar de FD do PTB *em evidência*/Trabalhista.

Então, no interior de uma FD do PTB *em evidência*/Trabalhista, despontariam duas posições-sujeito. Uma delas é a posição-sujeito dos partidos *em evidência*, em relação a qual se movimenta os sentidos de que o capitalismo não possui grande magnitude e não deve ser combatido; de que os partidos menores possuem meios de combatê-lo; e, por fim, de que o capitalismo é a afirmação dos interesses populares. A segunda posição-sujeito, por sua vez, é a do PTB/Trabalhista que será analisada demoradamente no próximo tópico desta dissertação, quando da análise do discurso da véspera da morte de Getúlio Vargas.

Nota-se que a posição-sujeito no discurso do Vereador Josué Guimarães está contraidentificada com o que os partidos *em evidência* lhe dão a pensar. Por outro lado, tendo em vista que Josué Guimarães se posiciona/pretende combater o capitalismo, o que os partidos *em evidência* não possuem meios/interesse de fazer, o seu discurso se encontra identificado com a forma-sujeito da FD do PSB/Socialista. Nessa formação discursiva, o capitalismo possui grande magnitude, deve ser combatido, o que os partidos *em evidência* não possuem meios de fazer, assim como ele é a negação dos interesses do povo.

Na relação entre os ditos sobre o novo partido e o silêncio constitutivo do discurso sobre o novo partido, têm-se as relações que seguem.

<i>Ditos sobre o novo partido – Saberes sobre o PSB</i>	<i>Silêncio constitutivo do discurso sobre o novo partido – Saberes sobre os partidos em evidência</i>
Caminho mais amplo para lutar.	Caminho mais estreito para lutar.
Causas justas.	Causas injustas.
Vergastando erros.	Cometendo erros.
Denuncia ao povo os seus inimigos.	Não denuncia ao povo os seus inimigos.

Quadro 4 - Ditos sobre o novo partido – Saberes sobre o PSB e Silêncio constitutivo sobre o novo partido – Saberes sobre os partidos em evidência

A partir do quadro quatro, percebe-se que os ditos sobre o novo partido se encontram no interior de uma formação discursiva do PSB/Socialista, em relação a qual o sujeito do discurso está identificado com a forma-sujeito própria da formação discursiva. Em contrapartida, os sentidos mobilizados no silêncio constitutivo sobre o novo partido se encontram no interior de uma formação discursiva dos partidos *em evidência*, ou, como apontado nesse trabalho, no interior da FD do PTB *em evidência*/Trabalhista, em relação a qual o sujeito do discurso está contraidentificado com uma posição-sujeito dos partidos em evidência. Sob outra perspectiva, a forma de inscrição do sujeito em relação à posição-sujeito do PTB/Trabalhista será abordada na manifestação do dia 23 de agosto de 1954.

Construída essas relações de sentido entre os ditos sobre o novo partido e o silêncio constitutivo do discurso sobre o novo partido, é interessante constatar as regularidades semânticas das expressões na articulação do discurso. Isto é, por exemplo, a recorrência das menções ao *caminho* no discurso de Josué Guimarães, como nas passagens “falta um *rumo* ideológico”, “*caminhare*m à frente do povo, indicando-lhe o *caminho*”, “vão a *reboque* dos acontecimentos”, “dar um *passo à frente*”, “*diretrizes* honestas e firmes”, “*abrir* com as próprias mãos um *caminho mais amplo*”.

Diante disso, é permitido pensar que a recorrência ao *caminho* seja uma referência ao discurso religioso, que se utiliza da metáfora do caminho para falar sobre a vida, quer dizer, sempre se deve avançar ou seguir em frente procurando pelos melhores caminhos ou direções para uma existência depois da morte. Cabe explicar que, por exemplo, a designação vida em meio a um discurso capitalista é tempo de produção, em meio ao discurso da medicina a designação vida são etapas, em meio a um discurso jurídico a designação vida são direitos e deveres, porém em meio a um discurso religioso a vida é uma passagem, um caminho para outro lugar. Assim, a filiação ao partido socialista, que se seguiria a desfiliação do partido trabalhista, seria a “escolha” pelo melhor caminho.

Ainda, no discurso há expressões matemáticas como representações de intensidades, como em “os problemas sociais da época em que vivemos desenvolvem-se em *progressão geométrica*” e em “medir montanhas com réguas *milimetradas*”. É possível dizer que essa comparabilidade quantitativa é própria do discurso capitalista, que mede quantidades e não intensidades ou graduações. Essa suposição se constrói, tendo em vista que o que é dito sempre pode ser dito de modo diferente. Ou seja, não há uma única forma de expressão, a ilusão dessa unicidade é ideológica. Logo, seria possível encontrar uma formulação diversa no

discurso do Vereador Josué Guimarães, porém uma vez colocada essas expressões matemáticas, elas estão condenadas a movimentar sentidos.

No mesmo sentido, não é estranho que no discurso apareçam expressões matemáticas quando o Vereador Josué Guimarães se refere à situação dos problemas sociais da época em que vive (progressão geométrica), bem como quando fala sobre a limitação programática dos partidos (régua milimetrada). O sujeito pode estar colocado em uma posição diferente da capitalista, porém nas expressões naturalizadas do seu discurso também perpassa o discurso capitalista. Enquanto que no trecho em que discorre sobre o seu novo caminho, no caso o destino que busca no Partido Socialista Brasileiro – PSB, se refira a ele como “um caminho mais *amplo* e que *maiores* oportunidades ofereça aos que desejam lutar”, ou seja, se refere à amplitude do caminho e ao modo das oportunidades, representando-se, colocando-se na posição de um lutador.

Então, naquela conjuntura sócio-histórica, os sentidos abordados nesse tópico encontraram condições de serem reproduzidos na Câmara de Vereadores da capital gaúcha. Logo, a partir dos gestos de leitura realizados sobre a manifestação de Josué Guimarães acerca da desfiliação do partido trabalhista e posterior filiação ao partido socialista, é possível perceber que, por exemplo, não caberia tecer críticas ao PTB diretamente, mas que caberia falar sobre o *mal do capitalismo*. Ainda, que a materialidade discursiva constrói o sentido de que os inimigos do povo – os que negam os interesses do povo –, e que não são revelados ao povo, são os partidos *em evidência* no cenário político. Além disso, que os saberes religioso e capitalista atravessam o discurso de desfiliação do Vereador Josué Guimarães na Câmara Municipal de Porto Alegre.

As considerações acerca da análise dessas duas sequências discursivas nos levam a desenhar a existência de três formações discursivas no discurso político de Josué Guimarães. A primeira delas a ser reconhecida foi a FD do PTB/Trabalhista, seguida da FD do PSB/Socialista e, por fim, a FD dos partidos *em evidência*. Haja vista que o PTB faz parte do que se entendeu como partido em evidência no cenário político da década de 1950, foi possível pensar em uma heterogeneidade discursiva em relação à FD do PTB e a FD dos partidos *em evidência*. Sendo assim, passou-se a designar essa heterogeneidade discursiva de FD do PTB *em evidência*, da qual despontam, ao menos, duas posições-sujeito: uma delas é a posição-sujeito dos partidos em evidência e a outra é a posição-sujeito trabalhista.

Por fim, diante da análise das duas sequências discursivas advindas dos recortes da manifestação de Josué Guimarães do dia 23 de abril de 1954 na Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre/RS foi possível ver, por meio dos ditos e do silêncio constitutivo dos discursos, as margens das posições que desenham o momento de desfiliação de Josué Guimarães do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. No próximo tópico serão analisadas as sequências discursivas selecionadas a partir da manifestação proferida pelo mesmo Vereador na véspera da morte de Getúlio Vargas.

3.2 AGOSTO DE 1954: MORTE DE GETÚLIO VARGAS

O ano de 1954 foi bastante conturbado na história da República brasileira. Em especial, o mês de agosto porque já nos primeiros dias contou com o episódio conhecido como o “Atentado da Rua Toneleros”. Nesse episódio, pessoas ligadas ao então Presidente da República Getúlio Vargas organizaram um atentado contra a vida do jornalista e político Carlos Lacerda na rua Toneleros, na cidade do Rio de Janeiro. O jornalista escapou vivo do atentado, mas o Major Rubens Florentino Vaz, responsável por sua segurança, morreu no local. Esse episódio é considerado por muitos historiadores como o estopim da derrocada final do governo de Getúlio Vargas.

Além desse episódio, o mês também foi marcado pela morte do Presidente da República, Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954. Em virtude de um tensionamento nos discursos, em muito agravado pela repercussão do Atentado da Rua Toneleros e dos eventos midiáticos que se seguiram a ele, Getúlio Vargas se suicidou no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, deixando uma carta-testamento que comoveu a população brasileira, cujas manifestações que vieram posteriormente a esse episódio foram abordadas no terceiro tópico do primeiro capítulo dessa dissertação.

Se esse período foi de acaloradas manifestações de deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma das motivações desse trabalho é poder contribuir para a compreensão do desenrolar desse período histórico junto à Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul. É possível elucidar esse período histórico, por meio desse trabalho dissertativo, pois os dois personagens principais dessas páginas são nascidos no Rio Grande

do Sul³⁸, e mais importante, porque a morte do Presidente da República ocorreu enquanto Josué Marques Guimarães exercia o mandato de Vereador da cidade de Porto Alegre. Logo, é por meio dos gestos de leitura possíveis sobre a materialidade discursiva da manifestação do Vereador na Câmara de Vereadores que se pretende entender melhor os acontecimentos do mês de agosto de 1954.

Dessa forma, o *corpus* que será analisado neste tópico do terceiro capítulo é composto pelas sequências discursivas selecionadas a partir da manifestação do Vereador Josué Guimarães no dia 23 de agosto de 1954. Essa manifestação é de grande relevância para o período histórico porque foi proferida na véspera da morte de Getúlio Vargas, ou seja, no auge de uma tensão política. Ela se inicia da seguinte maneira.

O SR. JOSUÉ GUIMARÃES: Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Era inevitável que **os acontecimentos do Rio de Janeiro tivessem repercussão também no plenário desta Câmara**, como expressão que é da opinião pública desta capital. **Não poderíamos nós, envolvidos em disputas político-partidárias, ficarmos alheios aos acontecimentos na Capital Federal**, no momento em que se encontra em perigo o próprio regime, entre confusões e boatos que repercutem em todo o Brasil, **de maneira a mais prejudicial possível sobre o bom andamento da campanha eleitoral** que deverá terminar com as eleições a três de outubro próximo vindouro (23.08.1954) (grifo nosso).

Antes de iniciar as análises das sequências discursivas deste tópico, é importante pontuar que vários historiadores defendem, ou seja, circula um discurso na sociedade que diz que o suicídio de Getúlio Vargas foi, em realidade, uma manobra política com o objetivo de atrasar o golpe militar em dez anos. Como já tratado no terceiro tópico do primeiro capítulo, a morte do então Presidente da República teria gerado tamanha comoção pública que os grupos políticos interessados na instituição de um regime militar não encontraram condições de implantar, nos dez anos que se seguiram à morte de Getúlio Vargas, a Ditadura Militar ou a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Em que pese essa possível manobra política, o golpe militar se concretizou no dia 31 de março de 1964, com a destituição de João Belchior Marques Goulart – o Jango – do cargo de Presidente da República do Brasil.

Na proposta de leitura/interpretação da Análise de Discurso de linha francesa, fundada a partir dos estudos de Michel Pêcheux, interessa conhecer a situação e o sujeito do discurso, ou seja, as condições de produção do discurso. Assim, relaciona-se o discurso com a sua

³⁸ Getúlio Vargas nasceu em São Borja, no ano de 1882, e Josué Marques Guimarães nasceu em São Jerônimo, no ano de 1921.

exterioridade. Nesse sentido, como já tratado no terceiro tópico do primeiro capítulo quando são tecidos comentários sobre a noção teórica de condições de produção dos discursos, é possível considerar teoricamente dois sentidos da situação, “em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo” (ORLANDI, 2006, p. 15).

Dessa maneira, é possível considerar o discurso de Josué Guimarães no ano de 1954 em seu sentido lato, qual seja, um discurso pertencente a um momento de reabertura política após o período do Estado Novo (1937-1945) – que foi implantado por Getúlio Vargas com o apoio das forças armadas –, quando as Câmaras Municipais do país tinham sido fechadas. Também é relevante pensar que a Câmara de Vereadores era da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Estado de origem do então Presidente da República, ou seja, o lugar onde ele iniciou sua ação política, lugar onde ele ainda teria muitos contatos e amigos na atividade política, na imprensa, etc. Ainda, que aquele era um momento da conjuntura sócio-histórica de tensão nos debates políticos, na qual tanto as manifestações, quanto os silêncios tomavam sentidos exacerbados.

Ainda em um sentido lato, Josué Guimarães era um Vereador, portanto representando uma parcela dos cidadãos da cidade de Porto Alegre, e um político que tinha sido eleito Vice-presidente da Câmara Municipal. Além disso, era um Vereador que há quatro meses, em abril de 1954, havia se desfilado do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, tendo posteriormente aderido ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, o que possivelmente torna a sua manifestação na Câmara Municipal sobre a situação política do então Presidente da República Getúlio Vargas bastante aguardada pelos outros colegas Vereadores. Josué Marques Guimarães também exercia o ofício de jornalista, por consequência, ele era visto como alguém bem informado sobre os acontecimentos do Brasil e dos países estrangeiros, assim como capaz de publicar a sua opinião nos jornais de grande circulação e assim alcançar/influenciar uma parcela maior da população.

No sentido estrito, é possível considerar a manifestação individual de um Vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, dirigida a outros Vereadores presentes naquela sessão legislativa. No entanto, é interessante notar que o Vereador Josué Guimarães, assim como seus colegas, tinha as manifestações, proferidas no interior da Câmara, gravadas em Anais, por meio do trabalho dos taquígrafos – o que inclusive possibilitou a consulta para essa investigação, mais de sessenta anos depois. Logo, a manifestação era dirigida aos outros

Vereadores, porém o seu conteúdo também se dirigia para além da sala legislativa, o que influenciaria o teor das suas manifestações.

Assim, “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (ORLANDI, 2006, p. 40). Dessa forma, Josué Marques Guimarães pertencia a um lugar, a partir do qual era autorizado a interpretar o momento político do início da década de 1950. Como Eni Orlandi (1996, p. 133) escreve sobre o gerenciamento da memória coletiva, ou seja, sobre “a divisão que separa os que estão autorizados a ler, escrever e falar em seus nomes e todos os outros que, na cópia, na transcrição, na classificação, na indexação, na codificação, repetem incansavelmente gestos (de interpretação) que os apagam atrás da instituição”.

Dessa maneira, a proposta de leitura da Análise de Discurso possibilita gestos de interpretação dos efeitos de sentido dos diversos discursos produzidos em diferentes conjunturas sócio-históricas. Logo, neste tópico do trabalho serão analisadas as sequências discursivas selecionadas da manifestação proferida pelo Vereador Josué Marques Guimarães no dia 23 de agosto de 1954. Vale repetir que as análises das sequências discursivas serão feitas à luz da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, portanto o analista do discurso tem como limite as condições de produção para construir um sentido para os enunciados, assim como o analista também interpreta o dizer do outro com o apoio da teoria que possibilita a criação de um dispositivo de análise.

Na primeira leitura do texto da manifestação de Josué Guimarães na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre no dia anterior à morte de Getúlio Vargas, é possível perceber regularidades, conteúdos que se repetem no interior das sequências discursivas e desenham as posições dos sujeitos daquele cenário político. Logo, foi possível encontrar cinco blocos de regularidades que serão apresentados ao longo deste tópico de análises. A divisão em blocos foi necessária em razão da extensão da manifestação do Vereador daquele dia, sendo assim as análises discursivas serão pensadas dentro dos blocos discursivos que passo a apresentar.

A primeira dessas regularidades nas sequências discursivas se refere ao objetivo da *disputa no Rio de Janeiro*. Se o objetivo da disputa era o de ajudar o povo, ou se o objetivo era o de satisfazer interesses econômicos. Antes de começar as análises é importante trazer à

luz qual seria essa disputa que estava acontecendo no Rio de Janeiro. A revelação de que o responsável pelos tiros que vitimaram o Major Vaz fazia parte da equipe de Getúlio Vargas, após o episódio do Atentado na Rua Toneleros, fez do fato o assunto mais comentado pela imprensa naqueles dias. Por essa razão Josué Guimarães inicia sua manifestação dizendo que a Câmara de Vereadores, com pessoas envolvidas em disputas político-partidárias, não poderia ficar alheia aos acontecimentos da Capital Federal³⁹.

Além disso, é interessante lembrar que, quando do episódio na Rua Toneleros, o Vereador Josué Guimarães já se encontrava filiado ao Partido Socialista Brasileiro – o PSB, bem como que as duas principais figuras políticas envolvidas no atentado faziam parte dos dois grandes partidos políticos daquele momento político. O jornalista Carlos Lacerda era filiado à União Democrática Nacional – a UDN – e Getúlio Vargas era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB. Logo, em uma relação com as análises das sequências discursivas do primeiro tópico deste capítulo, é possível dizer que as figuras envolvidas na *disputa no Rio de Janeiro* desta manifestação faziam parte dos partidos políticos *em evidência* da manifestação de desfiliação do PTB do Vereador Josué Marques Guimarães.

Diante dessas considerações, apresentamos as quatro sequências discursivas que formam o primeiro bloco de regularidades.

Ajudar o povo → Interesses Econômicos (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda)

Sd.3. “Se observarmos com *isenção de ânimo e imparcialidade* a situação nacional, chegaremos à conclusão de que o que se encontra em *disputa* no Rio de Janeiro **não representa, nem de um lado e nem de outro, interesses que digam respeito às camadas populares**. Não está em jogo nenhuma solução, por parte dos grupos na Capital Federal, de **nenhum problema que possa trazer algum benefício ao povo**. O que vemos é apenas uma **onda de ódios e vinditas** daqueles que **nada têm feito para servir ao País**, a não ser através de uma **falsa pregação democrática** nas suas tribunas e nas suas rádios, *mas nada em defesa das classes populares, mas sim a serviço de grupos econômicos*, daqueles que querem empalmar o governo para trazer às suas mãos o Banco do Brasil e as verbas dos Institutos” (grifo nosso).

Sd.4. Sobre o estado de exceção: “É o estado que os **golpistas** desejavam para, através dele, **não se realizarem eleições**, para que ficassem **dando as cartas neste País os homens que estão hoje divorciados dos interesses do povo e defendem apenas os seus interesses particulares**, satisfazendo os apetites dos grupos estrangeiros e dentro do nosso País, como é o caso dos Srs. **Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda, homens que tem vendido a Nação a troco de**

³⁹ A cidade do Rio de Janeiro foi a capital federal do Brasil até o dia 21 de abril de 1960. A capital de federal foi transferida para a cidade de Brasília com a inauguração desta cidade por Juscelino Kubitschek.

trinta dinheiros para os seus cofres particulares e que têm dado **tudo aos estrangeiros**, têm dado aquilo que representa o sacrifício de nossa gente” (grifo nosso).

Sd.5. “... um indivíduo como Carlos Lacerda, que tem sido o **mercador diário das riquezas deste País aos Estados Unidos**, frutificador barato da situação nacional, **fomentador de discórdia**, insegurança e intranqüilidade” (grifo nosso).

Sd.6. “Esses salvadores da pátria não têm feito outra coisa neste País a não ser isto: **dar golpes para vender o País ao estrangeiro**, de vez que estão **subsidiados pelas maiores companhias americanas**, como o caso do Sr. Carlos de Lacerda, seguidor fiel da atividade nefasta do Sr. Assis Chateaubriand” (grifo nosso).

A sequência discursiva número três inicia com a premissa de que se é possível olhar uma situação com isenção e imparcialidade, ainda mais em um momento de tamanha tensão política. Esse início da manifestação aponta para marcas do funcionamento do esquecimento do sujeito número dois, o da ordem da enunciação, aquele que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2006, p. 35). Lembrando que na perspectiva da AD não há discurso que não seja ideológico e que o sujeito sempre se posiciona, portanto, ao convidar os ouvintes à reflexão, ao raciocínio frio, o Vereador poderia também ter reconhecido os ânimos exacerbados daquele momento e ter pedido calma para o raciocínio, porém não o fez. Ao longo do discurso, também percebe-se que não há uma visão/julgamento da situação com isenção de ânimo ou imparcialidade.

Ainda, a *Sd.3* aponta que existem dois lados opostos na *disputa* do Rio de Janeiro, bem como que *nenhum* dos lados está empenhado em defender os interesses do povo e que nos dois lados não está *em jogo* nenhuma solução em benefício do povo. Nessa passagem é interessante notar que o uso das expressões *disputa* e *em jogo* acionam a memória de um jogo de cartas, do qual o prêmio do vencedor seria *empalmar o governo* para trazer às mãos o Banco do Brasil e as verbas dos Institutos. Essa leitura também encontra respaldo na *Sd. 4* na passagem que diz que os golpistas *dariam as cartas* no Brasil.

Também, a partir da terceira sequência discursiva, é possível ler/interpretar que ninguém está interessado no povo na Capital Federal, mas que existe uma onda de ódio e vinditas daqueles que estão a serviço de *grupos econômicos*. Assim, sabendo que a disputa no Rio de Janeiro se dava principalmente entre os políticos representativos do PTB e da UDN – Getúlio Vargas e Carlos Lacerda –, bem como que seriam esses os partidos que não tinham

interesse nas camadas populares e que estavam a serviço de grupos econômicos, é possível depreender os sentidos dos saberes sobre o PSB.

Melhor dizendo, na *Sd.3* o discurso do Vereador Josué Guimarães sugere-se que os partidos em disputa na capital federal não atendem os interesses das camadas populares. Dessa forma, lembrando que, na análise da *Sd.2* do primeiro tópico desse capítulo, o silêncio constitutivo do discurso sobre a desfiliação de Josué Guimarães do PTB construía o sentido de que no PSB os interesses populares eram afirmados, é possível a partir dos ditos sobre os partidos em evidência, depreender os saberes sobre o PSB.

<i>Silêncio constitutivo do discurso sobre os interesses dos partidos em evidência – Saberes sobre o PSB</i>	<i>Ditos sobre os interesses dos partidos em evidência (UDN, PTB, etc.)</i>
Interesses das camadas populares/ Benefícios ao povo.	Sem interesse às camadas populares/ Sem benefícios ao povo.
Sem ondas de ódio e vinditas.	Ondas de ódio e vinditas.
Servem o país.	Nada fazem para servir o país.
Real pregação democrática.	Falsa pregação democrática.
Não está a serviço de grupos econômicos.	Está a serviço de grupos econômicos.

Quadro 5 – Silêncio constitutivo do discurso sobre os interesses dos partidos *em evidência* e Ditos sobre os interesses dos partidos *em evidência* (UDN, PTB, etc.)

Dessa forma, a partir do quadro número cinco, percebe-se que tanto os enunciados/ditos sobre os interesses dos partidos *em evidência*, assim como os sentidos movimentados pelo silêncio constitutivo do discurso sobre os interesses dos partidos *em evidência* existem no interior de uma formação discursiva do PSB/Socialista junto a qual, até o momento, o sujeito se encontra identificado.

Já na *Sd.4* é possível perceber que o discurso passa a desenhar uma diferença entre os políticos representativos do PTB e da UDN. A articulação dos enunciados aponta que os exemplos dos *homens divorciados dos interesses do povo* – que são *golpistas* - são *Assis Chateaubriand* e *Carlos Lacerda*, ambos proprietários de órgãos da imprensa e personagens conhecidos como oponentes do governo de Getúlio Vargas. Logo, nesse discurso Josué Guimarães se posiciona pró-Getúlio Vargas. Ainda, é relevante notar que nesta mesma sequência discursiva algumas expressões acionam a memória da traição, na passagem em que o Vereador diz que os golpistas vendem a Nação a troco de trinta dinheiros – a traição bíblica

de Judas –, *satisfazem os apetites* de grupos estrangeiros e estão *divorciados* dos interesses do povo brasileiro.

Por fim, nas *Sd.5* e *Sd.6* a identidade dos *golpistas* e com interesses privados no exterior é ratificada, ou seja, os golpistas que defendem apenas os seus interesses particulares são Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand. Vale salientar que na *Sd.6*, eles são referidos como *salvadores da Pátria*, seguramente de forma irônica, porque esses *salvadores*, conforme as articulações do discurso, dão golpes e vendem o Brasil ao estrangeiro, atitude que não resgata os sentidos do que possa ser considerado patriótico. Ainda, na *Sd. 5*, Carlos Lacerda é o grande frutificador da situação de discórdia, insegurança e intranquilidade nacional. Diante dessas interpretações, constrói-se o seguinte quadro de sentidos.

<i>Ditos sobre a UDN (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda) – Saberes sobre os partidos em evidência</i>	<i>Silêncio constitutivo do discurso sobre a UDN – Saberes sobre o PTB (Getúlio Vargas) e sobre o PSB</i>
Golpistas.	Não golpistas.
Desejam estado de exceção.	Desejam estado de direito.
Desejam não realizar eleições.	Desejam realizar eleições.
Desejam que deem as cartas os homens divorciados dos interesses do povo.	Desejam que deem as cartas os homens casados com os interesses do povo.
Defendem apenas os seus interesses particulares.	Não defendem apenas os seus interesses particulares. / Defendem apenas os seus interesses públicos.
Satisfazem os apetites dos grupos estrangeiros.	Satisfazem os apetites dos grupos nacionais.

Quadro 6 - Ditos sobre a UDN (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda) – Saberes sobre os partidos em evidência e Silêncio constitutivo do discurso sobre a UDN – Saberes sobre o PTB (Getúlio Vargas) e sobre o PSB

Com base no conteúdo do quadro seis, é cabível afirmar que os sentidos movimentados no silêncio constitutivo do discurso sobre a UDN – e, portanto, alinhado com os saberes sobre o PTB e sobre o então Presidente da República – se remetem aos saberes do PSB/Socialista. Logo, as formações discursivas do PTB/Trabalhista e do PSB/Socialista que se apresentaram em polos antagônicos, até esse momento das análises discursivas, com as relações do quadro número seis podem passar a ser pensadas como heterogêneas. Ou seja, suas fronteiras se mostraram maleáveis, é possível verificar sentidos similares nas duas

formações discursivas, que passam a ser referidas neste trabalho como uma FD do PTB – Trabalhista/PSB – Socialista.

Dessa forma, o desenho das formações discursivas presentes no discurso político de Josué Guimarães é o de duas intersecções com uma FD Trabalhista. É possível imaginar três formações discursivas: a FD dos partidos *em evidência*, a FD do PTB/Trabalhista e a FD do PSB/Socialista. As fronteiras entre a FD dos partidos *em evidência* e a FD do PTB/Trabalhista são maleáveis, assim como as fronteiras entre a FD do PTB/Trabalhista e a FD do PSB/Socialista⁴⁰. Logo, existem duas heterogeneidades em relação à FD do PTB/Trabalhista, as quais foram nomeadas “FD do PTB *em evidência*/Trabalhista” (em relação aos partidos em evidência) e “FD do PTB – Trabalhista/PSB – Socialista (em relação ao PSB)”.

Diante disso, as análises discursivas se voltam à heterogeneidade discursiva da FD do PTB/Trabalhista, já que ela é o elo comum entre as outras duas formações discursivas verificadas a partir das sequências discursivas analisadas. Assim, passo a investigar a forma de inscrição do sujeito em relação à heterogênea FD do PTB/Trabalhista, no interior da qual são apontadas três posições-sujeito: a posição-sujeito trabalhista, a posição-sujeito socialista e a posição-sujeito dos partidos *em evidência*.

Além dessas considerações fundamentais para o desenrolar desta investigação, tendo em vista o nome do político representativo da UDN na disputa do Rio de Janeiro aparecer em três das sequências discursivas analisadas nesse primeiro bloco de regularidades, cabe aqui organizar as determinações dadas à designação Carlos Lacerda no discurso do Vereador Josué Guimarães.

Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand

são homens que tem vendido a Nação a troco de trinta dinheiros para os seus cofres privados (são traidores).
dão tudo ao estrangeiro.
dão tudo aquilo que representa o sacrifício de nossa gente.

Carlos Lacerda

tem sido o mercador diário das riquezas deste País aos Estados Unidos.
é o frutificador barato da situação nacional.
é fomentador da discórdia, insegurança e intranquilidade.
dá golpes.
vende o País ao estrangeiro.
está subsidiado pelas maiores companhias americanas.

⁴⁰ Quadro 6. - Ditos sobre a UDN (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda) – Saberes sobre os partidos em evidência e Silêncio constitutivo do discurso sobre a UDN – Saberes sobre o PTB (Getúlio Vargas) e sobre o PSB.

Como facilmente se constata, o discurso de Josué Guimarães está alinhado ao discurso trabalhista sobre Getúlio Vargas – por mais que estivesse há quatro meses desfilado do PTB –, portanto se identifica com a posição-sujeito do PTB/Trabalhista. Em vista do exposto nesse bloco de regularidades, nota-se que, naquela conjuntura sócio-histórica, circulava um discurso que sustentava que o então Presidente da República⁴¹ não era um *traidor da Nação*, não pretendia *vender o País ao estrangeiro*, tampouco era um *fomentador de discórdia, insegurança e intranquilidade*. Com essa leitura/interpretação sobre o primeiro bloco de regularidades, passa-se ao segundo bloco de regularidades do discurso analisado nessa dissertação.

A segunda regularidade no texto da manifestação de Josué Guimarães do dia 24 de agosto de 1954 se refere ao papel das classes armadas naquele momento político. A questão que se coloca é se o papel/atitude das classes armadas estava à serviço da defesa da Constituição da República⁴² ou se o papel/atitude das classes armadas estava à serviço de um regime ditatorial. Dessa forma, como também diz o Vereador nas sequências discursivas referentes a este bloco, é importante refletir sobre a memória das classes armadas brasileiras para interpretar o discurso. Naquela conjuntura sócio-histórica, as classes armadas já tinham servido aos dois propósitos levantados pelo Vereador Josué Guimarães, como será possível depreender na leitura/interpretação da sequência discursiva número sete, que é a primeira deste bloco de regularidades.

Outro fato que deve ser levado em conta nos gestos de leitura empreendidos nas análises das sequências discursivas que seguem é que a vítima fatal do episódio do Atentado na rua Toneleros fazia parte das classes armadas. Isto é, o Major Rubens Florentino Vaz era membro das forças aéreas brasileiras – FAB – e estava com Carlos Lacerda, fazendo a segurança do jornalista e político, no fatídico dia 05 de agosto de 1954. Logo, todos os discursos que circulavam em oposição ao governo de Getúlio Vargas tinham o respaldo das classes armadas brasileiras.

Além disso, como já explicado mais demoradamente no terceiro tópico do primeiro capítulo, em resposta à morte de um de seus membros, os brigadeiros da Aeronáutica requisitaram a renúncia de Getúlio Vargas do cargo de Presidente da República do Brasil no dia 22 de agosto de 1954, ou seja, no dia anterior à manifestação que está em análise neste

⁴¹ Discurso depreendido pelo silêncio constitutivo do discurso sobre a UDN presente no quadro 6.

⁴² A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.

tópico. E, em razão da grande repercussão do atentado na cidade do Rio de Janeiro nas diferentes mídias cariocas, uma parcela significativa da população brasileira também apoiava a renúncia do então ocupante do mais alto cargo do Poder Executivo.

Com essas considerações acerca das condições de produção do discurso do Vereador Josué Guimarães, seguem as quatro seqüências discursivas que compõem o segundo bloco de regularidades.

Classes Armadas e Ditadura → Classes Armadas e Defesa da Constituição

Sd. 7 “...à atitude das classes armadas, nos fatos políticos do Brasil. Mas é preciso reafirmar que, **enquanto muitas vezes as classes armadas têm sabido apoiar a Constituição e defendê-la com intransigência, outras vezes tem servido, também, para implantar no País o estado de sítio, o regime de exceção e até a ditadura.** Se em **1930 as classes armadas acompanharam o movimento civil de renovação dos quadros políticos**, até então chafurdados na confusão e no interesse de minorias políticas; se em **1932 fizeram a revolução constitucionalista** a fim de dar ao Brasil um regime que ele estava a pedir, já *em 1937 servia de arma ao Dr. Getúlio Vargas para implantar no País u'a malfrada ditadura* de sete anos. Redimiram-se as classes armadas quando em **1945 destituíram o então Presidente da República** pra pedir a formação de um parlamento constituinte, de maneira a que o País voltasse à **legalidade**” (grifo nosso).

Sd. 8. “... nossas forças armadas usando de seus bordados, de seus postos e de sua força, para lançar o País na confusão, exigindo, *inclusive*, o **desrespeito à Constituição** através de um **golpe** que o povo não admite, no qual não participa e que **saberá repudiar no momento preciso**. Fala-se hoje no pedido de “Estado de Sítio” pelo Presidente da República ao Congresso. **É o estado de exceção**” (grifo nosso).

Sd. 9. Sobre Carlos Lacerda: “secundado e seguido por algumas patentes das Classes Armadas, por coronéis e brigadeiros da Aeronáutica, por generais do Exército, almirantes e contra-almirantes da Marinha, **capangueado hoje por homens com galões nos ombros**, tudo isso porque? Para tirar efeito político” (grifo nosso).

Sd. 10. “... a clara evidência de **perdermos nossas liberdades democráticas**, liberdades estas que custaram tanto sangue, derramado por todo o País, liberdades que custaram o preço de tantas vidas, que deixaram tantos órfãos neste Brasil” (grifo nosso).

Na primeira SD deste bloco de regularidades que trata sobre o papel das classes armadas, o Vereador Josué Guimarães traça o histórico das atitudes tomadas pelas classes armadas brasileiras desde o início do século XX. O Vereador declara que, se em 1937 as classes armadas serviram ao Getúlio Vargas para implantar uma ditadura – o Estado Novo –, em 1945 elas destituíram a mesma pessoa do cargo de Presidente do Brasil. Então, em forma

de equilíbrio, se as classes armadas fizeram a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista em 1932 ao lado do povo, elas fariam uma Revolução em desfavor à Constituição em 1954? Notadamente uma revolução sempre abala um sistema constitucional, porém esta seria uma revolta/transformação que faria o povo brasileiro perder as liberdades democráticas *que custaram tanto sangue, que deixaram tantos órfãos?* O discurso político de Josué Guimarães naquela época afirmava a proposição.

Também, em relação à *Sd.7*, é possível dizer que o argumento do Vereador levanta a temática da obra literária *Os Tambores Silenciosos*, ou seja, um cenário que antecede a ditadura militar que se seguiu ao Golpe Militar de 1964. No livro, o ano é 1936 e as classes armadas serviram de *arma ao Getúlio Vargas para implantar uma ditadura de sete anos* no Brasil. E o que se defende é que essa era a tentativa no ano de 1954, instaurar um regime ditatorial no Brasil, no entanto a morte de Getúlio Vargas atrasou o referido regime em dez anos. A leitura/interpretação das sequências discursivas do discurso de Josué Guimarães aponta o mesmo sentido dos historiadores tais eram as alternativas de posição que se mostravam possíveis naquela conjuntura sócio-histórica.

Na *Sd.8*, é interessante notar o uso do advérbio *inclusive* na ordem do intradiscursos. Na passagem em que o Vereador Josué Guimarães afirma que as classes armadas exigem *inclusive* o desrespeito à Constituição, o enunciado está sendo articulado no sentido de que o exército, a marinha e a aeronáutica têm por dever não desrespeitar a Carta Magna. Melhor explicando, o discurso é construído de tal modo que para que o enunciado possa ser dito, é preciso usar um “conector” *até mesmo, inclusive*, como se as expressões “classes armadas” e “desrespeito à Constituição” fossem opostas. O que não é confirmado pela memória discursiva das classes armadas construída no Brasil. No entanto, é esse discurso que pode e deve ser dito naquela conjuntura sócio-histórica, no interior da formação discursiva dominante, a FD do PTB/Trabalhista, em relação a qual o sujeito do discurso, até o momento, se identificou com a posição-sujeito trabalhista e socialista.

A sequência discursiva número nove se refere aos membros das classes armadas que acompanhavam Carlos Lacerda, a figura política da União Democrática Nacional, durante seus comícios, tendo em vista que necessitaria de uma segurança exclusiva, em especial depois do episódio do atentado da Rua Toneleros na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, para o Vereador Josué Marques Guimarães essa seria uma estratégia para efeito político, talvez porque passaria a imagem de uma unidade de pensamento entre o jornalista Carlos Lacerda e os militares. Vale lembrar que na perspectiva da Análise de Discurso de Michel Pêcheux,

cujos pressupostos teóricos são acionados para a leitura/interpretação das sequências discursivas, o sujeito não tem controle dos efeitos de sentido que se movimentam no seu discurso, porque ele mesmo não é capaz de conhecer todos os efeitos de sentido do que ele diz.

A sequência discursiva número dez, por sua vez, elabora uma atualização do que seja um regime antidemocrático, uma possível ditadura militar que faz *perder liberdades democráticas*. Em razão do número de vezes em que são articuladas na manifestação política do Vereador Josué Guimarães, cabe trazer aqui as determinações coladas à designação *liberdades democráticas*, com o objetivo de compreender quais sentidos emergiam dessa designação naquele momento histórico.

Liberdades democráticas

que custaram tanto sangue.
que derramaram sangue por todo o país.
que custaram o preço de tantas vidas.
que deixaram tantos órfãos no Brasil.

A partir das determinações elencadas, percebe-se que as liberdades democráticas foram conquistadas por meio da luta pela força, já que muitas pessoas morreram em todo o Brasil em defesa dessas liberdades. Assim, com base na manifestação do Vereador Josué Marques Guimarães, é possível interpretar que uma violência maior ainda seria tolher as liberdades democráticas adquiridas à custa das vidas dos brasileiros que lutaram, dispuseram de seus corpos, para conquistá-las. Diante dessa articulação do discurso, o Vereador do Partido Socialista Brasileiro – PSB – se alinha mais uma vez com o discurso pró-Getúlio Vargas e contra as classes armadas servindo a Ditadura.

Conforme defende a Eni Puccinelli Orlandi (2006, p. 33), para a perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, fundada a partir dos estudos/releituras de Michel Pêcheux, “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”, portanto os saberes movimentados sobre o papel/atitude das classes armadas brasileiras na conjuntura sócio-histórica do início da década de 1950, extraídas das quatro sequências discursivas que compõem o segundo bloco de regularidades, podem ser organizados da forma que segue.

<i>Saberes sobre as classes armadas servindo à Ditadura</i>	<i>Saberes sobre as classes armadas servindo à defesa da Constituição</i>
Em 1937 servia de arma ao Getúlio Vargas para implantar uma ditadura.	Em 1945 destituíram o então Presidente (Getúlio Vargas).
Em 1954 fariam uma Revolução em desfavor à Constituição?	Em 1932 fizeram a Revolução Constitucionalista.
Desrespeito à Constituição.	Legalidade.
Golpe.	Povo saberá repudiar o golpe.
Estado de Exceção.	Estado de Direito.
Carlos Lacerda capangueado por militares.	Carlos Lacerda capangueado por civis.
Perder liberdades democráticas.	Conservar/ganhar liberdades democráticas.

Quadro 7 - Saberes sobre as classes armadas servindo à Ditadura *versus* Saberes sobre as classes armadas servindo à defesa da Constituição

Com base nas relações estabelecidas no quadro número sete, percebe-se que o discurso denuncia saberes oriundos do interior de uma formação discursiva trabalhista/socialista, mais especificamente de uma posição-sujeito identificada com a forma-sujeito trabalhista e socialista. Do mesmo modo, é possível notar que o sujeito do discurso está contraidentificado em relação à posição-sujeito dos partidos *em evidência*, uma vez que Carlos Lacerda é o grande representante de um dos partidos *em evidência*, a União Democrática Nacional – a UDN.

O terceiro bloco de regularidades do texto do pronunciamento do Vereador Josué Marques Guimarães é composto por quatro sequências discursivas e diz respeito ao tratamento dado pela imprensa e pela opinião pública acerca das mortes “políticas” ocorridas naquele período histórico. Para compreender essas sequências discursivas é necessário recordar-se do Atentado da Rua Toneleros, que vitimou o Major Vaz e deixou ferido Carlos Lacerda. Esse atentado, mais tarde, foi relacionado aos membros da segurança pessoal de Getúlio Vargas, o que aqueceu até o limite o cenário político daquela conjuntura sócio-histórica.

Além da morte do Major Rubens Florentino Vaz, outra morte que teve repercussão nacional foi a do jornalista Nestor Moreira, que escrevia para o jornal *A Noite*. Ele morreu no dia 12 de maio de 1954, também na cidade do Rio de Janeiro. No dia da sua morte, ele havia discutido com um taxista em razão do valor da corrida. O desentendimento levou os dois até uma Delegacia de Polícia onde estava lotado o policial Paulo Ribeiro Peixoto, conhecido como “Coice de Mula” porque era bastante cruel nas suas abordagens. Naquela Delegacia de

Polícia Nestor Moreira foi espancado violentamente pelo policial e morreu onze dias depois em razão dos ferimentos.

Morte de dezenas sem protestos → Explorar mortes para efeito político

Sd. 11. “Motivou essa **situação de descalabro e de insegurança, o atentado que resultou na morte do Major Rubens Vaz** e no ferimento do jornalista Carlos Lacerda. **Morreu, e evidentemente, um inocente, como têm morrido neste País dezenas de homens inocentes sem que a Aeronáutica ou outra entidade militar qualquer se levantasse para protestar**” (grifo nosso).

Sd. 12. “Quando se matou barbaramente **Nestor Moreira, apenas a imprensa, então atingida, usou de suas colunas, usou de suas ondas de rádio, para protestar** contra aquele crime cometido pela Polícia do Rio de Janeiro. Aqui no Rio Grande do Sul mataram miseravelmente chefes de famílias, na cidade de Rio Grande. Assassinaram outros em Livramento e as Classes Armadas não protestaram nada porque então **não havia um demagogo para explorar aqueles cadáveres**, não havia nenhuma situação política a tirar partido” (grifo nosso).

Sd. 13. Sobre os salvadores da pátria como é o caso de Carlos Lacerda: “Estes homens, Sr. Presidente, não têm moral para falar hoje, não podem **explorar cinicamente o cadáver do Major Vaz!**” (grifo nosso).

Sd. 14. “... na hora em que **o povo brasileiro necessita das garantias para melhor produzir e sair dessa caótica situação**, o que nós vemos são esses *homens cinicamente revoltados contra uma morte e esquecidos de que centenas de outros brasileiros morreram em causas mais justas*. Não por engano, mas **assassinados premeditadamente**” (grifo nosso).

Logo, essas quatro sequências discursivas deste terceiro bloco de regularidades revelam os discursos existentes naquele momento histórico acerca do peso político das mortes ocorridas no ano de 1954. No mês de agosto, como já mencionado, os jornais publicavam os fatos relacionados ao Atentado da Rua Toneleros, ou seja, a morte do Major Vaz e o pedido de renúncia ao Presidente da República formulado pelos membros da Aeronáutica. No entanto, Josué Guimarães traz na sua manifestação a morte do jornalista Nestor Moreira, ocorrida no mês de maio de 1954. Segundo o Vereador, aquela morte ocorrida de forma violenta dentro de uma Delegacia de Polícia não tinha recebido a mesma atenção das classes armadas.

Assim, na *Sd. 11*, a primeira sequência discursiva desse bloco de regularidades, o Vereador Josué Marques Guimarães estabelece a diferença que parece ter tido a vida do Major Rubens Vaz em comparação às vidas das dezenas de outras pessoas que morreram no Brasil sem a mobilização das classes armadas. Naquele estado das lutas de classes/posições, a

morte de um militar das forças aéreas carregava um valor político maior que a de um jornalista morto por um militar. Além disso, as classes armadas carregavam/carregam o peso da instituição nas suas diversas atividades. No entanto, a mídia não deixa de ser uma instituição, porém naquele estado da luta de classes/posições as classes armadas ocupavam um lugar privilegiado. Essa interpretação tem respaldo, por exemplo, no pedido de renúncia do Presidente da República requisitado pela Aeronáutica, instituição da qual fazia parte o Major Rubens Florentino Vaz.

Da mesma forma, a sequência discursiva número doze faz a mesma relação com a vida de Nestor Moreira, que foi um jornalista morto em razão de uma agressão, cometida por um policial, ocorrida dentro do prédio da Delegacia de Polícia de Copacabana. Ainda nessa sequência discursiva são relacionadas à morte do jornalista do periódico *A noite* e a morte dos chefes de família das cidades gaúchas de Rio Grande e Livramento que não obtiveram o mesmo tratamento por parte das classes armadas em relação à morte do Major Rubens Florentino Vaz. Melhor dizendo, não houve protestos das classes armadas pelas vidas dessas pessoas. Para o Vereador Josué Guimarães essa diferença de tratamento se deve porque nessas situações não existia um demagogo – sabe-se que ele se refere a Carlos Lacerda da União Democrática Nacional – para explorar politicamente aquelas mortes.

A crítica ao político da União Democrática Nacional, Carlos Lacerda, continua na *Sd. 13*, quando o Vereador do Partido Socialista Brasileiro chama-o ironicamente de *salvador da pátria* e o denuncia por explorar cinicamente o cadáver do Major Rubens Vaz. É possível pensar que, da mesma forma como Carlos Lacerda se utilizou politicamente do cadáver do militar da Força Aérea Brasileira para insuflar os ânimos ditatoriais das classes armadas, mais tarde o Presidente da República Getúlio Vargas utilizou a sua morte, o seu próprio cadáver politicamente, comovendo grande parte da população brasileira e retardando o Golpe Militar em uma década.

Na sequência discursiva número quatorze, a última sequência discursiva desse bloco de regularidades sobre o valor político das mortes que ocorreram durante o ano de 1954, aparece no discurso do Vereador Josué Marques Guimarães uma breve citação sobre a situação da crise econômica no Brasil, como já explanado no terceiro tópico do primeiro capítulo. Naquele momento histórico, os trabalhadores de diversos setores organizavam greves, tendo sido a Greve dos 300 mil a mais expressiva delas. Essa greve ocorreu no dia 10 de março de 1953 na cidade de São Paulo, portanto no ano anterior ao da manifestação em análise.

Além da crise econômica, na *Sd. 14* é construído o sentido de que existiram mortes por causas mais justas do que a causa que levou a morte o Major Vaz, qual seja, por ter realizado a segurança do político e jornalista Carlos Lacerda. Ademais, o discurso aponta que o militar foi morto por engano, enquanto que as outras mortes que ocorreram durante aquele ano eram assassinatos premeditados. Logo, diante dessas duas passagens da sequência discursiva número quatorze, é possível perceber que a posição do sujeito está alinhada com um discurso que concorda com o efeito político da morte do Major Vaz, ou seja, que Carlos Lacerda e as entidades militares estavam explorando cinicamente a morte do militar da Força Aérea Brasileira – a FAB.

Diante da leitura/interpretação das quatro sequências discursivas que compõem o terceiro bloco de regularidades na manifestação do Vereador Josué Guimarães do dia 24 de agosto de 1954 na Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre, é possível estabelecer as seguintes relações entre os saberes que legitimam as mortes sem protestos – como é o caso da morte de Nestor Moreira – e as mortes para efeito político – como é o caso da morte do Major Vaz.

<i>Saberes sobre as mortes sem protestos (Nestor Moreira)</i>	<i>Saberes sobre as mortes para efeito político (Major Vaz)</i>
Major Vaz é a morte de mais um inocente como morrem dezenas no país.	Situação de descalabro e insegurança com a morte do Major Vaz.
Colunas e ondas de rádio se levantam para protestar.	Aeronáutica/entidades militares se levantam para protestar.
Assassinam pais de famílias gaúchas.	Carlos Lacerda explora cadáveres.
Centenas de brasileiros assassinados premeditadamente (esquecidos).	Homens cinicamente revoltados contra uma morte (por engano).

Quadro 8 - Saberes sobre as mortes sem protestos (Nestor Moreira) *versus* Saberes sobre as mortes para efeito político (Major Vaz)

A partir do quadro número oito, confirma-se o que foi constatado no quadro anterior, ou seja, percebe-se que o discurso denuncia saberes oriundos do interior de uma formação discursiva trabalhista/socialista e, em especial, de uma posição-sujeito identificada com a forma-sujeito trabalhista e socialista. Da mesma maneira, é possível notar que o sujeito do discurso está contraidentificado em relação à posição-sujeito dos partidos *em evidência*, já que

movimenta sentidos de que Carlos Lacerda explora cadáveres, enquanto centenas de brasileiros são assassinados premeditadamente.

O quarto bloco de regularidades é composto por três sequências discursivas e diz respeito à duração do mandato do então Presidente da República, Getúlio Vargas. Como já tratado anteriormente, a Aeronáutica e mais tarde outros membros das classes armadas requisitaram ao Presidente da República a sua renúncia no dia 22 de agosto de 1954. A manifestação do Vereador Josué Guimarães ocorreu no dia seguinte à requisição. Logo, a tensão dos discursos ainda não tinha sido “resolvida”. Ela foi resolvida com a morte de Getúlio Vargas na manhã do dia 24 de agosto de 1954.

Então, no momento em que o Vereador Josué Guimarães se manifesta existem, predominantemente, dois discursos sendo movimentados. De um lado, um discurso defendia que o mandato de Getúlio Vargas deveria ser cumprido na sua integralidade, em defesa do regime democrático. De outro lado, um discurso defendia a renúncia do então Presidente da República pela violência cometida ao político Carlos Lacerda (UDN) e ao militar Major Rubens Vaz.

Mandato cumprido na integralidade, democracia → Renúncia do Presidente da República

Sd. 15. Por que Carlos Lacerda está junto com as forças militares? : “para *insuflar a renúncia ao Sr. Presidente da República, que, **bem ou mal, é o Presidente da República e deve ficar no Governo até o cumprimento do seu mandato.*** Não se trata de **renunciar a um dever, o que seria covardia** de sua parte. Seria **dar a mão à palmatória**, para que passemos aos olhos do estrangeiro como um País governado por um Presidente, há mais de 20 anos, que não passava de **mero protetor de assassinos**. Este é o **panorama explorado miseravelmente pelos que querem dar golpe**, os quais encontrarão o maior repúdio nas camadas populares” (grifo nosso).

Sd. 16. “O Sr. Presidente da República, **ainda que nunca desejasse cumprir a Constituição**, ainda que não sentisse nenhuma obrigação de defendê-lo, agiu como tinha que agir nesta emergência. Dissolveu sua própria guarda pessoal, acusada de assassinato. Deixou prender o próprio chefe dessa mesma guarda, seu amigo fiel de tantos anos. Deixou que vasculhassem as gavetas do próprio Palácio do Catete. E em benefício de quem? Não foi em seu próprio benefício. *Foi em benefício do povo, em garantia da ordem ameaçada*” (grifo nosso).

Sd. 17. “O Sr. Presidente da República, *bem ou mal, está agindo, até agora, em defesa do regime democrático.* Ainda que não pareça, é ele, neste País, atualmente, **o único defensor da Constituição**. E a isto o levou quem? – Justamente essa oposição que nunca se pejou de acusá-lo de **rasgador de constituições**, de que **não assinara a Constituição porque tinha ojeriza da legalidade**, e, *entretanto*, são esses que sempre o acusaram de desrespeito à Constituição que estão noite e dia,

neste momento, **rasgando a Carta Magna**, em benefício apenas de sua falta de escrúpulo, de sua falta de vergonha!” (grifo nosso).

Essas três sequências discursivas revelam um sujeito posicionado contra a renúncia de Getúlio Vargas do cargo de Presidente da República, portanto identificado com uma posição-sujeito trabalhista e contraidentificado com uma posição-sujeito dos partidos *em evidência*. Isso se pode notar na *Sd. 15* na passagem em que o Vereador Josué Guimarães se posiciona contra aqueles que querem a renúncia de Getúlio Vargas porque *bem ou mal Vargas é o Presidente da República* e deve cumprir a integralidade do seu mandato.

Além disso, a sequência discursiva número quinze também aponta qual seria a estratégia política de Carlos Lacerda para o panorama político internacional. O jornalista e representante da União Democrática Nacional – UDN – gostaria de, com a renúncia de Getúlio Vargas, fazer passar aos olhos dos países estrangeiro a renúncia de um Presidente da República que não passava de *mero protetor de assassinos*, uma vez que os responsáveis pela execução do episódio chamado “Atentado da Rua Toneleros” faziam parte do estafe de Getúlio Vargas.

Na *Sd. 16* se apresenta, na construção do discurso, um posicionamento do Vereador parcialmente diferente do posicionamento do discurso de desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro, bem como parcialmente diferente do primeiro bloco de regularidades deste tópico de análises⁴³ sobre a manifestação realizada na véspera da morte de Getúlio Vargas. Nessa sequência discursiva surge, no discurso do Vereador Josué Guimarães, alguém que está a favor do povo e que não faz parte do PSB, mas que faz parte de um dos partidos *em evidência*, ou seja, o Presidente da República Getúlio Vargas. Dessa forma, se constata um movimento do sujeito do discurso diante de um estado diferente da conjuntura sócio-histórica, um alinhamento dos discursos de Josué Guimarães, do então Presidente Getúlio Vargas e do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Diante das três sequências discursivas desse bloco de regularidades, é possível construir os saberes que sustentam os discursos sobre a duração do mandato de Getúlio Vargas. De um lado, o discurso sobre o dever de cumprir o mandato de Presidente até o fim. De outro lado, o discurso sobre a renúncia do cargo de Presidente da República.

⁴³ Em oposição ao que construía discursivamente na primeira regularidade dessa análise, a “Ajudar o povo → Interesses Econômicos (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda)”.

<i>Saberes sobre o mandato cumprido na integralidade</i>	<i>Saberes sobre a renúncia do Presidente da República</i>
Getúlio Vargas, bem ou mal, é o Presidente da República e deve ficar até o final.	A renúncia é insuflada por Carlos Lacerda e pelas classes armadas.
Renunciar a um dever é covardia/ dar a mão à palmatória.	Getúlio Vargas passaria por protetor de assassinos aos olhos estrangeiros.
Defesa do regime democrático.	Cenário explorado pelos que querem dar o golpe.

Quadro 9 - Saberes sobre o mandato cumprido na integralidade *versus* Saberes sobre a renúncia do Presidente da República

Baseado no conteúdo do quadro número nove, mais uma vez, percebe-se que o discurso movimenta saberes oriundos do interior de uma formação discursiva trabalhista/socialista e, em especial, de uma posição-sujeito identificada com a forma-sujeito trabalhista e socialista. Igualmente, é possível notar que o sujeito do discurso está contraidentificado em relação à posição-sujeito dos partidos *em evidência*, uma vez que defende que a renúncia seria um golpe a democracia.

É interessante notar que nas *Sd.16* e *Sd. 17* as expressões *defesa da/respeito à Constituição* tem sentidos diferentes nas duas posições que podem ser interpretadas em relação às regularidades da manifestação do Vereador Josué Guimarães. Assim, tanto em um discurso pró-Getúlio Vargas como no discurso dos opositores de Getúlio Vargas, a defesa da Constituição está presente. No entanto, o sentido da designação *Constituição* é diferente em cada uma das posições observadas nesta manifestação do dia 24 de agosto de 1954, isto é, na conjuntura sócio-histórica do início da década de 1950 no Brasil. Esses sentidos diversos acontecem porque as palavras mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que empregam as palavras.

Com isso é possível dizer que, para aqueles que estão colocados em uma posição pró-Getúlio, cumprir a Constituição é exercer o cargo de Presidente da República até o final do mandato e contribuir com as investigações sobre os responsáveis pelo Atentado da Rua Toneleros. Enquanto que para aqueles colocados na posição de opositores a Getúlio Vargas, como é o caso de Carlos Lacerda e das classes armadas, cumprir a Constituição seria se o Presidente renunciasse ao seu cargo porque estava envolvido em um crime contra a vida, que vitimou o Major Vaz e feriu seu inimigo político da UDN, e porque em outros momentos “rasgou Constituições” e mostrou-se avesso à legalidade.

Por exemplo, na sequência discursiva número 16, Getúlio Vargas poderia nunca ter desejado cumprir a Constituição, enquanto que, na sequência discursiva número 17, seria o único defensor, porém com o conector “ainda que não pareça”. Logo, já que nessa perspectiva teórica, “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. As palavras “‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2006, p. 42-43). Dessa forma, temos o seguinte quadro de ditos *sobre* o Presidente e *sobre* a oposição e de ditos *pela* oposição sobre o Presidente.

<i>Ditos sobre o Presidente</i>	<i>Ditos sobre a oposição</i>
Ainda que nunca desejasse cumprir a Constituição, agiu de modo certo.	Rasgam a Constituição em benefício apenas de sua falta de escrúpulos e vergonha.
Único defensor da Constituição.	
<i>Ditos pela oposição</i>	
Rasgador de Constituições.	
Não assinou a Constituição por ojeriza à legalidade.	
Desrespeita a Constituição.	

Quadro 10 - Ditos sobre o Presidente e ditos sobre a/pela oposição

O quadro número dez mostra que o sujeito do discurso se encontra identificado com uma formação discursiva trabalhista/socialista, pois entende que Getúlio Vargas é um defensor da Constituição Brasileira. Por outro lado, é possível notar na articulação do discurso, mais especificamente nos ditos pela oposição, que a posição-sujeito de uma formação discursiva antagônica⁴⁴ defende que o então Presidente da República Getúlio Vargas é um *rasgador de Constituições*, alguém que *desrespeita a Constituição*.

Se pensarmos como ensina Claudine Haroche (1992, p. 179) que a forma-sujeito da modernidade é a de sujeito-de-direito – melhor dizendo, que o sujeito-de-direito tomou o lugar do sujeito religioso de outras épocas – é compreensível que as duas posições-sujeito movimentem sentidos que defendam a Constituição, documento/símbolo maior de uma sociedade de sujeitos-de-direito. No entanto, é interessante perceber que essa forma-sujeito não é “natural”, sendo também um efeito ideológico. Sobre esse movimento das formas-sujeito, Claudine Haroche (1992, p. 189) escreve

⁴⁴ Nesse caso a posição-sujeito dos partidos *em evidência*.

O sujeito religioso representou, assim, uma forma de sujeito diferente daquela do sujeito jurídico. Se podemos colocar na história a referência para a gênese da noção de sujeito-de-direito, também a noção de sujeito, que deriva em grande parte da ideologia, pode-se esclarecer por uma análise histórica.

Dessa forma, é possível dizer que “a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que ‘eu’ sou ‘eu’), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico)” (ORLANDI, 2006, p. 45). O sujeito, para a perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, fundada a partir dos estudos de Michel Pêcheux, é “materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 2006, p. 49).

Como não é interessante nesse momento da investigação tecer as origens do sujeito-de-direito, mas, por outro lado, é interessante explorar os sentidos que são formados a partir da designação *Constituição* nas duas posições-sujeito, não cabe aqui trazer uma análise histórica das diferentes formas-sujeito. O que cabe, é perceber que até mesmo o fato de defender uma Constituição é um discurso afetado pela história e pela ideologia que, por sua vez, atravessam o discurso das posições-sujeito trabalhista e socialista.

Para analisar as discursividades presentes no quinto e último bloco de regularidades da manifestação do Vereador Josué Guimarães, na véspera da morte de Getúlio Vargas, é preciso evocar novamente a noção do silêncio constitutivo do discurso, já que o pensar do analista de discurso segue as pistas/indícios para compreender os sentidos produzidos, relacionando-os com a exterioridade. Então, caso apareça no discurso um enunciado do tipo *não podemos silenciar/ protestar* é porque, provavelmente, há um enunciado do tipo de *silenciar/ não protestar* no interdiscurso de uma formação discursiva antagônica. Em outras palavras, a formação discursiva dominante em uma dada conjuntura sócio-histórica faz emergirem discursos que legitimam os silêncios e o não-protestar, porém, como um movimento natural dos discursos, em algum momento acontece uma ruptura e o que era silêncio encontra espaço para dizer em outra formação discursiva.

Não podemos silenciar, protestar → Existe um silêncio constitutivo “Silenciar, não protestar”

Sd. 18. “Sr. Presidente, **não podemos silenciar desta barbaridade**, no momento em que nos aprestamos para um pleito eleitoral, principalmente agora, quando esses *exploradores da situação* sentem que está faltando areia embaixo dos pés, agora que sentem que *o povo não está com eles*, pois nunca esteve do lado dos que querem atirar e estão atirando mesmo o país na desordem e no caos, apenas para satisfazerem seus interesses, não digo eleitorais, mais eleitoreiros” (grifo nosso).

Sd. 19. “Sr. Presidente **não poderia silenciar neste momento** em que, exercendo o mandato popular, sentimos que há um vento nefasto soprando no País, que há uma *tendência de golpe* e de oportunismo” (grifo nosso).

Sd. 20. “**Essa situação nacional, contra a qual precisamos não silenciar**, neste momento, Sr. Presidente, para que saiba Porto Alegre, para que saiba o Rio Grande e para que saiba o Brasil, que pelo menos a Câmara Municipal de Porto Alegre, onde há homens representantes de quase todos os partidos, de que **a Câmara não silenciou e não calou ante esta clara evidência de golpe**. [...] **Não é possível que silenciemos**, Sr. Presidente!” (grifo nosso).

Sd. 21. “**Nosso dever é protestar**, alto e bom som, fazendo sentir as forças armadas e ao Sr. Presidente da República, ou a quem quer seja, que *estamos contra golpes* e que queremos respeitar a Constituição” (grifo nosso).

Sd. 22. “Nossa atitude é um sinal de protesto contra essa situação, **contra os que silenciam** diante de um crime e vociferam contra outros. Nossa atitude é de protesto contra esses lamentáveis acontecimentos” (grifo nosso).

Nessas cinco seqüências discursivas que constituem o último bloco de regularidades, percebe-se que o sujeito do discurso no lugar discursivo de Vereador do Município de Porto Alegre se inscreve na língua e, conseqüentemente, se constitui por meio dela. O lugar discursivo do Vereador não poderia silenciar naquele momento, no entanto o sujeito no lugar discursivo de jornalista poderia silenciar naquela conjuntura sócio-histórica, ou ao menos, o silêncio do jornalista não seria tão destacado quanto o silêncio de um Vereador sobre a situação do Rio de Janeiro.

O Vereador ocupa um lugar social a partir do qual lhe é imputado posicionar-se a favor ou contra o discurso dos diversos outros partidos. A constituição mesmo desse lugar inicia-se com uma coletividade – processo eletivo –, para então a representatividade se concentrar discursivamente em um sujeito-Vereador, que é limitado aos discursos permitidos no interior de uma formação discursiva do seu partido. O jornalista ocupa um lugar social a partir do qual lhe é imputado escrever sobre os fatos, ditos relevantes, para um determinado público. A constituição desse lugar inicia-se com uma individualidade que prima pela imparcialidade – o ofício do jornalista –, para então passar a uma coletividade da publicação

do jornal, que é limitada aos discursos permitidos pela linha editorial do periódico. Dessa forma, acredito que no jogo das relações de força no discurso, o lugar discursivo do sujeito-Vereador e do sujeito-Jornalista sofriam pressões com intensidades diferentes.

Logo, é por meio da língua, dos silêncios, das imagens que os indivíduos significam ou, melhor dizendo, os indivíduos estão condenados a significar. E como todos os indivíduos são interpelados pelo simbólico, pela ideologia, eles são assujeitados a uma rede de significados, sendo que é a partir desse assujeitamento que eles produzem sentidos.

O sujeito-Vereador se posiciona alinhado ao discurso que questiona o silêncio, que provoca o protestar. Assim, ele se contrapõe a um discurso próprio de outra posição-sujeito que pode silenciar e impede a ação de protestar. Organizando os enunciados, temos a seguinte relação de ditos sobre os enunciados “não podemos silenciar/devemos protestar” e o silêncio constitutivo desses enunciados.

<i>Ditos sobre “não podemos silenciar/ devemos protestar”</i>	<i>Silêncio constitutivo de “não podemos silenciar/ devemos protestar”</i>
Não podemos silenciar desta barbaridade.	Podemos silenciar desta barbaridade.
Não poderia silenciar neste momento.	Poderia silenciar neste momento.
Situação nacional contra a qual não precisamos silenciar.	Situação nacional contra a qual precisamos silenciar.
A Câmara não silenciou e não calou ante a evidência de golpe.	A Câmara silenciou e calou ante a evidência de golpe.
Não é possível que silenciemos.	É possível que silenciemos.
Nosso dever é protestar.	Nosso dever é não protestar.
Nossa atitude é contra os que silenciam.	Nossa atitude é a favor dos que silenciam.

Quadro 11 - Ditos sobre "não podemos silenciar/devemos protestar" e Silêncio constitutivo de "não podemos silenciar/ devemos protestar"

Se o cidadão Josué Marques Guimarães se silenciaria diante da situação ocorrida no Rio de Janeiro não é possível responder⁴⁵, porém o sujeito no lugar discursivo de Vereador do Município de Porto Alegre, dentro da Câmara de Vereadores da capital do Estado do Rio Grande do Sul não poderia deixar de colocar-se em/enunciar-se a partir de um dos lados da *disputa do Rio de Janeiro*. Então, em relação a qual das posições nessa conjuntura sócio-histórica o Vereador protesta/não silencia?

⁴⁵ Ao menos não é possível responder nesta dissertação.

Na *Sd. 18* o discurso aponta que não se pode silenciar quando os *exploradores da situação* sentem que está faltando areia debaixo dos pés, o que indica que não se deve silenciar ao político Carlos Lacerda. De acordo com o terceiro e quarto bloco de regularidades, o *explorador de cadáveres* é o candidato da União Democrática Nacional – a UDN – e os *golpistas* são os *exploradores do cenário* de possível renúncia do Presidente da República, isto é, os membros das classes armadas. Ainda, na mesma sequência discursiva, diz-se que *o povo não está* com aqueles a quem se pode silenciar, então, conforme o segundo bloco de regularidades, mais uma vez, não se pode silenciar em relação a Carlos Lacerda e as classes armadas.

As sequências discursivas número dezenove e número vinte também seguem o sentido de que não se pode silenciar a um *golpe*. A *Sd. 21*, por sua vez, além de posicionar o Vereador do PSB contra o *golpe*, também nota-se que irrompe no discurso do Vereador Josué Guimarães o dever de protestar, sendo que esse protesto é para fazer sentir as forças armadas e o Presidente da República, ou a quem quer que seja. Essas duas colocações – contra o golpe e a favor de protestos – são alinhadas com a ideia de se *respeitar a Constituição*. Logo, o sujeito-Vereador também está posicionado no interior de uma formação discursiva trabalhista, que pretender ver Getúlio Vargas exercendo o cargo de Presidente da República até o final do mandato, mais especificamente o sujeito-Vereador se encontra identificado com a posição-sujeito trabalhista.

Contudo, já encaminhando esse trabalho dissertativo para as possíveis respostas às perguntas colocadas no início da pesquisa e, posteriormente, às conclusões, cabe trazer aqui um apanhado dos cinco blocos de regularidades analisados nesse tópico, recortados do discurso proferido pelo Vereador Josué Guimarães no dia 23 de agosto de 1954 na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O objetivo da organização de cada um dos blocos de regularidades foi trazer em cada um deles diferentes posicionamentos possíveis de serem tomados, em uma luta de posições/classes, no interior do Aparelho Ideológico de Estado partido político – AIE Partido Político. Assim, cada bloco de regularidades englobou dois enunciados-polos que representaram dois posicionamentos possíveis dentro do AIE Partido Político.

Assim, o primeiro bloco de regularidades analisou os interesses que incitavam a *disputa do Rio de Janeiro*, se o interesse de *ajudar o povo* ou o *interesse econômico*. No segundo bloco de regularidades foi analisado o papel/atitude das classes armadas naquele momento histórico, se elas estavam a serviço da defesa da Constituição ou se elas estavam a

serviço da Ditadura. O terceiro bloco de regularidades analisou o peso político das mortes ocorridas em 1954, se elas ocorreram sem protestos das classes armadas⁴⁶ ou se eram exploradas para efeito político⁴⁷. No quarto bloco de regularidades, por sua vez, foi analisado os discursos sobre a duração do mandato de Getúlio Vargas, se ele deveria ocupar o cargo de Presidente da República até o final ou se ele deveria acolher o pedido de renúncia requisitado pelas classes armadas. Por fim, o quinto e último bloco de regularidades analisou o silêncio constitutivo dos enunciados *não podemos silenciar/devemos protestar* presente no discurso do Vereador Josué Guimarães.

Dessa forma, diante da análise das duas sequências discursivas selecionadas da manifestação sobre a desfiliação do Vereador Josué Marques Guimarães do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, assim como da análise discursiva dos cinco blocos de regularidades sobre a manifestação do dia 23 de agosto de 1954, dia anterior à morte do então Presidente da República Getúlio Vargas, composto de um total de vinte sequências discursivas, foi possível desenhar as posições ideológicas que marcavam/constituíam os discursos daquela conjuntura sócio-histórica no interior da Câmara de Vereadores do município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Primeiramente, percebeu-se que Josué Guimarães ocupava diversos lugares sociais, porém um lugar discursivo de Vereador – um sujeito-Vereador – o qual também era afetado por seus lugares sociais em razão das imagens construídas a seu respeito pelos seus interlocutores. Ainda, foi possível notar que o discurso desse sujeito-Vereador se inscreve em uma formação discursiva heterogênea trabalhista, na qual operam três posições-sujeito. A forma de inscrição do sujeito é de identificação em relação às posições-sujeito do PTB/Trabalhista e do PSB/Socialista e de contraidentificação em relação à posição-sujeito dos partidos *em evidência*.

Enfim, a motivação em realizar um estudo a partir dos pressupostos teóricos da análise de discurso de linha francesa – a AD, assim como contribuir para as pesquisas desenvolvidas junto ao Acervo Literário Josué Guimarães da Universidade de Passo Fundo – ALJOG/UPF foram atingidas e concluídas. Sendo assim, a partir dos gestos de leitura e de interpretação realizados sobre as vinte e duas sequências discursivas, oriundas das duas manifestações do Vereador, que compõem os dois primeiros tópicos deste capítulo, pretende-se responder às duas perguntas/hipóteses colocadas no início desta pesquisa.

⁴⁶ A morte do jornalista Nestor Moreira e dos chefes de família de Rio Grande e Livramento.

⁴⁷ A morte do Major Rubens Vaz no Atentado da Rua Toneleros.

3.3 POSSÍVEIS RESPOSTAS

O escritor Josué Guimarães foi o ponto de partida para o início dessa investigação. No entanto, foi em relação ao Vereador do Município de Porto Alegre que a presente dissertação se desenvolveu ao longo desses três capítulos. O exitoso ofício de jornalista que o levou à China e à União Soviética no início da década de 1950, a transição entre os partidos trabalhista e socialista brasileiros e o destino de ocupar um cargo do legislativo em uma das maiores crises políticas brasileiras despertaram e movimentaram os questionamentos que guiaram a escrita dessa pesquisa.

Diante disso, considerando a informação sobre a desfiliação do Vereador Josué Marques Guimarães do Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB – e a sua posterior filiação ao Partido Socialista Brasileiro – o PSB –, duas questões/hipóteses foram levantadas para guiar essa pesquisa. A primeira delas foi se a desfiliação do PTB iria ao encontro de uma desidentificação de Josué Guimarães com a ideologia trabalhista.

A partir das leituras teóricas e das análises realizadas nas sequências discursivas das duas manifestações que compõem o *corpus* da pesquisa, foi possível compreender que a desidentificação de um sujeito em relação a uma formação discursiva não ocorre subitamente e completamente de um momento ao outro, mas sim é o resultado de processos discursivos que causam rupturas nas fronteiras das diversas formações discursivas, sendo que esse movimento é eterno. Além disso, foi possível perceber também que as formações discursivas não são homogêneas em si, mas que suas fronteiras são porosas, permitindo que elementos vinculados ao interdiscurso de outras formações discursivas possam estar presentes no interior de uma primeira formação discursiva que seja identificada. A noção teórica de que existem “interligações” nas fronteiras das formações discursivas é designada de heterogeneidade discursiva.

Logo, a partir dos textos de Jean-Jacques Courtine e de Freda Indursky, foi possível compreender melhor as noções teóricas das condições de produção, da formação discursiva e do sujeito na perspectiva da Análise de Discurso. Com essa leitura é viável pensar que as fronteiras dessas três noções teóricas não são homogêneas, como poderia se imaginar dos

conceitos provenientes de uma corrente estruturalista de pensamento, mas são maleáveis/deslocáveis. Assim, ocorrendo uma mudança na conjuntura sócio-histórica, conseqüentemente há uma mudança nas fronteiras de uma formação discursiva e, por conseguinte, de uma fragmentação da forma-sujeito em posições-sujeito.

Posto isso, a primeira hipótese deve ser rejeitada, uma vez que a desidentificação de um sujeito não é inaugurada por meio de um processo burocrático, a desidentificação é um processo analisável na materialidade discursiva que pode ter ocorrido antes da desfiliação, após a desfiliação e, como julgo, não ter ocorrido. Ao menos julgo não ter ocorrido de maneira completa, tendo em vista um posicionamento pró-Getúlio Vargas do sujeito do discurso. Aqui, ainda cabe explicar que, no início dessa pesquisa, se era entendido como ideologia trabalhista, e o que era premeditado encontrar nas manifestações de Josué Guimarães, eram discursos sobre os direitos trabalhistas, valorização do trabalhador, elogios à figura política de Getúlio Vargas.

Ainda quanto ao primeiro questionamento/hipótese da pesquisa, cabe a ressalva que não está ao alcance do analista de discurso compreender todos os sentidos que constituíram o sujeito empírico Josué Marques Guimarães. Esse não é o objeto dessa disciplina de entremeio. No entanto, é possível analisar o discurso, o lugar discursivo, a materialidade discursiva construída por um sujeito assujeitado pela história e pela ideologia, não consciente dos efeitos desse assujeitamento, para assim compreender, primando pela exaustividade vertical, a ideologia materializada na língua e no discurso.

A segunda questão/hipótese levantada para essa pesquisa era se o discurso de Josué Guimarães se inscrevia em uma formação discursiva trabalhista/socialista. E confirmando-se essa hipótese, pergunta-se como o discurso opera/funciona no interior dessa formação discursiva? E quais efeitos esse sujeito visa, dado o contexto político que se encontra?

Com base nos gestos de leitura realizados sobre as seqüências discursivas que ocuparam os dois primeiros tópicos deste capítulo, imagino ter sido possível perceber o funcionamento de uma formação discursiva heterogênea a partir do discurso do Vereador Josué Marques Guimarães. Na análise das seqüências discursivas do discurso de desfiliação do Vereador Josué Guimarães do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – foi possível avistar, em ordem de aparição, uma heterogeneidade entre o que até então tinha sido chamado de “FD do PTB/Trabalhista” e “FD dos partidos *em evidência*”. Já na análise do discurso do dia 23 de agosto de 1954, em razão das posições tomadas pelo Vereador Josué Guimarães, evidenciou-

se a heterogeneidade entre as “FD do PTB/Trabalhista” com a “FD do PSB/Socialista”, ou seja, as fronteiras dessas formações discursivas se mesclam.

Diante das heterogeneidades, as análises se voltaram ao funcionamento de uma formação discursiva heterogênea trabalhista, uma vez que a FD trabalhista estava presente tanto na primeira heterogeneidade em relação aos partidos *em evidência* – cunhada de FD do PTB *em evidência*/Trabalhista – assim como na segunda heterogeneidade em relação ao PSB – cunhada de FD do PTB – Trabalhista/PSB – Socialista. Assim, passou-se a analisar três posições-sujeito que operavam no interior da FD heterogênea trabalhista. É interessante notar que essas três posições-sujeito operaram a partir da inscrição em um mesmo lugar discursivo ocupado por Josué Guimarães, ou seja, o de sujeito-Vereador.

Assim, a partir das análises dos blocos de regularidades do segundo tópico deste capítulo, é possível esboçar o conteúdo das três posições-sujeito – posição-sujeito dos partidos *em evidência*, posição-sujeito do PTB/Trabalhista e posição-sujeito do PSB/Socialista – avistadas no discurso de Josué Marques Guimarães na Câmara Municipal de Vereadores. Vale lembrar que cada bloco de regularidades possui um par de posicionamentos opostos no seu interior, portanto o conteúdo das formações discursivas pode ser organizado da seguinte maneira.

<i>Blocos</i>	<i>Posição-sujeito dos partidos em evidência</i>	<i>Posição-sujeito do PTB/Trabalhista</i>	<i>Posição-sujeito do PSB/Socialista</i>
1º	interesses econômicos.	interesses econômicos E ajudar o povo.	ajudar o povo.
2º	classes armadas à serviço da ditadura.	classes armadas à serviço da ditadura E classes armadas à serviço da Constituição.	classes armadas à serviço da Constituição.
3º	explorar a morte para efeito político.	explorar a morte para efeito político.	mortes sem protestos.
4º	renunciar.	cumprir o mandato até o final.	cumprir o mandato até o final.
5º	podemos silenciar/não devemos protestar.	não podemos silenciar/protestar.	não podemos silenciar/protestar.

Quadro 12 – Posições-sujeito: dos partidos em evidência, do PTB/Trabalhista e do PSB/Socialista

Diante disso, a segunda hipótese pode ser aceita, já que foi possível identificar uma formação discursiva heterogênea, contando no seu interior com posições-sujeito trabalhista e socialista. É possível dizer que são operadas, no discurso político do Vereador Josué Guimarães, três posições-sujeito, no entanto as inscrições se dão de formas diferentes. Acredito que o sujeito-Vereador do discurso se coloca contraidentificado com a posição-sujeito dos partidos *em evidência*, mas identificado com a posição-sujeito do PSB/Socialista, e posteriormente, em razão da manifestação do dia 23 de agosto de 1954, é possível dizer que também se identifica com a posição-sujeito do PTB/Trabalhista.

Em relação à noção da heterogeneidade, Michel Pêcheux no prefácio da obra de Jean-Jacques Courtine discorre sobre a

noção de *enunciado dividido*, caracterizando o fato de que uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro: a contradição motriz não resulta do choque de “*corpora* contrastados”, cada um veiculando a homogeneidade dos antagonistas, mas desse efeito de sobredeterminação pelo qual a alteridade o afeta; foi justamente essa heterogeneidade que o sujeito “repleto” do discurso comunista recalcou por meio de um uso ritualizado da interrogação, em que a questão só faz sentido porque a resposta já é conhecida: o idealismo ventríloquo, mestre na arte de falar no lugar do outro, isto é, por ele, a seu favor e em seu nome (PÊCHEUX, 2009, p. 24).

Não é necessário contrastar o discurso de Josué Guimarães com outros discursos, mas na sua própria materialidade discursiva é possível perceber a negação de outro discurso, o silêncio constitutivo que movimenta os saberes de uma formação discursiva antagônica. Assim, tendo em vista que a segunda hipótese foi aceita, se pergunta como o discurso opera/funciona no interior dessa formação discursiva? E quais efeitos o sujeito visava, dado o contexto político que se encontrava?

É pelo assujeitamento a uma ideologia que o indivíduo é capaz de (se) significar, ou seja, tornando-se o sujeito de uma formação discursiva. A FD, por sua vez, é tudo aquilo que pode ou deve ser dito em uma determinada conjuntura sócio-histórica. Desse modo, quando o sujeito é interpelado por uma FD, o seu dizer passa a ser relacionado a uma rede de dizeres que já significavam antes. No entanto, esses dizeres não se repetem em um *looping* infinito de enunciados porque eles sempre podem ser repetidos de lugares diferentes, em conjunturas sócio-históricas diferentes, a partir de formações discursivas diferentes e, portanto, fazendo emergir sentidos diferentes, criando relações novas com outros dizeres, produzindo rupturas.

Ou ainda: os enunciados de efeito-papagaio, parafrástico, quando ditos a partir de uma formação discursiva diferente criam um efeito polissêmico.

Os efeitos que o sujeito visava na construção do discurso não é objeto de análise da teoria pela qual esse trabalho é escrito, uma vez que o sujeito não tem o controle dos efeitos de sentido que seu discurso provoca, assim como o analista de discurso não dá conta de todos os possíveis sentidos presentes em uma materialidade discursiva. No entanto, o exercício de análises é realizado na sua exaustividade vertical. A particularidade do sujeito empírico Josué Guimarães, que ocupava os lugares sociais de jornalista, cidadão brasileiro, político, etc., é que ele exercia um mandato de Vereador, ou seja, ocupava o lugar discursivo de Vereador. Por conseguinte, assim como o sujeito no interior de uma função-autor precisa realizar um apagamento dos possíveis dizeres criando uma ilusão de unicidade, um sujeito no lugar discursivo de Vereador também acredita apagar os dizeres que não representam os ideais do programa de seu partido, criando uma ilusão de que forma-sujeito do político corresponde à forma-sujeito da agremiação política junto da qual se encontra filiado.

Contudo, confirmando-se ou rejeitando-se os questionamentos levantados para essa investigação, o objetivo geral desse trabalho foi analisar a forma de inscrição do discurso de Josué Guimarães em uma determinada formação discursiva. Para tanto, foi realizado o levantamento das manifestações proferidas na Câmara de Vereadores de Porto Alegre durante o quadriênio (1952-1955) em que Josué Guimarães exerceu o mandato de Vereador no Município de Porto Alegre. Após, em razão do material ser muito extenso, em um segundo momento foi necessário realizar um corte temporal nas manifestações e dirigir o olhar para o ano de 1954, já que aquele foi o ano de desfiliação do Vereador Josué Guimarães do PTB e também o ano da morte de Getúlio Vargas. Em um terceiro momento, a fim de reduzir o *corpus* de análise para acomodá-lo nos limites de um trabalho dissertativo, foram selecionados os meses de abril e agosto de 1954 e, em especial, as manifestações dos dias 23 de abril de 1954 e 23 de agosto de 1954.

Com as análises das sequências discursivas selecionadas a partir das duas manifestações que compuseram o *corpus* da pesquisa, realizadas no primeiro e segundo tópicos deste capítulo, foi possível caracterizar em qual formação discursiva as manifestações políticas do Vereador Josué Guimarães proferidas na Câmara de Vereadores da Cidade de Porto Alegre estavam inscritas. Neste terceiro tópico, de possíveis respostas às questões/hipóteses colocadas no início da pesquisa, a formação discursiva heterogênea – FD

trabalhista –, avistada nas análises das sequências discursivas foi retomada e as posições-sujeito que operam no seu interior tiveram o seu conteúdo organizado.

Por fim, diante das três posições-sujeito organizadas, foi viável investigar as tomadas de posição, que resultam da relação entre o sujeito enunciador e a forma-sujeito da FD – a qual regula o que pode e deve ser dito no interior da FD – quais sejam as noções de identificação, contraidentificação ou desidentificação. Dessa maneira, foi possível perceber uma contraidentificação com a posição-sujeito dos partidos *em evidência*, mas uma identificação do sujeito-Vereador com a posição-sujeito do PSB e com a posição-sujeito do PTB. Diante dessas respostas, parte-se para as conclusões dessa dissertação ou um efeito-conclusão dessa dissertação.

EFEITO-CONCLUSÃO

Encerramento das atividades

As leituras/interpretações nunca acabam. Novos sentidos surgem a todo instante. Na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, a condição da linguagem é a incompletude. Os sujeitos e os sentidos se constituem da relação, da falta, do movimento. Assim, o propósito dessa conclusão não é encerrar as leituras/interpretações das materialidades discursivas do ano de 1954, mas antes de efetuar um apanhado dos pontos mais importantes e das etapas que compuseram esse trabalho investigativo.

O ano de 1954 foi bastante intenso para a história da política brasileira, da política sul-rio-grandense e, conseqüentemente, para a história do Vereador Josué Guimarães. O Brasil enfrentava uma crise, além de política, também econômica, o que fortalecia a oposição ao governo do Presidente petebista Getúlio Vargas exercida, principalmente, pela União Democrática Nacional – a UDN – e pelas forças armadas brasileiras. Esse jogo político se agravou com o episódio conhecido como o Atentado na Rua Toneleros, que vitimou o Major Rubens Florentino Vaz, membro da Força Aérea Brasileira – a FAB, e deixou ferido Carlos Lacerda, jornalista e político udenista, conhecido por ser um dos maiores inimigos de Getúlio Vargas.

A disputa política se resolveu apenas com a morte do então Presidente da República, e fundador do Partido Trabalhista Brasileiro, causada por um tiro no peito dentro dos seus aposentos no Palácio do Catete na cidade do Rio de Janeiro, capital federal. A comoção da população brasileira foi agravada devido ao conteúdo da carta-testamento deixada por Getúlio Vargas, a qual trouxe como últimas palavras do petebista: “eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”. Com essas frases, desenrolou-se um ciclo de tensões políticas que perduram ainda por muitos anos.

O político petebista/socialista Josué Marques Guimarães, que mais tarde abandonaria a política partidária e se transformaria no grande escritor de *Os Tambores Silenciosos* e *As Muralhas de Jericó – Memórias de Viagem: União Soviética e China nos Anos 50*, exerceu o mandato de Vereador do Município de Porto Alegre em meio a esses marcantes eventos políticos, mais precisamente durante o quadriênio 1952-1955. Dessa forma, em razão do

material constante no Acervo Literário Josué Guimarães da Universidade de Passo Fundo – ALJOG/UPF, foi possível realizar o levantamento dos discursos em movimento naquela conjuntura sócio-histórica e praticar gestos de leitura sobre as materialidades discursivas presentes nas suas manifestações junto a Câmara de Vereadores da capital gaúcha. E realizando esse exercício de análises dos discursos se pode compreender melhor o período histórico abrangido pelos meses de abril e agosto de 1954 no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, a presente dissertação realizou a leitura do discurso político do Vereador Josué Marques Guimarães na Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul, à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso. A investigação foi dividida em três capítulos, tendo sido abordada as condições de produção dos discursos daquela conjuntura sócio-histórica e a base teórica que sustenta as análises dos discursos que compõem o *corpus* do trabalho.

No primeiro capítulo deste trabalho foi apresentada a obra *Os Tambores Silenciosos* que tratou do sujeito-autor Josué Guimarães. No segundo tópico, já delineando as condições de produção dos discursos analisados, foram relatadas algumas passagens do relato de viagens *As Muralhas de Jericó – Memórias de Viagem: União Soviética e China nos Anos 50*. Por fim, neste último tópico, foi possível compreender o período de reabertura dos partidos políticos após o final da Segunda Guerra Mundial, bem como a polarização dos partidos ocorrida durante o início da década de 1950 – que antecedeu e que culminará, uma década mais tarde, no Golpe Militar de 1964.

No segundo capítulo, foram abordados os pressupostos teóricos da Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, tendo sido movimentadas principalmente as noções teóricas de sujeito e formação discursiva. Nesse ponto foi possível compreender a relação estreita que essas noções teóricas compartilham, ou seja, uma vez considerada a heterogeneidade da formação discursiva, conseqüentemente é necessário o entendimento de uma forma-sujeito fragmentada em diversas posições-sujeito. Dessa forma, não há formação discursiva homogênea, assim como não há uma interpretação idealista do bom ou do mau sujeito. Há, na verdade, fronteiras porosas nas formações discursivas e um sujeito que se movimenta entre elas.

No terceiro capítulo, foram apresentadas as sequências discursivas selecionadas de duas manifestações proferidas pelo Vereador Josué Guimarães na Câmara de Vereadores de

Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. As manifestações selecionadas para comporem o *corpus* dessa pesquisa, que foram analisadas à luz dos pressupostos teóricos da AD pêcheutiana, dizem respeito aos discursos dos dias 23 de abril do ano de 1954 e do dia 23 de agosto de 1954. Na primeira manifestação, o Vereador lê na íntegra a sua carta de desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB – em sessão na Câmara de Vereadores. Sabe-se que posteriormente Josué Guimarães se filiou ao Partido Socialista Brasileiro – o PSB. A segunda manifestação ocorre no dia anterior à morte do então Presidente da República, Getúlio Vargas, que foi o fundador do partido trabalhista. Neste dia, mesmo desfilado há quatro meses do PTB, o Vereador assumiu abertamente uma posição pró-Getúlio Vargas perante os demais membros da Câmara.

Dessa maneira, após os gestos de leitura realizados sobre a materialidade das sequências discursivas, foi possível apreender no discurso do Vereador Josué Guimarães a inscrição de uma formação discursiva heterogênea trabalhista. Em ordem de aparição, na análise das sequências discursivas do discurso de desfiliação do Vereador Josué Guimarães do PTB, foi possível desenhar a “a posição-sujeito dos partidos *em evidência*” e, em uma interpretação posterior, na tentativa de delinear uma parte do interdiscurso, do silêncio constitutivo, de outra formação discursiva, formou-se a “posição-sujeito do PSB/Socialista”. Posteriormente, na análise do discurso do dia 23 de agosto de 1954, em razão das posições tomadas pelo Vereador, destacou-se a “posição-sujeito do PTB/Trabalhista”.

Quanto à tomada de posição do sujeito, isto é, a maneira que o sujeito se inscreve em uma determinada formação discursiva, percebeu-se que o sujeito-Vereador do discurso se coloca de modo contraidentificado em relação à “posição-sujeito dos partidos *em evidência*”. No entanto, de modo identificado em relação à “posição-sujeito do PSB/Socialista”, e posteriormente, em razão da manifestação do dia 23 de agosto de 1954, é possível dizer que o sujeito-Vereador também se coloca de modo “identificado” em relação à “posição-sujeito do PTB/Trabalhista”.

Ainda, ao longo das análises das sequências discursivas que compuseram este trabalho investigativo, se pode pensar em um sujeito-Vereador. Isto é, a particularidade do sujeito empírico Josué Guimarães é que ele exercia um mandato de Vereador, portanto ocupava o lugar discursivo de Vereador. Sendo assim, como o sujeito no interior de uma função-autor precisa realizar um apagamento dos possíveis dizeres criando uma ilusão de unicidade, um sujeito a partir do lugar discursivo de Vereador também acredita apagar os dizeres que não representam os ideais do programa de seu partido, criando uma ilusão de que a forma-sujeito

do político corresponde à forma-sujeito da agremiação política junto da qual ele se encontra filiado.

Enfim, a partir das leituras/interpretações realizadas sobre as materialidades discursivas que fizeram parte do *corpus* desta investigação, se pode compreender melhor não apenas os discursos que circulavam na conjuntura sócio-histórica do ano de 1954 no Brasil, mas também os discursos políticos de momentos posteriores ao governo do petebista Getúlio Vargas. Os gestos de leitura mostraram que os discursos políticos do início da década de 1950 antecipam uma memória que se repete no momento político do início do século XXI. A partir da investigação, entende-se que há um discurso que se repete, porém em meio a condições de produção diferentes.

Ou seja, realizando o exercício da reflexão na sua exaustividade vertical, propiciado pela teoria da AD, foi possível compreender as vozes da memória discursiva que ecoam nos discursos do início dos anos 2000. Nesse período, assim como nos discursos analisados do ano de 1954, o questionamento sobre o papel das forças armadas, sobre os interesses daqueles que estão nos altos cargos políticos, sobre a noção de democracia, sobre o respeito à Constituição Federal, estão em pauta nas mídias, nas casas legislativas, nas conversas cotidianas, etc. Enunciados e designações como "rasgar a constituição", "golpe/golpistas", "salvadores da pátria" "mortes para efeito político", "renúncia do Presidente da República" permanecem movimentando saberes e sentidos, isto é, permanecem na ordem do dia.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980.

BERTI-SANTOS, Sonia Sueli. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p.209-233.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 127-154.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 301-342.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). *República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985) – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 59-82.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. *et al.* *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GONZAGA, Sergius. A vitória do realismo. In: RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. *Josué Guimarães*. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 15-17.

GRIGOLETTO, Evandra. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. 2005. 269 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2005/EvandraGrigoletto.pdf>>. Acesso em mai de 2017.

GUIMARÃES, Josué. *As muralhas de Jericó*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. O homem e a obra: As traições de 1964. Entrevistadores: Jó Saldanha, Jorge Polydoro, Ivan Pinheiro Machado, José Onofre, Paulo de Almeida Lima e José Antônio Pinheiro Machado. In: RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker; AGUIAR, Vera Teixeira de (Org.). *Jornadas Literárias: o prazer do diálogo entre autores e leitores*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991, p. 73-105.

_____. *Os Tambores Silenciosos*. Porto Alegre: L&PM, 1991a.

HAROCHE, Claudine. *A condição sensível*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis: e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?. In: *Anais do II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>>. Acesso em jan de 2017.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*. Porto Alegre: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, n. 35, v.17, p. 101-121, 2003.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e Identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 09-33.

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (Org.). *A Análise do discurso e sua história: Avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 21-47.

_____. (Org.). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. Lacan. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p.101-121.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NEGRO, Antônio Luigi; DA SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 47-96.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Introdução. In: *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p.07-15.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p.11-31.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre *et al* (Org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999, p.59-71.

_____. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, François; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Prefácio. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck, Didier Martin, Maria Lúcia Meregalli, Maria Regina Borges Osório, Sandra Dias Loguércio e Vincent Leclercq. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Côrrea e Silvana Mabel Serrani. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, François; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Péricles Cunha. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PORTO ALEGRE. *Anais da Câmara Municipal de Vereadores*. Porto Alegre, 23 de abril de 1954.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. Os Tambores Silenciosos: O processo de construção na narrativa. *Vidya*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, n. 33, v.19, p. 111-118, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifra.br/index.php/VIDYA/article/view/539>>. Acesso em dez de 2016.

_____. Um livro de memórias: o romancista Josué Guimarães se apresenta. In: GUIMARÃES, Josué. *As muralhas de Jericó*. Porto Alegre: L&PM, 2001, p. 09-23.

RETTENMAIER, Miguel. *A cegueira das utopias e os desencantos da memória: uma leitura da esperança nas narrativas de Josué Guimarães e de Ernesto Sabato*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. *Josué Guimarães*. Porto Alegre: IEL, 1988.

RUAS, Tabajara. Prefácio. In: GUIMARÃES, Josué. *Garibaldi & Manoela: uma história de amor*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHONS, Carme Regina. *Saberes anarquistas: reiteraões, heterogeneidades e rupturas*. Passo Fundo: UPF, 2000.

SILVA, José Otacílio da. Althusser. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p.71-100.